

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Campus de Presidente Prudente

**CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS  
PEQUENOS AGRICULTORES NO CONTEXTO DO  
PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA - SP**

Carlos Augusto Moraes e Araujo

Presidente Prudente  
2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Campus de Presidente Prudente

**CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS  
PEQUENOS AGRICULTORES NO CONTEXTO DO  
PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA - SP**

Carlos Augusto Moraes e Araujo

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol  
Co-orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Barone

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao  
Programa de Pós-graduação em Geografia -  
Área de Concentração: Desenvolvimento  
Regional e Planejamento Ambiental, para  
obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente  
2005

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação  
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

A688c      Araujo, Carlos Augusto Moraes e.  
                Caracterização da Associação dos Pequenos  
                Agricultores no contexto do Projeto Cinturão Verde de  
                Ilha Solteira - SP / Carlos Augusto Moraes e Araujo. -  
                Presidente Prudente : [s.n.], 2005  
                000 f. : il. + mapas

                Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,  
                Faculdade de Ciências e Tecnologia  
                Orientador: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol  
                Co-Orientador: Luís Antonio Barone

                1. Geografia. 2. Geografia agrária. 3. Organização  
                rural. 4. Associações de produtores rurais. 5.  
                Assentamentos rurais. 6. Autonomia - Dependência. 7.  
                Patrulha rural. I. Hespanhol, Rosângela Aparecida de  
                Medeiros. II. Barone, Luís Antonio. III. Título.  
                CDD (18.ed.) 910.136

## DEDICO

À Rosângela, pelo carinho e cumplicidade em todos os momentos. E a Natália e Emília, por tudo que temos compartilhado

A todos os que buscam na solidariedade, na ajuda-mútua, na cooperação, no companheirismo uma forma de tornar seus projetos de vida mais factíveis e melhores,

OFEREÇO

## AGRADECIMENTOS

- À Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pela pronta disposição na orientação deste trabalho, pelas inúmeras e valiosas sugestões e recomendações apresentadas desde o ingresso na pós-graduação na FCT;
- Aos amigos Rosângela e Nivaldo Hespanhol, pela acolhida, amizade, incentivo, apoio e carinho inestimáveis oferecidos durante todo o tempo em que permanecemos em Presidente Prudente;
- Ao amigo, Prof. Dr. Luís Antonio Barone, pela disposição em dar continuidade à orientação desta pesquisa, cujas contribuições foram de enorme valor ao desde o momento da qualificação do presente trabalho, além do estímulo e apoio dedicados;
- Aos professores doutores Antonio Thomaz Júnior e Miguel Gimenez Benites pelas valiosas contribuições e sugestões apresentadas por ocasião do exame geral de qualificação, muitas das quais incorporadas ao texto da versão definitiva;
- Aos docentes do curso de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP / Campus de Presidente Prudente pelo aprendizado propiciado durante a realização das disciplinas e demais atividades do programa;
- Aos colegas do curso de pós-graduação da FCT pelo convívio agradável e ao mesmo tempo enriquecedor no aprendizado do ofício de ser geógrafo;

- Aos colegas do GEDRA, Grupo de Estudos em Dinâmica Regional e Agricultura, cujos encontros semanais foram de enorme importância para o aprofundamento de questões teóricas sobre a geografia e a questão agrária;
- Ao amigo e companheiro de mestrado Álvaro Barbosa, cujas contribuições foram de grande valor para a definição dos rumos da presente pesquisa;
- Ao Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia pelo oferecimento das condições necessárias para a conclusão desta etapa de minha vida acadêmica, em especial pelo oferecimento de afastamento integral para a conclusão do mesmo;
- À Cidinha, companheira de pesquisas e projetos, mas acima de tudo, amiga especial e singular cujo apoio, incentivo, e encorajamento constante sempre foram – e continuam sendo - imprescindíveis. A ela e ao Fernando – que foi quem me sugeriu realizar a pós-graduação em Presidente Prudente, o meu carinho e gratidão pelas pessoas maravilhosas que são;
- Ao amigo Lázaro, por muitos motivos e, em especial, pelo fundamental apoio em assumir as disciplinas sob minha responsabilidade durante o período de meu afastamento, com a dedicação e competência que lhe são peculiares;
- À amiga Silvia que, tanto como colega de trabalho como chefe de departamento, não tem medido esforços para viabilizar a conclusão do presente trabalho;
- Ao amigo Ércio, por ter sido um elo de ligação com Ilha Solteira, nos tempos em que convivemos na pós-graduação em Prudente, pela força e incentivo que sempre me forneceu;

- Ao amigo Irineu, pessoa de índole serena, aparentemente contrastante com a prontidão e perfeição com que executa as tarefas que lhe são confiadas. Sua ajuda foi fundamental para várias etapas da pesquisa bem como de nosso trabalho cotidiano no departamento;
- A Márcia, nossa secretária no Departamento, pelo apoio nas inumeráveis atividades, por cujas mãos nossas vidas tramitam através de papéis e, especialmente, pela imprescindível colaboração na impressão da versão final desta dissertação;
- Aos professores Hélio Ricardo Silva, Elizete Ap. Checon de Freitas Lima e ao engenheiro agrônomo André Luiz Altimare, pela disponibilização do mapa sobre o uso do solo em Ilha Solteira;
- Ao João Josué Barbosa, bibliotecário de referência do Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação da FEIS, pela detalhada e minuciosa conferência e correção das Referências na versão final deste trabalho;
- Ao amigo Antonio Carlos da Silva, que como integrante do legislativo ilhense não mediu esforços para conseguir vasta documentação sobre as patrulhas agrícolas recebidas pela Associação, cujo auxílio foi de enorme valia para a realização da presente pesquisa;
- Às assistentes sociais, ex-funcionárias da Cesp, Marli de Oliveira, Neuza Araujo da Silva Lima, e Rosilva Brito Rodrigues, meus profundos agradecimentos pela colaboração como personagens cruciais da história da Associação do Cinturão Verde;
- À engenheira-agrônoma Charline Zaratini, pela cessão das fotos recentes sobre a Associação do Projeto Roças Familiares;

- Ao vereador Mitsuro Oda pelas informações prestadas sobre a história de Ilha Solteira, Jupiá bem como pelas fotos de valor histórico cedidas para a pesquisa;
- Ao Prof. Dr. Vinício Martins do Nascimento pela entrevista concedida e por ter possibilitado a obtenção de informações importantes de interesse da pesquisa;
- Ao meu literalmente grande amigo Osvaldão e sua querida esposa Maria Izabel, pela manifestação permanente de uma amizade sem descrição;
- Ao Prof. Dr. Eduardo de Almeida Navarro, especialista da USP sobre línguas indígenas o qual, através da indicação de nosso comum amigo – e seu ex-professor – Osvaldo Vincenzi, pela contribuição ao elucidar os significados de algumas palavras tupi-guarani;
- À bibliotecária Claudia Adriana Spíndola, supervisora da Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação do Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente pela elaboração da ficha catalográfica do presente trabalho;
- Aos integrantes da equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal pelas informações oferecidas, ao longo de longos anos de trabalhos desenvolvidos junto aos agricultores familiares do Cinturão Verde;
- Aos integrantes da diretoria da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, nas gestões de 2001 até o presente, pela absoluta confiança e desprendimento no tocante a informações fornecidas, sem as quais este trabalho não poderia atingir seus objetivos; um

agradecimento especial à Soila cujo profissionalismo, dedicação à frente da secretaria da associação, com certeza, contribuem para o bom andamento daquela organização;

- Aos meus familiares que, mesmo distantes, sempre torcem pelo meu sucesso;
- A todos os agricultores e suas famílias, em especial todos aqueles que me atenderam em suas casas ou locais de trabalho, com perguntas e mais perguntas, com o desejo que o resultado deste trabalho possa contribuir minimamente para a melhoria da qualidade de vida que levam como agricultores familiares;
- E, a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu pudesse alcançar esta etapa de minha vida.

## RESUMO

Criado pela CESP em 1984 como um projeto de assentamento de trabalhadores rurais em áreas remanescentes da construção da hidrelétrica de Ilha Solteira, o Cinturão Verde de Ilha Solteira foi organizado em um total de 90 lotes, sendo 14 irrigados e 76 de sequeiro, com áreas que variam de 2,5 até 10 ha. Com o estímulo dos profissionais responsáveis pela assistência técnica e social aos reassentados, em 1987 foi criada a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira tendo, desde o início, entre suas principais ações a constituição de uma patrulha agrícola para viabilizar a realização dos trabalhos de preparo do solo, cultivo, colheita e outros. Ao longo de sua existência a Associação passa por diferentes momentos, sempre associados à presença e mediação de agentes externos. A partir de 1998 - 2000, alguns fatores contribuem para a recuperação da entidade, ao mesmo tempo em que se fortalece a articulação da diretoria da associação com o poder público local, viabilizando o recebimento pela mesma de uma frota de tratores, veículos e implementos diversos, através de projetos de dois deputados federais ligados ao município. A administração dos serviços prestados por esta patrulha, tanto para associados como para terceiros tem sido a principal atividade desta entidade, configurando-a como uma Associação de Máquinas. O trabalho destaca esta característica da Associação, na busca pela consecução de seus objetivos sociais, econômicos e políticos, analisando estas relações com base no referencial teórico do binômio autonomia–dependência.

**Palavras-chave:** associações de produtores rurais, organização rural, autonomia-dependência, mediadores, Cinturão Verde de Ilha Solteira.

## **ABSTRACT**

Created by CESP in 1984 as a project of rural workers' establishment in remaining areas of the construction of the Ilha Solteira Dam, the Ilha Solteira Green Belt Project was organized in a total of 90 lots, being 14 irrigated and 76 of dried lands, with areas that vary from 2,5 to 10 hectare. With the responsible professionals' incentive for the technical and social attendance to the resettled, in 1987 the Association of the Small Farmers of the Ilha Solteira Green Belt Project was created tends, since the beginning, among its main actions the constitution of an agricultural patrol to make possible the accomplishment of the works of soil preparation and cultivation. Along its existence the Association goes by different moments, always associated to the presence of external agents' mediation. Starting from 1998 - 2000, some factors contribute to the recovery of the entity, at the same time in strengthens the articulation of the management of the association with the local public power, making possible the greeting for the same of a fleet of tractors, vehicles and several implements, through two federal deputies' projects linked to the municipal district. The administration of the services rendered by this patrol, so much for associated as for third it has been the main activity of this entity, configuring it as an Association of Machines. The work highlights this characteristic of the Association, in the search for the attainment of its social, economic and political objectives, analyzing these relationships with base in the theoretical referential of the binomial autonomy-dependence.

Key-words: Rural farmers associations; rural organization, autonomy - dependence, mediators, Ilha Solteira Green Belt.

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>ii</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>iv</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>v</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>06</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>206</b>

## ÍNDICE

	<b>Página</b>
INTRODUÇÃO	01
1. ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS	06
Introdução	06
1.1 As Relações das Associações com a Sociedade	06
1.2 A Associação como Instituição Mediadora	15
1.3 A Associação e os Diversos Mediadores	17
1.4 As Diferentes Formas Organizativas	23
1.5 O Processo de Formação de Grupos	24
1.6 As Associações e a Captação de Recursos Externos	29
1.7 Assistência Técnica e Extensão Rural nas Associações	33
1.8 O Papel da Associação	38
1.9 Autonomia e Dependência nas Associações	39
1.10 A Questão da Coesão Social nas Associações	54
1.11 Um tipo particular de Associação: A Associação de Máquinas e a questão da Patrulha Agrícola	58
2. A GÊNESE DE ILHA SOLTEIRA	64
Introdução	64
2.1 Antecedentes	64
2.2 A Implantação do Núcleo Urbano	69
3. O PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA	84
Introdução	84
3.1 A concepção do projeto	84
3.2 O Processo de seleção dos assentados	86
3.3 Implantação do Projeto Cinturão Verde	95
3.4 Breve retrospectiva sobre o projeto	101

3.5	O Projeto Roças Familiares	116
4	A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA	121
	Introdução	121
4.1	A Proposta de Organização Coletiva	121
4.2	O Processo de Grupalização da Comunidade	123
4.3	Grupos de Mulheres	130
4.4	Grupo de Jovens	131
4.5	Mutirões	133
4.6	A Criação da Associação	136
4.7	Aprendendo o que é uma Associação na Prática	138
4.8	Retomando o Controle: o “Trabalho da Tina” e o Diagnóstico Rural Participativo	150
4.9	As Implicações do Diagnóstico Rural Participativo e do Projeto Intervenção para o Desenvolvimento Humano com o Cinturão Verde de Ilha Solteira	154
4.10	O Resgate de um mecanismo legal: o PRÓ-RURISA	159
5	A DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO NO PERÍODO 2001-2004	168
	Introdução	168
5.1	A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde como uma Associação de Máquinas	168
5.1.1	Patrulha Agrícola	168
5.1.2	Valores Cobrados pelos Serviços (Hora-máquina)	178
5.2	A Presença e Importância de Diversos Mediadores	182
5.3	A Relação entre a Associação e a Prefeitura Municipal de Ilha Solteira	187
5.4	O Repasse de Subvenções da Prefeitura à Associação: uma questão crucial	193
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	206

**LISTA DE TABELAS**

	<b>Página</b>
<b>Tabela 1:</b> Número de Selecionados por categoria e por município, no processo seletivo para assentamento no Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira	93
<b>Tabela 2:</b> Descrição da composição do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e respectivas áreas.	98
<b>Tabela 3:</b> Descrição da distribuição dos lotes irrigados e de sequeiro do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e suas respectivas áreas.	99
<b>Tabela 4:</b> Estrutura Agrária do Município de Ilha Solteira	161
<b>Tabela 5:</b> Subvenções Recebidas da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira no Período de 2001 a 2004	194

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
<b>Figura 01</b> Carta de Uso Atual e Ocupação da Terra – Ilha Solteira – SP – 2003.	82
<b>Figura 02</b> Imagem de satélite mostrando a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, a Ilha Solteira a jusante da barragem e a cidade de Ilha Solteira na margem esquerda do rio Paraná.	83
<b>Figura 03</b> Foto 1: Agricultores presentes ao processo de distribuição dos lotes em cerimônia realizada na Casa da Cultura de Ilha Solteira, aos 09 de outubro de 1984.	94
<b>Figura 04</b> Foto 2: Da direita para a esquerda, vice-presidente da Cesp, Miguel Kozma e Diretor Administrativo da empresa, Rubens Naves, na cerimônia de distribuição dos lotes do Cinturão Verde aos agricultores selecionados, realizada em 09 de outubro de 1984.	94
<b>Figura 05</b> Mapa: Cinturão Verde de Ilha Solteira – parcelamento da área e lavras iniciais.	97
<b>Figura 06</b> Quantidade de lotes com as principais culturas perenes cultivadas no Cinturão Verde de Ilha Solteira - Área de sequeiro.	106
<b>Figura 07</b> Foto 3: Vista parcial dos implementos, carreta e trator recebidos pela Associação das Roças Familiares em dezembro de 2004.	118
<b>Figura 08</b> Foto 4: Placa comemorativa à inauguração da Sede da Associação do Projeto Roças Familiares, em outubro de 2003.	119

<b>Figura 09</b>	Foto 5: Agricultores presentes à cerimônia de entrega da patrulha agrícola à Associação do Projeto Roças Familiares, realizada em dezembro de 2004.	119
<b>Figura 10</b>	Mapa: Roças Familiares de Ilha Solteira – parcelamento da área	120
<b>Figura 11</b>	Foto 6: Grupo de Mulheres em Atividade de pintura em tecido.	130
<b>Figura 12</b>	Foto 7: Casa construída em sistema de mutirão com material recebido da Cesp pelos participantes de um dos sub-grupos formados em 1986/87	134
<b>Figura 13</b>	Foto 8: Mulheres preparando o almoço comunitário para o grupo que trabalhava na construção da casa.	134
<b>Figura 14</b>	Foto 9: Vista de um dos tratores agrícolas da Associação e do tratorista da entidade	170
<b>Figura 15</b>	Foto 10: Vista do caminhão Ford Cargo, adquirido pela Associação através de doação do Ministério da Agricultura.	171
<b>Figura 16</b>	Foto 11: Vista parcial do caminhão da Associação, conduzido pelo técnico Robson Dourado.	171
<b>Figura 17</b>	Foto 12: Vista lateral do utilitário Ford Courier, posicionado ao lado do barracão da Associação	172
<b>Figura 18</b>	Foto 13: Vista parcial do veículo utilitário Ford Courier, conduzido pela secretária da Associação	173
<b>Figura 19</b>	Foto 14: Vista parcial de um dos tratores da Associação com roçadeira acoplada e de alguns dos diversos implementados em segundo plano, posicionados na lateral do barracão / depósito da organização	176
<b>Figura 20</b>	Foto 15: Vista aérea das instalações da sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira	198

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAIS – Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira.
- ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
- APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.
- APAPCVIS – Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.
- APRONOR – Associação dos Produtores Rurais da Nova Reunidas.
- ARC – Ação Regional Comunitária
- AREIA – Associação Regional dos Engenheiros de Ilha Solteira e Adjacências.
- ASAIS – Associação Amigos de Ilha Solteira.
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.
- BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A..
- BANESPA – Banco de Estado de São Paulo S.A..
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- CATI / SAA – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral / Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.
- CCCC – Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A..
- CEASA – Central de Abastecimento S.A..
- CELUSA – Centrais Elétricas de Urubupungá S.A..
- CESP – Companhia Energética de São Paulo (ex Centrais Elétricas de São Paulo).
- CGC – Cadastro Geral do Contribuinte.
- CHERP – Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo S.A..
- CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai.
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
- COMASIS – Conselho Municipal de Assistência Social de Ilha Solteira.
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
- COPAJOTA – Cooperativa Padre Josino Tavares.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

DRP – Diagnóstico Rural Participativo.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

ESPA I - Setor de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira

FAPIC – Feira Agropecuária Industrial e Comercial de Ilha Solteira.

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

FEAP – Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca.

FEBEM – Fundação para o Bem-Estar do Menor.

FEIS – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira.

FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.

FINSOCIAL – Fundo de Investimento Social.

FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento Comunitário (do Banco do Brasil)

FUNDECITRUS – Fundo de Defesa da Citricultura.

FUNSESP – Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.

KW – Kilowatt,

LBA – Legião Brasileira de Assistência.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LUPA – Levantamento das Unidades Produtivas Agrícolas.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MW – Megawatt.

PEMH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PP – Partido Progressista (ex PPB).

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

PRODISA – Programa de Desenvolvimento Industrial de Ilha Solteira.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRÓ-RURISA – Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural de Ilha Solteira.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SAI / SEBRAE – Sistemas Agroindustriais Integrados do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa.

SOS – Serviço de Obras Sociais.

STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

UNICAMP – Universidade de Campinas.

UPAF – Unidade de Produção Agrícola Familiar.

USELPA – Usinas Elétricas do Paranapanema S.A..

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para a compreensão do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira sob várias perspectivas.

A primeira delas é de sua própria definição enquanto um projeto de assentamento, diferente dos demais projetos implantados pela Cesp que tinham como finalidade promover o reassentamento de populações, em geral, atingidas ou impactadas pelos empreendimentos energéticos de responsabilidade da empresa. O Projeto Cinturão Verde é de fato, *sui generis*, a começar pela forma como é concebido e planejado, além de ter sido pensado como uma forma de arrendamento, através da “concessão onerosa de uso”, como será relatado em detalhes no item 2. Neste sentido, diferenciá-lo dos demais projetos de reassentamento já consiste numa contribuição.

Outra perspectiva é a de seu entendimento no contexto de uma localidade – Ilha Solteira – criada para ser inicialmente acampamento de obra, porém, com a missão de transformar-se em cidade. O Cinturão Verde é uma das medidas concretas engendradas para viabilizar Ilha Solteira como cidade autônoma e auto-suficiente, inclusive no que tange à produção de gêneros alimentícios.

O objetivo central, no entanto, é o de contribuir para a compreensão da organização coletiva dos produtores rurais assentados no Cinturão Verde, através da análise da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

A problemática da organização coletiva dos agricultores é, ao lado da assistência técnica e extensão rural – ATER, uma das áreas de estudo e atuação do autor da pesquisa, de tal forma que foi um desafio – entre tantos outros- isolar um destes temas para aprofundamento.

A escolha do Cinturão Verde e da Associação como objetos de análise nesta dissertação, deve-se ao fato do autor ser docente no curso de agronomia da Unesp /

Câmpus de Ilha Solteira desde seu início, em 1982. Ao longo de praticamente todo esse tempo, dedicou-se em vários momentos ao acompanhamento da situação dos agricultores familiares ali assentados. Algumas vezes de forma mais sistemática (inclusive orientando alunos em atividades de extensão rural), outras em parceria com outros docentes do departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia do Curso de Agronomia, outras ainda como cidadão de Ilha Solteira, acompanhando os trabalhos de diversos atores sociais.

O estudo sobre a Associação pretende ser uma contribuição para o entendimento de sua gênese e de sua história ao longo dos quase 18 anos que marcam sua existência formal. Informações sistematizadas sobre a mesma ainda não existem, de maneira que esta é, também, uma tentativa de contribuição para o histórico e problematização da mesma.

Para a realização desse trabalho foram utilizados diversos procedimentos teórico-metodológicos. A leitura de obras tratando da temática das associações de produtores rurais e do associativismo em geral, permitiu a seleção de aspectos, conceitos e categorias analíticas diversas, dentre as quais algumas foram priorizadas para o aprofundamento analítico e verificação na situação empírica da Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Um questionário contendo questões abertas foi aplicado junto a uma amostra dos produtores rurais<sup>1</sup>, com o objetivo de apreensão de questões diversas sobre a Associação, seu processo de criação, sua dinâmica, principais características, conflitos e ainda uma avaliação subjetiva da mesma por parte dos entrevistados.

Uma atividade que demandou tempo considerável foi a análise de todas as atas das assembléias realizadas pela Associação, desde o momento de sua criação em 21 de novembro de 1987, até a última assembléia de 2003, realizada no dia 20 de dezembro. Da leitura das atas foram extraídos aspectos os mais diversos, apontando para a própria dinâmica de sua atuação.

---

<sup>1</sup> Foi definida como representativa, uma amostra de 12 agricultores, pertencente aos seis grupos – dois por grupo – que haviam sido formados na época do início das discussões no Cinturão Verde de Ilha Solteira, sobre a possibilidade de criação de uma associação, processo este de iniciativa da equipe técnica da Cesp, como detalhadamente tratado no capítulo 4.

A etapa seguinte à leitura foi a sistematização destes tópicos e sua aglutinação, dando conta de uma série de questões que possibilitaram o aprofundamento nas entrevistas. Deste processo de leitura e aglutinação dos assuntos tratados nas atas das assembléias foi possível detectar, em última análise, os principais objetivos da organização bem como seus principais problemas, conflitos e sua dinâmica.

De modo a aprofundar a compreensão destes aspectos selecionados foram realizadas entrevistas gravadas com dirigentes da Associação, atuais e ex-integrantes de diretoria, com ênfase nas figuras dos ex-presidentes, com o objetivo de apreender as características da Associação em seus mandatos, além dos principais problemas vivenciados, os conflitos enfrentados, a relação com mediadores externos (em especial com a Cesp e a Prefeitura Municipal), o poder legislativo e outros. Objetivou-se, aí, captar nestes depoimentos os aspectos que legitimavam o referencial teórico selecionado, de modo a possibilitar a análise desta problemática.

Entrevistas foram também efetuadas com integrantes da equipe técnica da Cesp que atuaram junto ao Projeto Cinturão Verde e a Associação, sobretudo em seu início, em especial três assistentes sociais envolvidas – e contratadas especialmente – com a missão de promover a organização social da comunidade assentada.

Outras entrevistas foram realizadas junto a representantes de organizações como o legislativo de Ilha Solteira, ocupantes de cargos na Comissão de Seleção dos Assentados do Cinturão Verde, do poder executivo municipal, entre outros, com o propósito de possibilitar o entendimento do processo de mediação, bem como dos mecanismos legais existentes que possibilitam o aporte de recursos financeiros para a Associação, estímulos fundamentais à consecução de seus objetivos.

A busca de material tratando de Ilha Solteira e do Cinturão Verde foi outra tarefa empreendida durante toda a pesquisa e possibilitou situar o foco da análise. Grande parte deste material consiste em publicações e relatórios da própria Cesp, embora alguns trabalhos acadêmicos sobre Ilha Solteira também foram analisados.

Quanto ao Projeto Cinturão Verde, cabe registrar que já existem vários trabalhos de pesquisa, inclusive desenvolvidos por docentes e alunos da FEIS/UNESP – alguns, inclusive, já sendo realizados como teses de doutoramento junto ao curso de agronomia dessa unidade universitária.

Mapas elaborados pela própria Cesp foram anexados ao trabalho, de modo a permitir a visualização da organização territorial do Projeto Cinturão Verde e do Projeto Roças Familiares. Aliás, o presente trabalho também consiste numa contribuição acadêmica no sentido de ampliar a compreensão deste outro projeto, originado simultaneamente e em decorrência do Projeto Cinturão Verde, revelando as circunstâncias e motivos que o engendraram. Um mapa atual do município, possibilitando a visualização do território de Ilha Solteira como um todo, também foi inserido no trabalho.

A busca de instrumentos legais, que têm para a Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira um papel fundamental na execução de seus objetivos, foram analisados e constam do presente trabalho como anexos. As fotos constantes no texto foram feitas pelo autor, como também representam o resultado do levantamento de imagens junto a atores sociais e instituições que acompanharam momentos da história do Cinturão Verde e da Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Do cruzamento entre a literatura analisada e o material colhido junto aos agentes direta ou indiretamente envolvidos no Projeto do Cinturão e da Associação (agricultores, dirigentes e demais atores sociais no conjunto do trabalho de campo), foi possível selecionar alguns tópicos e aprofundar sobre eles a análise da Associação. O item 5 é uma complementação ao item 4, na medida em que apresenta as informações selecionadas a partir da leitura das atas das assembléias da Associação.

Os depoimentos dos diversos atores citados são fundamentais para o entendimento das relações e devem ser entendidos, neste trabalho, como papéis desempenhados pelos atores sociais, enquanto mediadores daquelas relações, em especial os atores políticos.

Assim, a Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira é analisada à luz do referencial teórico como uma Associação de máquinas, em virtude da preocupação que esta atividade demandou durante sua história, assumindo, no período recente, este caráter de forma mais acentuada. Também como instituição que atuou e atua bastante condicionada à ação de mediadores externos, em função do que se analisa sua dinâmica com base no binômio autonomia-dependência.

## **1: ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS**

### **Introdução**

No presente item serão abordados diversos aspectos relacionados às dinâmicas de constituição e de funcionamento das associações de produtores rurais, segundo a abordagem de autores selecionados pela representatividade de seus estudos de casos para o tema deste trabalho. Longe de esgotar essa bibliografia, busca-se estabelecer parâmetros analíticos para o estudo da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira – objeto central dessa investigação.

Cabe também mencionar que a temática do associativismo, embora tenha muito em comum com a do cooperativismo, desta difere em vários aspectos formais, institucionais e legais, podendo-se afirmar que as associações representam uma forma mais simples e informal de organização coletiva, sendo mesmo compreendida ou percebida por muitos, como um degrau intermediário das organizações, situada entre os grupos informais e as cooperativas.

### **1.1. As Relações das Associações com a Sociedade**

Analisar as associações de produtores assentados é uma rica oportunidade de procurar entender este espaço social, como expressão real de existência dos pequenos produtores dentro de um cenário maior, que é a realidade agrária nacional. Estudar seu “papel” é, neste trabalho, conhecer sua dinâmica em prol dos associados, bem como sua relação com os demais agentes presentes no cenário local/regional e os dilemas e dificuldades que encontra no seu desenvolvimento.

Quanto aos procedimentos metodológicos desta tarefa, Berthome; Mercoiret, (1999) propõem

Para analisar uma organização de agricultores é necessário considerar, simultaneamente, os seguintes pontos: a sociedade local, na qual foi instalada a organização, bem como as múltiplas mudanças que ocorreram na mesma; a sociedade global e suas evoluções; as dinâmicas próprias da organização dos agricultores e os efeitos produzidos por ela sobre a sociedade local e a sociedade global. Essa análise deve ser efetuada com o cuidado de não colocar esses pontos em conflito, mas considerando-os em permanente interação. Não é fácil isolar os componentes das organizações dos agricultores e, sobretudo, estudá-los separadamente. Em consequência, os temas propostos para análise devem ser considerados como ângulos para observar um fenômeno mais global. (BERTHOME e MERCOIRET, 1999, p. 16)

É preciso reconhecer a abrangência de tal proposta metodológica e, ao mesmo tempo, sua grandiosidade ou o vulto do empreendimento analítico, o que torna necessária a adoção de alguns recortes. O principal deles, para efeito deste trabalho, é o recorte geográfico, priorizando a escala local.

Pensar e analisar a sociedade local significa, no caso desta pesquisa, problematizar o município de Ilha Solteira, desde sua criação como Núcleo Habitacional implantado pela CESP para atuar como base e suporte para a população envolvida na construção dos empreendimentos energéticos de Ilha Solteira e outros adjacentes (como Três Irmãos e, posteriormente, o Canal de Pereira Barreto). Significa, ainda, pensar as diversas transformações pela qual passa esta 'sociedade local', dentre as quais se destacam: o movimento pela emancipação político-administrativa; a criação do município propriamente dita; as vicissitudes decorrentes da diminuição da presença e importância da CESP como principal gestora daquele território, e a crescente transmissão destas funções para a administração pública municipal, ou seja, a prefeitura.

Além disso, a observação das dinâmicas inerentes à organização dos agricultores, vale dizer neste caso, à Associação dos Pequenos Agricultores do

Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, que são capazes de produzir efeitos tanto na sociedade local como, moduladamente, na dita “sociedade global”.

Ainda no tocante a esta orientação metodológica, os mesmos autores detalham-na informando que

A organização dos agricultores é amplamente determinada (em seus objetivos, funcionamento interno e programa de ação) pela sociedade local e por seu meio externo. Não é, porém, um simples produto das interações entre essas duas entidades. Enquanto organização específica, possui dinâmica própria: por meio de sua ação, pode contribuir para aumentar o potencial da sociedade local (ecológico, econômico, social); ampliar sua margem de liberdade e de escolha; aumentar sua capacidade de construir objetivos próprios e de produzir os instrumentos de que necessita para alcançá-lo. (BERTHOME e MERCOIRET, 1999, p. 15)

Vale dizer, a associação, se por um lado é determinada pela sociedade local e pelo meio externo cujas condições a moldam, conforma-se de modo a estabelecer um determinado conjunto de objetivos específicos e igualmente um programa de ação para seu próprio funcionamento. Isto acaba por determinar mudanças nos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos da sociedade local e da sociedade mais geral, uma vez que este é um processo essencialmente dialético.

Numa abordagem em que ilustram a aplicação da proposta analítica dos autores acima, Sperry, Mercoiret, Ferraris (1999) apontam os elementos sócio-políticos que antecederam a organização *“...quando ocorreu a conjugação de determinados fatores traduzidos pela predisposição dos agricultores para começarem a atuação de forma coletiva.”* (Sperry; Mercoiret; Ferraris, 1999: 19)

Quanto ao primeiro destes fatores, ou seja, a predisposição dos agricultores, os autores relatam que

Ainda que os agricultores estejam de acordo sobre a questão de que em suas comunidades não existe miséria, e que se sentem bem

vivendo no campo, estão conscientes dos efeitos e das barreiras que, no passado, impediram seu desenvolvimento. O rádio e a televisão parecem haver ajudado a situá-los no contexto. A comparação com outras situações facilitou a diversificação de aspirações tanto para (outras) atividades como para melhorar ganhos e condições de vida. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 19)

Neste trecho, o contato com o meio externo é representado pela televisão, enquanto canal de comunicação que quebra ou reduz o isolamento das comunidades rurais e as colocam em contato com os valores e significados que transcendem o mundo rural propriamente dito.

Outro enfoque é o que considera a associação uma evolução qualitativa na organização da própria comunidade rural, na medida em que é constituída para dar conta de um leque maior de atividades e ações – como resultado dos objetivos para a qual é criada – constituindo-se como um fenômeno cultural e político.

Embora as associações sejam um tipo de organização que vem sendo adotada mais recentemente pelos agricultores, não são novas para eles, pois são uma evolução da organização local preexistente, não substituem a organização anterior, apenas tornam-na mais complexa e possibilitam realizar uma quantidade maior de atividades do que antes. Pode-se afirmar, então, que o novo tipo de organização é um fenômeno cultural, porque está baseado em uma organização anterior e porque expressa a cultura do grupo que a compõe. Ao mesmo tempo é um fenômeno político, porque passa a administrar formas diferentes de poder. (SPERRY; MERCOIRET, 2003, p. 66)

Neste mesmo trabalho, Sperry e Mercoiret (2003) reforçam os elementos apontados acima, remetendo para a importância da compreensão do processo de criação de organizações coletivas dos produtores rurais através da análise de sua história anterior num determinado território.

Quando se fala nos atuais movimentos coletivos organizados pelos produtores rurais, convém lembrar que, em matéria de organização, seja qual for a região onde se manifestaram, sempre estiveram vinculados a uma história anterior. A organização em associações é uma prática coletiva instituída por valores e normas existentes em espaços geográficos específicos e fundamenta-se na cultura e nos saberes dos atores que dela participam. (SPERRY e MERCOIRET, 2003, p. 61)

Portanto, a associação surge como resultado de um processo histórico, em determinado lugar, reunindo indivíduos em relações sociais entre si e com o meio, configurando uma cultura que apresenta, entre seus diversos elementos, 'os saberes dos atores'. Tais saberes são, por sua vez, frutos de outras relações e trocas - conforme será visto, ao se tratar dos diversos mediadores externos e também neste outro excerto do artigo em questão.

Para compreender a evolução das organizações, criadas pelos agricultores, é necessário analisar o fenômeno histórico de socialização dos que fizeram parte do processo, pois essa socialização costuma ocorrer ao longo de suas vidas. Para adaptar-se ao ambiente, os agricultores acumulam e interiorizam os elementos do meio em que vivem, integrando-os à sua personalidade (sob a influência de experiências próprias ou provocadas por outros agentes sociais significativos). Essas organizações podem estar ligadas a interferências governamentais, a outros tipos de intervenções externas ou resultarem de iniciativas próprias. (SPERRY e MERCOIRET, 2003, p. 61)

Em vultoso trabalho de pesquisa, congregando uma equipe de pesquisadores de instituições paulistas e baianas, a respeito do impacto da construção da barragem de Sobradinho sobre as populações atingidas, Machado et al (1987)

mostram com riqueza de detalhes o processo de formação de associações de produtores rurais nos diversos municípios da 'borda do lago' de Sobradinho.

Para os autores,

A questão central que se coloca, portanto, é compreender a associação como um espaço de participação do pequeno produtor. Para isso, torna-se necessário apreender a dinâmica de participação produzida por esta forma associativa e sua capacidade de afirmar ou negar os interesses dos pequenos produtores na área. (MACHADO et al., 1987, p.107)

Prosseguem os autores apontando os elementos que podem contribuir para tal compreensão

...uma vez que comunidades aparentemente idênticas podem apresentar problemas e potenciais distintos, a formalização das associações não pode dar-se no mesmo ritmo em todos os núcleos, visto que interferem neste processo fatores tais como: maior ou menor mobilização, experiência de organização, identidade do grupo social, existência de lideranças representativas na comunidade, nível de politização de seus membros, etc. (MACHADO ET AL., 1987, p. 116)

Sobre esta questão do ritmo ou tempo necessário para que os produtores rurais e suas famílias consigam apreender a essência e dinâmica da associação enquanto instituição mediadora de um conjunto de relações, os autores apontam que

A implementação de ações do Programa num tempo que não atendia as necessidades de aprendizagem da comunidade

comprometeu o próprio processo de organização e a qualidade da participação dos pequenos produtores na associação. (MACHADO ET AL., 1987, p. 116)

São tempos diferentes, o tempo das instituições do Estado responsáveis pelo planejamento e implantação das ações, nem sempre compatíveis com o tempo da apreensão e aprendizado dos produtores rurais sobre estas inovações, que impactam as organizações e todas as implicações em seus modos de vida e cotidiano.

O trecho a seguir evidencia as perspectivas em jogo, a do Estado e a dos sujeitos sociais envolvidos na área:

Do ponto de vista dos interesses do Estado, pode-se dizer que a formalização das associações como entidades jurídicas se deveu tanto à necessidade de ter um instrumento legal para o repasse dos recursos como à necessidade de construir um canal de intermediação permanente com seu público-meta, que se mostrasse eficaz enquanto instrumento de controle, garantindo os objetivos da intervenção governamental na área. Por outro lado, do ponto de vista dos interesses dos pequenos produtores, a associação se converteu no principal instrumento para alcançar benefícios que, de outra forma, não seriam obtidos, tornando-se pois, um meio para obtenção de equipamentos comunitários, serviços e infra-estrutura produtiva que lhes permitisse sobreviver enquanto grupo social. (MACHADO ET AL., 1987, p.116-117)

Desta forma,

A origem das associações da borda do lago só pode, portanto, ser compreendida, de modo dialético, a partir dos binômios indução / autonomia, interesse do estado / interesse da pequena produção, tempo do Programa / tempo da comunidade, controle político / obtenção de serviços. (MACHADO ET AL., 1987:117)

Tratando, em outra seção, da prática organizativa, os autores acrescentam novos elementos de análise que podem contribuir para a compreensão da organização dos produtores em associações.

Para entender a prática organizativa que as Associações desenvolvem, torna-se necessário questionar seus objetivos enquanto organização, a significação que estes adquirem do ponto de vista dos pequenos produtores e as expectativas que manifestam a seu respeito. (MACHADO ET AL., 1987, p.118)

E complementam, mais à frente:

Apesar de ser um dado importante, não é o indicador numérico do quadro de associados que determina a força ou fraqueza de uma associação, sua representatividade, seu grau de autonomia ou de dependência do Programa e, tampouco, sua capacidade de negociar recursos e benefícios. Estes aspectos só podem ser compreendidos analisando-se a qualidade e a forma de participação. Esta pode ser determinada pelo grau de comparecimento dos associados às reuniões e assembléias, pela regularidade com que estas ocorrem, pelo poder da decisão dos

associados, pelo grau de legitimidade das lideranças, pelo grau de coesão interna e mobilização. (MACHADO ET AL., 1987, p.121)

Mesmo sem especificar a forma como os autores apreenderam estes elementos, os mesmos identificam, entre as oito associações analisadas, algumas que se destacam, apontando características que podem ser tomadas como importantes e significativos indicadores

A participação que se observa nessas [duas] associações é mais intensa do que nas demais, verificando-se um processo de participação coletiva nas decisões e atividades, como reuniões, assembléias e trabalhos em grupos. (MACHADO ET AL., 1987, p.122)

Provavelmente, a análise dos livros de presença e o registro das atas tenham sido instrumentos utilizados para a captação destes níveis de participação acima indicados.

Em uma delas, particularmente, se constata uma prática democrática na ocupação dos cargos, existindo uma disposição coletiva para a alternância e a renovação dos dirigentes. Essa prática viabiliza a ampliação do número de lideranças no núcleo, através de socialização do exercício de direção. [...] Em ambas, a participação dos membros nas distintas atividades **não depende da ação dos técnicos** mas sim de fatores internos à constituição da própria associação, tais como: origem da associação, formação do núcleo e representatividade de suas lideranças. (MACHADO ET AL., 1987, p.122, grifos nossos)

Tais afirmações são ilustrativas ou indicativas de um grau de amadurecimento da associação enquanto ente coletivo assim como revelador de uma autonomia, como também será tratado em detalhes neste item.

Em seção (do livro) dedicada à discussão dos aspectos de organização social, a partir da análise da experiência concreta ocorrida no Assentamento Fazenda Reunidas, no município de Promissão, Estado de São Paulo, particularmente no tocante à formação de uma cooperativa de produção agropecuária nos moldes preconizados pelo MST, a Copajota, e da posterior formação de uma associação - a Apronor - com dissidentes daquela cooperativa, os autores encerram apontando para a necessidade de flexibilização nos modelos a partir das experiências, anseios e necessidades dos assentados, alertando para a “importância de pesquisas empíricas que apreendam em detalhes a construção cotidiana das relações sociais nas organizações populares.” (BERGAMASCO e NODER, 2003, p. 158)

## **1.2. A Associação como Instituição Mediadora**

Uma perspectiva presente na literatura a respeito deste tema é a que se refere à associação como uma instituição mediadora entre os seus associados e o mundo exterior, entendido tanto aquele mais contíguo aos produtores rurais como os inseridos na sociedade amplo senso. Berthome e Mercoiret (1999) explicitam esta posição como segue:

As organizações dos pequenos agricultores são constituídas na interface da sociedade global, como um meio para “regular as relações” entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais (famílias, comunidades, cidade) que compõem a sociedade local, e os múltiplos atores de seu meio externo (administração municipal, serviços técnicos, ONGs, agências econômicas privadas, fontes de financiamento, partidos políticos, sindicatos). (Berthome; Mercoiret, 1999: 11)

Interessante perceber como outros autores revelam que a percepção da necessidade da associação como instituição mediadora capaz de possibilitar o alcance de objetivos concretos surge num encadeamento lógico cujos elos são o aumento da produção, a modernização do processo produtivo, a obtenção de recursos financeiros e, por fim, a constituição da organização coletiva, nesta seqüência.

Esse conjunto de conhecimentos facilitou a percepção sobre o fato de que apenas poderiam melhorar e aumentar a produção se modernizassem seu processo de produção, mas isso seria alcançado se tivessem acesso aos financiamentos bancários. Essa realidade levou-os naturalmente a reconhecer que a organização coletiva seria a única forma de acessar os financiamentos para se equipar, produzir mais e melhor, e para comercializar seus produtos. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 19-20)

Analisando duas associações do município de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro, Pinheiro (1999), revela que no caso da associação da localidade de Maria Mendonça, enquanto instituição mediadora dos interesses do conjunto dos associados sempre teve uma relação tensa com os atravessadores no tocante à comercialização dos produtos desta comunidade, a mais expressiva e diversificada do município apesar de situada a três horas de distância da sede do município. Tal relação abalou a importância e significado da associação perante os associados em virtude de fatores diversos sobre os quais muitas vezes não detinha controle.

Outra diferente perspectiva da associação como entidade mediadora é apontada por Carvalho, no trecho abaixo

**A associação é compreendida como uma mediação** entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de

bens e serviços e nas políticas públicas. (CARVALHO, 1998, p. 5, grifos do autor)

Para Machado et al., o papel de mediação é entendido como de meio, ferramenta, instrumento para a consecução de determinados fins ou objetivos

Por outro lado, do ponto de vista dos interesses dos pequenos produtores, a associação se converteu no principal instrumento para alcançar benefícios que, de outra forma, não seriam obtidos, tornando-se pois, **um meio** para obtenção de equipamentos comunitários, serviços e infra-estrutura produtiva que lhes permitisse sobreviver enquanto grupo social. (MACHADO ET AL., 1987, p.116-117, grifos nossos)

### **1.3. A Associação e os Diversos Mediadores**

A análise dos diversos trabalhos reunidos neste item aponta, invariavelmente, em maior ou menor grau, para a presença de instituições e ou agentes sociais diversos atuando como intervenientes, mediadores do processo de criação, constituição e mesmo de gestão das associações de produtores rurais. O que se procurará realizar nesta seção é apontar situações em que a atuação dos mediadores é revelada, na tentativa de apreender destes casos sua importância e significado para a organização coletiva destes agricultores.

O trabalho desenvolvido por Zimmermann, no assentamento da Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul revela a presença de distintos mediadores e suas respectivas concepções, ideologias, visões de mundo sobre os rumos do assentamento e dos trabalhadores rurais ali assentados.

Em reuniões freqüentes, o MST e a Igreja/CPT procuraram preparar as famílias para o trabalho conjunto no assentamento. E, tendo clareza de que muitos eram 'novatos' na luta e da tendência do

‘individualismo’ de todo colono, passaram a monitorar o processo de organização no assentamento. (Zimmermann, 1994, p. 208<sup>2</sup>)

Também sob denominações como ‘órgãos externos de apoio’ os mediadores são relatados por outros autores com ações diversas e anteriores à criação das associações que contribuíram para formar. Perceba-se também uma ação que é registrada tanto antes da constituição, durante sua criação e depois de formada numa revelação contraditória, uma vez que não se pode *a priori* perceber se esta presença existe por ser necessária, coadjuvante ou imprescindível.

Os órgãos externos de apoio antecederam a constituição das associações, apoiaram o movimento e continuam acompanhando e prestando apoio técnico às ações dos agricultores e suas organizações de diversas formas: apoio na criação de associações, na elaboração de projetos para a demanda de financiamentos, na organização de reuniões para o debate dos resultados das fazendas-de-referência, no oferecimento de orientações técnicas e em cursos e treinamentos. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999: 21)

Pinheiro, analisando uma das duas associações de Trajano de Moraes, no caso a da localidade de Maria Mendonça cujos produtores situavam-se de forma subordinada perante os atravessadores ali presentes, revela o papel desempenhado pela agência local de assistência técnica e extensão rural.

Nesse caso, houve uma influência direta de técnicos da Emater e de políticos locais sobre a associação, sendo que os últimos procuraram utilizar a associação para reproduzir práticas clientelistas, gerando desdobramentos igualmente ricos para a análise. (PINHEIRO, 1999, p. 330)

---

<sup>2</sup> – os termos entre aspas são de Benincá, 1987, citado pela autora

Este mesmo autor revela ainda que

Os diversos mediadores que atuavam junto aos agricultores familiares tiveram um papel fundamental na difusão da proposta associativa na década de 1980. No entanto, a convergência de mediadores estimulando a fundação de associações não deve ser confundida com um consenso existente sobre as funções dessas entidades. Portanto, é importante distinguir as diferentes matrizes ideológicas que informaram a atuação de cada um deles, bem como as práticas desenvolvidas no bojo de disputas de posições, o que levou a que as associações misturassem influências diversas e, muitas vezes, contraditórias. (PINHEIRO, 1999, p. 336)

Aspecto que o mesmo autor reforça a seguir, revelando a importância dos profissionais da extensão rural, ao lado de outros agentes, neste processo de difusão desta inovação organizacional.

Os principais agentes envolvidos na fundação de associações foram os técnicos de extensão rural, assessores de pastoral e sindicalistas. A pergunta que surge é: o que levou a que mediadores com inserções tão diversas identificassem no associativismo uma saída para a agricultura familiar na década de 1980? É evidente que, a resposta não é uma só, nem é a mesma para cada um deles, pois está relacionada com as diferentes visões que possuíam sobre as possibilidades e limitações da agricultura familiar. (PINHEIRO, 1999, 336-337)

Pinheiro também aponta apropriadamente que a aceitação pelos produtores rurais do assentamento da Fazenda Santo Inácio da proposta associativista estava muito mais relacionada com o reconhecimento da credibilidade dos mediadores proponentes do que numa correta e total compreensão do significado desta forma de organização pelos mesmos.

Os assentados, por sua vez, tinham pouca capacidade de intervenção nessa discussão porque, a rigor, havia uma grande indefinição sobre qual era o papel da associação. A rápida aceitação dessa proposta estava ligada à legitimidade daqueles que a defendiam, isto é, assessores e lideranças que tinham demonstrado competência no encaminhamento da luta pela desapropriação da área. (PINHEIRO, 1999, p. 342)

Interessante observar, segundo exposição de Pinheiro (1999), que à medida que as pessoas começaram a se reunir, outras questões foram sendo acrescentadas como demandas ou necessidades da população local, como a melhoria das estradas vicinais e a instalação na localidade de um telefone público, não por acaso dois elementos necessários para a redução do isolamento da comunidade.

Como algumas destas demandas acabavam por direcionar-se às competências do poder público “foi proposta uma parceria entre a comunidade e a prefeitura, por meio da qual o auxílio para a compra dos equipamentos seria pago através da entrega de parte da produção da associação, destinando-a para a merenda escolar, o asilo e hospital municipal.” (Pinheiro, 1999: 347)

Apesar da proposta apresentada, não houve um retorno por parte da administração municipal o que levou a um certo arrefecimento da idéia e da motivação dos produtores levando a uma interrupção temporária do processo de organização que estava gestando na comunidade.

No final de 1988, relata o autor, “um pequeno grupo voltou a se organizar, estimulado, novamente, pelo técnico da Emater, que agora era também vereador.” (Pinheiro, 1999: 347)

É perceptível a importância deste mediador, pelos conhecimentos e iniciativas que vem outorgando à criação da associação o qual agora passaria a agregar a função política ao seu papel de mediador técnico. Talvez, em função desta mediação, os produtores tenham passado a adotar uma estratégia mais agressiva com relação ao poder público municipal, passando “a efetuar visitas constantes à prefeitura para cobrar as melhorias básicas na localidade, independentemente da aprovação do projeto de cooperação proposto”, evoluindo em seguida para a

redação e distribuição de “*panfletos que denunciavam o abandono da região por parte do poder público*”, ultrapassando inclusive os problemas mais afetos aos produtores e chegando a questões ligadas a outras políticas públicas como educação e saúde, numa demonstração de amadurecimento político dos produtores envolvidos – já que não eram todos - através do uso de diferentes mecanismos de pressão. (Pinheiro, 1999: 347-348)

Nesta perspectiva de busca de soluções e ampliação do leque de mediadores, o grupo que participava deste processo buscou viabilizar a superação de um de seus maiores problemas, senão o maior, o da comercialização de sua produção, através de duas tentativas de comercialização conjunta por meio de um caminhão fretado. Além de contar com as dificuldades inerentes a todo processo de criação de uma atividade coletiva, em que pesam fatores como incerteza, risco e desconfiança, os produtores contaram com a ação dos atravessadores oferecendo valores superiores aos pagos pelo caminhão dos associados, levando a seguidas desistências e culminando com o abandono da experiência.

Tal grupo volta a se articular mediante a possibilidade de aquisição de um caminhão próprio e de um Box para comercialização no Ceasa da cidade do Rio de Janeiro, via financiamento do BNDES.

Quanto à presença de mediadores no processo de criação, acompanhamento e consultoria de associações, Dantas (2004) aparentemente atribui um papel de protagonista às associações, em cujas tarefas recebem o apoio de inúmeras instituições, como revela o trecho abaixo:

A organização dos produtores se constitui como um conjunto de iniciativas tomadas pela categoria com mediação de movimentos sociais, instituições governamentais, técnicos e outros profissionais, visando inicialmente a soma de esforços individuais para a realização de atividades em conjunto, diante de necessidades concretas de sobrevivência e de mudanças de ordem sócio-econômica e cultural no campo. (DANTAS, 2004, p. 01)

A presença e importância de instituições mediadoras também é apontada no trabalho de Bergamasco, revelando hegemonia dos critérios produtivos ou econômicos como determinantes do processo.

A proposta de criação dessas associações teve forte determinação dos órgãos institucionais, através da vinculação à possibilidade de obtenção de financiamento, coordenada pelos técnicos do Instituto de Assuntos Fundiários. Na realidade, esse processo organizativo se deu dentro de um contexto de viabilidade econômica dos projetos, tendo em vista a recomendação institucional por uma tecnologia intensiva em capital. (BERGAMASCO, 1994, p. 228)

A análise de Matos é ainda mais abrangente ao considerar que as instituições mediadoras mesmo quando movidas pelos mais nobres propósitos, não podem incorrer em tutoria política das entidades ou outras formas de alienação.

Numa análise mais detalhada do quadro político, observa-se que o processo histórico de dominação das oligarquias rurais e de alienação política, econômica e ideológica das populações excluídas, cristaliza-se na inibição da cidadania e da capacidade de estabelecer reflexões críticas sobre sua condição de dependência. Mas, a alienação e dependência não podem justificar uma tutoria política, uma doutrinação ideológica, mesmo tratando-se de vanguardas políticas comprometidas com causas populares, sob pena de reproduzir a dependência e a submissão a outros senhores, por mais éticos e identificados com os destinos da comunidade local que sejam. (MATOS, 2002, p. 365)

A afirmação de Matos é de tal forma pertinente que encontra eco no passado, isto é, no relato de Machado et al. (1987) sobre associações tuteladas a tal ponto de delegarem as tarefas mais essenciais e intransferíveis aos mediadores locais, como mostrado a seguir:

Em face dessa situação, a associação atribui aos técnicos do Programa a responsabilidade de representá-los diante das instituições, encaminhando suas reivindicações. (MACHADO ET AL., 1987, p. 125)

#### **1.4. As Diferentes Formas Organizativas**

Uma evidência da presença de uma variedade de formas organizativas é o que relata Zimmermann em trabalho abordando *'a dinâmica interna do processo de organização social e produtiva de um assentamento de reforma agrária, no Rio Grande do Sul'* (Zimmermann, 1994: 205), em que detalha a estrutura organizacional do assentamento, como se pode ver no texto a seguir:

A primeira forma organizativa assumida pelas famílias surge no acampamento da [Fazenda] Anoni. Ela é resultado de três preocupações convergentes: a das famílias acampadas, que desejavam atender aos critérios estabelecidos pelo Mirad para a seleção; a do MST, que buscava um trabalho comunitário progressivo de cunho econômico e político, através de experiências grupais; e a do Incra/RS que estimulava a participação dos 'parceiros', desde as primeiras ações no assentamento, de maneira 'organizada e responsável'. Na formulação de sua política de assentamento, o Estado postula a integração de esforços institucionais e dos beneficiários, a evoluir-se de uma gestão co-participada para a emancipação gradativa' (Mirad/Incra, 1987, p.8).... No acampamento provisório instalado na fazenda desapropriada, entretanto, nova configuração de grupos se estabelece. A formação passa a refletir o momento político da reforma agrária no Rio Grande do Sul. Tendo tomado posse um assessor da CPT na Superintendência Regional do Mirad, a ênfase para a organização do assentamento em moldes coletivos do MST é reforçada na prática. (ZIMMERMANN, 1994, p 209)

A autora faz referência, entre outras, a uma modalidade de organização de interesse no presente trabalho que é a associação de máquinas, como revela o trecho a seguir:

As formas modelares concebidas pelo MST e adotadas pelo Mirad são então buscadas, a saber: Coletiva – caracterizada pelo espaço físico produtivo e doméstico de domínio e responsabilidade da coletividade; Semicoletiva – organiza coletivamente as relações econômicas, sendo individualizado o espaço doméstico e parte do produtivo; **Associação de Máquinas** – reúne interessados na otimização da capacidade produtiva das famílias e da terra, pela associação de capital (principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos); Associação de Vizinhança – reúne o trabalho de famílias para a realização de mutirões na fase de plantio, colheita e em outras ações produtivas. (ZIMMERMANN, 1994, p. 210, grifos nossos)

Com base nesta categorização, a autora efetua uma caracterização das vinte e quatro famílias que compõem o assentamento, em cinco grupos bem como das interações entre os mesmos:

### **1.5. O Processo de Formação de Grupos**

Em seu trabalho de doutorado, Hespanhol analisou as organizações coletivas de quatro municípios da região de Presidente Prudente (Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Emilianópolis e Presidente Bernardes), destacando a importância e expressão das associações ali presentes.

...na percepção dos produtores entrevistados, as associações assumem importância pelo fato de, ao valorizarem a experiência dos mesmos, procuram definir coletivamente objetivos bem claros para [a] mesma, tentando resolver ou pelo menos 'atacar' os problemas enfrentados no dia-a-dia como a falta de máquinas e implementos

agrícolas mais potentes, os altos preços dos insumos industriais, a intermediação comercial, a falta de qualificação para a aplicação de determinadas técnicas, etc. Apesar das vantagens das associações em relação às cooperativas e sindicatos, alguns produtores ressaltam o fato de que para elas funcionarem plenamente há a necessidade do envolvimento da comunidade e de recursos econômicos para a solução dos problemas detectados, bem como a não participação de pessoas que ocupem cargos políticos, como vereadores ou assessores, na diretoria das associações. (HESPANHOL, 2000, p. 314)

As recomendações de Dantas (2004) abarcando aspectos sociais e políticos podem ser acrescentadas às acima apontadas.

Na concepção da organização dos produtores devem-se contemplar aspectos sociais e políticos, com destaque para o fortalecimento da solidariedade, procurando romper com individualismo, personalismo, comodismo, sectarismo etc. Deve ainda contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica e organizativa com vistas à participação desses produtores em outras formas de luta. (DANTAS, 2004, p. 01)

Zimmermann acrescenta outros indicadores que podem explicar a composição dos grupos sociais

São os elementos estruturais das famílias (capacidade produtiva, parentesco) e conjunturais (trajetórias de vida, de trabalho e as condições naturais do lote recebido no assentamento) que explicam a efetivação e viabilidade dos arranjos grupais. (ZIMMERMANN, 1994, p. 214)

Referindo-se à associação do assentamento da Fazenda Santo Inácio, que por diversos motivos acabou por extinguir-se na prática, Pinheiro (1999) destaca a importância da associação sentida pelos produtores como um elemento didático para os mesmos, na medida em que comparam a situação vivenciada antes, durante e depois da existência da associação. Tanto que, informa o autor,

A saída buscada pelos lavradores tem sido a tentativa de recompor um grupo mínimo de associados interessados em desenvolver alguns projetos em conjunto e a troca de experiências com outras associações que também enfrentaram dificuldades, repensando as experiências acumuladas e buscando novos caminhos. (PINHEIRO, 1999, p 352)

Tal fato reforça a iniciativa de formação de pequenos grupos ou grupos informais, a exemplo do que acontece em várias associações e na Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, como mecanismo de aglutinação de associados com maior proximidade e identificação, o que acaba por conferir maior coesão social entre seus integrantes.

A referência ao estudo desenvolvido por Carvalho (1999) é pertinente no sentido de evidenciar fatores pelos quais são constituídos os grupos, não apenas em projetos de assentamento, os quais por sua vez, são importantes para o entendimento da dinâmica de atuação de organizações coletivas como as associações de produtores que requerem pessoas afinadas, ligadas por atitudes e comportamentos alicerçados na confiança mútua, na solidariedade, no companheirismo e no respeito para citar alguns.

O trecho a seguir também é revelador da apreensão por um grupo da importância e necessidade de organização coletiva,

...as famílias perceberam a necessidade de organização social do grupo, uma vez que as iniciativas até então colocadas não eram suficientes para atenuar os efeitos sociais da crise econômica em curso no País. Assim, convenceram-se de que a luta pela reforma

agrária representava uma das poucas alternativas para os que tinham suas origens de vida e de trabalho fortemente ligadas à terra, enquanto morada e local de trabalho, capaz de integrá-los ao processo produtivo e possibilitar melhores condições de vida. (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.119)

Após o que, uma vez instalados na área e com vistas a aumentar sua capacidade produtiva e ampliar suas potencialidades, partem – com a mediação de técnicos da UNICAMP – para a formação de grupos específicos, no caso voltados, respectivamente, para a produção de feijão irrigado e de criação de suínos.

A partir de 1988 algumas famílias começaram a avaliar a possibilidade de intensificação da produção através da irrigação. A inviabilidade de aquisição individual dos equipamentos necessários para implantação do sistema de irrigação exigiu dos assentados uma longa discussão e aprendizado, bem como a delimitação de uma área comum a ser irrigada e a escolha da cultura a ser implementada. Sete famílias organizaram-se para compra dos equipamentos, após a obtenção de recursos do ProCera<sup>3</sup>. Em 1989 e 1990 passaram a plantar feijão em uma área contígua de três hectares obtida mediante permutas de pequenas áreas nos lotes das famílias envolvidas no projeto. (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 121)

Em outra obra, Bergamasco (1994) aborda as formas de organização dos agricultores assentados em grupos, associações e cooperativas que resultam na melhor organização do espaço produtivo.

A observação de sua existência concreta nos leva a examinar a proposta de organização de grupos, de associações e, até mesmo, de cooperativas como forma de sobrevivência. A viabilidade dessas

---

<sup>3</sup> Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, que acabou sendo extinto e dando lugar a partir de meados da década de 1990, ao Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

propostas resultou em rearranjos no espaço produtivo e em formas outras de socialização dos agentes envolvidos. (BERGAMASCO, 1994, p. 227)

E prossegue evidenciando as estratégias utilizadas pelos produtores rurais

Essa decisão vem sendo tomada por diversos assentados nos núcleos estudados. Usufruindo apenas do maquinário coletivo e, às vezes, da compra conjunta de insumos, cerca de 26 % dos assentados trabalham de forma individualizada em seus lotes de produção. O restante se estrutura nos chamados grupos de produção, onde o sistema é totalmente, ou em parte, coletivizado. [...] No entanto, novas estratégias de permanência na terra foram montadas por meio da estruturação de **grupos de produção**, onde, através da busca de novas tecnologias, registraram-se tentativas de construção de espaços de sociabilidade. (BERGAMASCO, 1994, p. 229-230, grifos nossos)

Dentre as diversas estratégias, o trabalho da autora revela ainda como as culturas ou atividades produtivas escolhidas pelos assentados também têm uma relação direta com a forma de organização que vai se estabelecer nestes locais

A escolha da cultura a ser plantada foi o feijão (irrigado), num primeiro momento, por se tratar de uma cultura, segundo os assentados, fácil de ser manuseada. Na verdade, uma cultura mais identificada com o seu cotidiano, além, é claro, de lhes garantir subsistência. [...] A idéia de criar suínos, de maneira a se obter uma produção comercial, foi também resultado de discussões entre os assentados e os técnicos da UNICAMP. Embora essa discussão tenha tido a participação de todos os produtores do assentamento, apenas dez deles concordaram em entrar no projeto, que deveria ser, por princípio, coletivizado (BERGAMASCO, 1994, p. 231-232)

## 1.6. As Associações e a Captação de Recursos Externos

A captação de recursos pelas organizações coletivas é apontada nas diversas obras analisadas como um dos mais importante senão o principal estímulo para a constituição ou criação de associações. Aliás, continua sendo e cada vez mais em um cenário que aponta para o crescimento do chamado terceiro setor, com o leque de organizações não governamentais entre as quais as associações se enquadram.

Como já visto, no estudo das associações de Silvânia e região, “a organização coletiva seria a única forma de acessar os financiamentos para se equipar, produzir mais e melhor, e para comercializar seus produtos.” (Sperry; Mercoiret; Ferraris, 1999: 20)

Naquela situação e momento, outro fator decisivo que atuou como forte estímulo foi a existência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), possibilitando

...que as idéias, talvez ainda teóricas e gerais, do projeto político e do projeto técnico-econômico, convergissem e concretizassem as aspirações dos agricultores. O crédito do FCO funcionou como desencadeador da dinâmica de organização das associações e, ao mesmo tempo, uniu o grupo e estimulou seu processo de organização em virtude da necessidade de lutar para conseguir financiamento em melhores condições. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 22)

Quanto à finalidade destes recursos, cujos investimentos centralizaram as atenções e continuam se configurando como a principal preocupação dos associados, os autores informam que os mesmos “foram destinados a quatro setores: financiamento a explorações familiares; criação de serviços coletivos; criação de atividades na área agroalimentar; e construção de instalações para a sede da associação.” (Sperry; Mercoiret; Ferraris, 1999: 24)

Na seqüência, os autores comentam sobre o processo de endividamento pelo qual algumas das associações têm passado e a decorrente desmotivação e desinteresse gerado entre os produtores. Através da análise das atas das assembléias e reuniões da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, desde o início da criação da associação, como se pode ver no item 5 deste trabalho, é possível perceber como a questão do pagamento das mensalidades sempre foi irregular, com constantes e recorrentes discussões sobre o pagamento das mesmas, atualização de valores; questões ligadas a dificuldades de caixa; de dificuldades de pagamento de funcionários (notadamente a secretária); questões trabalhistas; dificuldades de manutenção e conservação do patrimônio, sobretudo os tratores e implementos; problemas daí decorrentes, como a desconfiança da gestão de algumas das diretorias passadas e do uso que deram a estes recursos; entre outras que aparecem nas atas, fazem deste material um rico e interessante instrumento de análise e compreensão do que estes autores estão denominando de “evolução da associação”

Em artigo recente, Neves (2005) tendo como preocupação o debate sobre a impossibilidade das associações em construir um projeto durável, aborda 14 associações do Estado do Rio de Janeiro, efetuando, além de entrevistas com dirigentes e associados, leitura e análise das atas das assembléias ordinárias e extraordinárias, recurso que considera fundamental para a apreensão da dinâmica daquelas organizações.

Sobre as facilidades alcançadas após a criação das associações, apreendida a partir dos relatos / depoimentos dos associados, os autores que estudaram as organizações coletivas dos agricultores de Silvânia e região, no estado de Goiás, revelam que

É indiscutível o papel mobilizador desempenhado pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para as associações de Silvânia mas, para a maioria, esse foi apenas um começo a partir do qual novas formas de trabalho foram sendo descobertas e praticadas. Pode-se dizer que o movimento associativo desses pequenos produtores desencadeou o surgimento

de pequenas empresas econômicas coletivas que têm investido no setor produtivo, produzindo bens e serviços, inseridas na lógica da modernização e da acumulação coletiva, que também permite a acumulação individual. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999: 31)

O trecho reproduzido abaixo referente ao trabalho de Pinheiro (1999) com associações de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro, revela em detalhes a perspectiva das agências de fomento e financiamento como mediadoras e interlocutoras legais, isto é, detentoras de personalidade jurídica ao mesmo tempo com uma estrutura organizativa mais flexível e menos burocratizada do que as cooperativas o que lhes conferem esta condição considerada ideal na perspectiva de tais agentes.

...as entidades financiadoras, [...] viam no formato associativo a solução ideal para a organização dos trabalhadores a serem beneficiados. Apesar de não ser uma norma imposta oficialmente, os requisitos legais e as avaliações de projetos pressupunham a existência de uma organização prévia que contasse com CGC [Cadastro Geral do Contribuinte, hoje, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica], representação, capacidade comprovada de aplicação dos recursos e prestação de contas. Essas premissas passaram a orientar tanto os beneficiários de recursos oriundos do governo federal destinados às áreas de reforma agrária (Procera) quanto as comunidades que buscavam ter acesso a outras linhas de crédito, como o Fundec [Banco do Brasil], LBA, BNDES, etc. Dessa forma, a organização em associações representava, certamente, uma diferenciação positiva em meio a uma disputa envolvendo grande número de lavradores e recursos escassos. (PINHEIRO, 1999, p 339)

O mesmo autor reitera que uma característica ou perfil destes produtores foi o outro fator que se somou à influência dos mediadores e das agências financiadoras

uma vez que *“boa parte não possuía recursos suficientes para promover melhorias técnicas nos seus cultivos, nem dispunha de capacidade para a colocação de seus produtos no mercado.”* (Pinheiro, 1999: 339)

Ao longo de sua existência, revela o autor, a associação do assentamento contou com recursos oriundos de diversas organizações governamentais, tendo sido o principal projeto aquele desenvolvido com o apoio técnico da Emater local, com financiamento do BNDES e do BANERJ. A finalidade deste projeto foi promover a reforma das culturas existentes, principalmente a banana, com diversificação das culturas através de outras frutíferas, aquisição de insumos e ainda a construção de um galpão comunitário para a estocagem da produção. Também foram obtidos recursos junto à LBA para a instalação de uma unidade de beneficiamento em moldes de manufatura de banana para doce. Relata ainda o autor que uma primeira parcela do PROCERA foi utilizada para a aquisição de um caminhão, um boi e um microtrator Tobata para serviços de preparo do solo. A prefeitura, na fase inicial do projeto, firmou um convênio com o Ministério do Interior para a construção de mais dois galpões comunitários e recuperação das estradas no interior do assentamento. (Pinheiro: 1999: 342-343)

Como observa Pinheiro, (1999) ao perceber que os recursos obtidos com as contribuições seriam insuficientes para a realização dos objetivos pretendidos pela organização, a mesma passa a buscar recursos junto a diversas fontes externas, não apenas na prefeitura municipal mas outros órgãos do governo estadual, federal e outras instituições.

No trabalho desenvolvido na área de Sobradinho, os autores também evidenciaram a centralidade da questão dos recursos como estímulos à criação das associações de pequenos produtores.

Em síntese, o Programa Especial de Sobradinho surgiu tendo, como um de seus principais mecanismos, o repasse de recursos às comunidades, como forma de sanar parte das dificuldades produtivas criadas pelo Estado com a construção da barragem e a conseqüente desapropriação das terras dos pequenos produtores.

Esse repasse de recursos justifica-se pela perspectiva de ampliar a participação dos pequenos produtores locais, através da transferência progressiva das decisões para o âmbito destes produtores, desde que organizados em associações. (MACHADO ET AL., 1987, p. 114)

E destacam, quase que para o conjunto das diversas associações criadas,

à exceção da Associação Agrícola São Joaquim, criada com orientação da Igreja, as demais surgiram por influência direta ou indireta do Programa, que contava como **móvel de atração** a proposta de repassar recursos diretamente às comunidades através das associações formalizadas. (MACHADO ET AL., 1987, p. 115, grifos dos autores)

### **1.7. Assistência Técnica e Extensão Rural nas Associações**

A propósito do papel dos técnicos como atores importantes no processo de constituição de associações, atuando num paradigma de totalidade ou holístico<sup>4</sup>, Sperry; Mercoiret; Ferraris (1999) apontam que

Sem dúvida, a ação desenvolvida pelos órgãos do Governo com os agricultores, durante o exercício do Programa Convivência com os Cerrados, reforçou a aproximação entre os membros das comunidades e funcionou como base para o movimento associativo de Silvânia. O Programa enfocava a propriedade agropecuária como um todo e apoiava-se tanto nas práticas geradas pelos próprios agricultores como nas produzidas pela pesquisa. Suas atividades

---

<sup>4</sup> Perspectiva de atuação da extensão rural em que a abordagem e a intervenção compreendem a propriedade como uma totalidade complexa e sistêmica, neste sentido, constituindo um paradigma mais condizente com a questão da sustentabilidade em todos os seus aspectos.

uniam a tecnologia agropecuária ao gerenciamento das fazendas, ao associativismo e ao crédito rural. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 20-21)

Defensor de uma atuação mais autônoma e protagonista dos agricultores, sobretudo os pequenos, e suas famílias, Lacki (1997) propõe um conjunto de três 'pilares' como fundamentais para conferir sustentabilidade a estes sistemas de produção, a saber: tecnologia adequada e que seja apropriável pelos pequenos produtores, capacitação permanente e organização para a atuação de forma coletiva.

Sobre os desafios dos órgãos externos de apoio daqui para frente, os autores que estudaram as associações de Silvânia e região, consideram que

No momento, os grandes desafios que se colocam aos órgãos externos de apoio são: adequar as estratégias de ação para tornar os agricultores ainda mais independentes do apoio técnico; multiplicar a idéia de fazer nascer a disposição em reproduzir em outras localidades as práticas bem-sucedidas em Silvânia; e continuar contribuindo para aumentar a produtividade das culturas e dos rebanhos, sem comprometer a sustentabilidade da região. Esses desafios podem ser representados por um conjunto de perguntas, que deverão ser respondidas pelos órgãos de apoio: como as informações produzidas pela pesquisa poderão ser mais bem aproveitadas pelos agricultores? Como poderão eles contribuir para o processo de captação e divulgação dessas informações? Qual será a utilidade dessas informações para os componentes de cada associação? Qual será a utilidade dessas informações para a sociedade em geral? (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 41)

A preocupação com o papel da assistência técnica e extensão rural, o papel dos técnicos como mediadores do processo de constituição de associações de

produtores rurais está presente na obra de Pinheiro (1999) como se pode perceber no trecho seguinte:

Os principais agentes envolvidos na fundação de associações foram os técnicos de extensão rural, assessores de pastoral e sindicalistas. A pergunta que surge é: o que levou a que mediadores com inserções tão diversas identificassem no associativismo uma saída para a agricultura familiar na década de 1980? É evidente que a resposta não é uma só, nem é a mesma para cada um deles, pois está relacionada com as diferentes visões que possuíam sobre as possibilidades e limitações da agricultura familiar. (PINHEIRO, 1999, p. 336-337)

O autor reforça a opção feita em dado momento pelos integrantes dos órgãos oficiais de assistência técnica por determinado público decorrente de um processo de reavaliação da finalidade e importância da extensão rural como política pública

No caso dos extensionistas, verificou-se, desde o início da década de 1980, um processo de reavaliação do trabalho junto à então chamada **pequena produção**. Esse processo iniciou-se a partir da constatação de que o modelo de extensão baseado na utilização massiva de insumos e defensivos industriais, vigente na década de 1970, tinha uma reduzida penetração entre os pequenos produtores. (PINHEIRO, 1999, p. 336, grifos do autor)

No mesmo sentido, diz o autor citando o trabalho de Musumeci (1987)

As transformações decorrentes da escassez de recursos decorrente das reformulações da política de crédito agrícola na década de 1980, levou o sistema oficial de extensão a buscar novas formas possíveis para a continuidade de suas atividades, concentrando seus esforços no desenvolvimento do 'trabalho social' e na 'organização comunitária.'" (Pinheiro, 1999: 336-337)

Desta forma, continua o autor, a extensão rural

“resgatou o aspecto mais humanista da extensão que, segundo avaliações dos extensionistas, havia sido substituído por uma visão excessivamente tecnicista. A influência dos extensionistas se deu na maior parte das associações fundadas na década de 1980 e foi importante principalmente na tentativa de encontrar soluções adequadas para a escala de produção das pequenas propriedades. Porém, o trabalho dos extensionistas não se limitava apenas à parte técnica; vinha acompanhado, também, do desempenho de um papel de ‘animadores culturais’, isto é, promovendo reuniões e outras atividades que estimulassem a participação dos lavradores.”  
(Pinheiro, 1999: 337)

No caso do Estado de São Paulo, o trabalho desenvolvido pelos profissionais do ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, órgão responsável no Estado pelas ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) são representativos desta estratégia, através da priorização do trabalho e do atendimento a demandas coletivas, ou seja, de grupos de produtores. Por um lado, tal definição visa a atender aos grupos organizados ao mesmo tempo em que pretende suprir tais serviços de forma mais racionalizada, otimizando os recursos materiais e humanos do Instituto.

Também por parte da CATI, o motivador de uma ação nesta linha foi – e tem sido – o PEMH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, com seus estímulos diversos oferecidos para as comunidades que se organizarem em associações, que foca os agricultores familiares e suas organizações num determinado território compartilhado, sobre o qual se pretende promover ações com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Tais aspectos estão presentes no trabalho de Bergamasco e Norder (2003), como se pode ver abaixo:

Outro componente fundamental do projeto foi a busca de alternativas que pudessem garantir a sustentabilidade do assentamento, não apenas no sentido do uso racional e conservacionista dos recursos naturais, mas também da organização sócio-econômica e cultural em construção pelos assentados. Estes pressupostos garantiram a prática da extensão rural enquanto processo educativo, onde o saber técnico/teórico/acadêmico e o saber popular/prático/cotidiano puderam interagir e realimentar o trabalho conjunto. (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.122)

Matos (2002), entretanto, é bastante crítico no que diz respeito ao volume de recursos destinados pelo Estado para que as ações cabidas à extensão rural possam ser exercidas. Não se pode perder de vista a diminuição do papel do Estado no contexto do neo-liberalismo e do processo de globalização acelerado a partir dos anos 90.

...além de insuficientes, uma grande parte desses recursos (destinados pelo MDA à agricultura familiar e à reforma agrária) fica comprometida por falta de orientação técnica, tanto no que diz respeito às tecnologias adequadas às condições do quadro natural e à dimensão familiar da produção, quanto a todos os aspectos organizacionais e gerenciais envolvidos na produção e na comercialização. No conjunto, os recursos destinados à capacitação e à assistência técnica, não chegam a 2% do total, caracterizando o pouco caso com essas questões, que nos parecem vitais para o sucesso das políticas que envolvem mudanças de hábitos culturais, particularmente de baixa escolaridade, como é o caso. (MATOS, 2002: 362)

O autor, a exemplo de outros autores já referidos, também questiona a própria capacidade de intervenção dos extensionistas na realidade, face às diversas tarefas de que precisam dar conta, em especial a de incrementar e fortalecer a organização

coletiva dos agricultores, em virtude de uma deficiência de capacitação dos mesmos para tais missões.

A questão que se coloca é sobre as possibilidades reais de uma ajuda externa aos processos de organização e à construção da autonomia comunitária. [...] Até que ponto nossos profissionais de assistência técnica, extensão rural e a militância dos movimentos da sociedade civil são formados nessa perspectiva? qual a capacidade de incorporar a análise crítica da realidade nos nossos currículos de formação profissional, promovendo o conflito criativo na dinâmica da aprendizagem, no lugar da conformação ao saber inquestionável das elites dominantes? (MATOS, 2002, 366)

### **1.8. O Papel da Associação**

Esta questão é contemplada em outras seções deste trabalho. No entanto, como surge na literatura exatamente com esta redação, considerou-se interessante apresentar as referências sobre a organização e o funcionamento das associações.

Referindo-se ao conjunto de associações criadas na região de Silvânia, Goiás, os autores destacam o papel destas organizações sobretudo no âmbito da produção e como canal para incorporação de inovações tecnológicas nos sistemas de produção.

As associações têm desempenhado atividades essencialmente na área econômica, contribuindo para melhorar as explorações agrícolas e facilitado a adoção de novas tecnologias agrícolas. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 23)

Já, no caso do estudo desenvolvido durante a década de 90, em um município da região serrana do Rio de Janeiro, o autor confere a estas organizações um leque mais amplo de atribuições, contemplando questões relacionadas à própria sociabilidade como se vê a seguir:

Dentro dos assentamentos, as associações de produtores tiveram um papel fundamental não só para o encaminhamento de demandas ligadas à produção e à comercialização, que eram vitais para a viabilização econômica desses núcleos, mas também para o desenvolvimento de novas formas de relacionamento social, construção de identidades, formação de novas lideranças políticas e colocação de novos problemas na pauta de reivindicações dos agricultores familiares. (PINHEIRO, 1999, p. 329-330)

### **1.9. Autonomia e Dependência nas Associações**

Um dos aspectos centrais no estudo de associações refere-se à forma como as mesmas desenvolvem suas ações de forma autônoma e independente. Por sua vez, tal aspecto tem desdobramentos importantíssimos sobre a própria dinâmica de funcionamento, a forma como são realizadas as decisões, o controle do patrimônio pelos próprios associados, entre outras, capazes de conferir a estas organizações um caráter de instituições representativas, democráticas e assim se constituindo em importantes espaços de consolidação da cidadania ativa.

Há, na literatura utilizada neste trabalho, diversas referências a este binômio polarizado, conforme se ilustra a seguir.

Provavelmente, o sucesso do movimento [associativista em Silvânia] pode estar ligado à sua origem e à forma independente de organização que adotou, pois, como disse com orgulho um dos agricultores: 'melhoramos economicamente, mas nada nos foi dado'. Ou seja, receberam apoio de líderes políticos e de técnicos de empresas de pesquisa e extensão rural, parceiros de seu desenvolvimento, e assumiram compromissos bancários, mas nunca estiveram vinculados a formas externas de gerenciamento ou subordinação. São unânimes em atribuir seu desenvolvimento à combinação financiamento + informações técnicas. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 32)

O trecho acima ilustra que a ação dos mediadores que atuaram no processo de formação das associações e continuaram atuando como profissionais de assistência técnica e extensão rural, parecem tê-lo feito sem interferir no processo de condução das mesmas, uma vez que a percepção do agricultor referido atribui independência à forma como as mesmas têm sido conduzidas. Também se podem perceber os limites da atuação dos mediadores colocados como responsáveis pelo oferecimento de informações e orientações, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de financiamentos, outro dos pilares do desenvolvimento destas organizações.

Se isto é verdadeiro, o trecho seguinte destes mesmos autores parece contradizer ou minimizar a noção de autonomia e independência que os mesmos pareceram alcançar. Se, de fato, a informação tem sido considerada importante para o alcance do desenvolvimento, a mesma é apontada como muito incipiente e reduzida tanto entre os próprios integrantes da sociedade local como em relação a contatos externos.

Os pequenos agricultores de Silvânia costumam procurar pouca informação fora da comunidade e, menos ainda, no interior do grupo. Se fizessem investimentos neles mesmos (procurando pessoas e efetuando treinamentos especializados), além de aumentar seus conhecimentos, cresceriam perante a sociedade onde estão inseridos e teriam mais facilidade para expressar demandas e formular projetos coletivos de trabalho. A despreocupação em buscar informações técnicas desde a criação das associações (esperam que 'os de fora' venham explicar como e o que fazer) pode ter sido um dos motivos que levou algum a se desmotivar, pode ter contribuído para aumentar o desinteresse de outros [e] para dificultar a expressão de demandas e a construção de objetivos mais motivadores. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 39)

Este limite de informações refere-se a questões basais como o desconhecimento do que significa este novo sujeito social denominado associação, suas potencialidades e características, conforme revelam os autores, com base no depoimento de um dos integrantes de uma associação de Silvânia. A propósito, tal desconhecimento não é exclusivo destes associados e é perceptível na maioria integrantes de associações que, na maior parte das vezes, limitam-se à compreensão parcial e limitada da associação como uma ferramenta de acesso a determinados benefícios.

Adicionalmente, o trecho acima é revelador da dependência com respeito às decisões de fora, externas à comunidade, numa referência ao papel dos técnicos da extensão rural como mediadores mais assíduos nestas associações.

Na opinião dos próprios agricultores, o que está faltando para o grupo é saber com clareza o que é o associativismo, porque 'até agora, muitos não se deram conta de que eles é que são a associação, e que o patrimônio coletivo, adquirido em conjunto, é dele!'. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 39)

Quanto à afirmação do produtor rural apontada acima, cabe reforçar que um dos principais desafios no tocante à capacitação de agricultores para a constituição de associações ou cooperativas é conseguir que os mesmos incorporem a compreensão de que, nestas organizações, eles devem ser ao mesmo tempo três pessoas: o dono, o cliente e o próprio fiscal ou gerente da entidade, condição que permite, através do exercício da empatia, situar-se em pólos antagônicos ao mesmo tempo. Além disso, ao participar de uma organização coletiva como uma associação, deve haver por parte de seu integrante uma renúncia ao individualismo em favor da coletividade o que equivale a assumir novas atitudes e comportamentos, o que é, em nossa sociedade, um enorme desafio.

Em obra recente, dois dos três autores do texto acima, enfatizam aspectos importantes para o processo de busca da autonomia das organizações, que passa necessariamente por uma mudança de atitudes que, por sua vez, decorre da conscientização coletiva.

Para os agricultores, provavelmente, o resultado mais importante das associações seja o de contribuir para o processo de conscientização coletiva sobre a necessidade de se organizarem para buscar soluções para seus problemas e atrair para si a responsabilidade dessa busca. Por meio da associação, são praticamente 'empurrados' em direção à evolução e à diversificação, pois se dão conta de que, se não fizerem alguma coisa por eles mesmos, será muito difícil encontrar quem o faça. (SPERRY; MERCOIRET, 2003, p. 65)

Analisando os mecanismos sociais internos presentes nos rearranjos grupais vivenciados pelas 24 famílias que integraram a primeira fase do Assentamento da Fazenda Anoni, sobretudo no que diz respeito à constituição de modelos de produção coletiva propostos por distintos mediadores, Zimmermann (1994) considera que a potencialização da capacidade produtiva do trabalho e a concentração adequada dos meios de produção não conseguem se dar simplesmente pela compreensão teórica de sua importância e significação, sendo necessário considerar o respeito ao ritmo de apreensão dos novos conhecimentos e da formação da nova coletividade.

As contradições internas surgidas no processo de coletivização e homogeneização de segmentos de trabalhadores com aspirações camponesas explicitam e reforçam a necessidade de respeito ao ritmo do aprendizado diário, o que não se consegue apenas com o trabalho político-ideológico. Para a consecução dos objetivos econômicos e políticos, impõe-se um tempo de gestação onde ocorrerá o descobrir-se, o reconhecer-se e o fazer-se enquanto identidade coletiva. (ZIMMERMANN, 1994, p. 221)

E, de modo a ilustrar um processo de construção desta identidade coletiva, de forma autônoma pelo próprio grupo negando e superando as orientações e modelos propostos pelos mediadores, a autora refere-se à percepção da comercialização

como instância percebida por todos como ponto de estrangulamento comum e propiciadora de tal coesão.

O não-entendimento dessas questões levou a um acirrado embate de forças entre os assentados que, reconhecendo a dificuldade de solucionar as suas contradições internas, buscam um novo caminho para se homogeneizarem, por intermédio da comercialização direta, ou seja, pela tentativa de eliminação de intermediários no circuito mercantil. Tal posicionamento evidencia que, dentre as contradições vivenciadas pelas famílias, é a subordinação ao capital comercial a que mais concretamente aparece com possibilidade de superação. É pela eliminação da apropriação do sobretrabalho, cristalizado no produto das unidades produtivas familiares e grupais, via relações de mercado, que efetivamente acreditam poder iniciar o aprendizado político desejado. (ZIMMERMANN, 1994, p. 221)

E, continua a autora, explicando o sentido deste comportamento

Ou seja, nesse jogo de forças onde a apropriação de sobretrabalho pode se dar por vários agentes sociais, as famílias procuram ir minimizando as variantes da subordinação, e se aglutinam em torno daquela que lhes é mais conhecida. O enfrentamento conjunto aos agentes do capital comercial auxilia no resgate da identidade coletiva perdida em meio às contradições geradas no processo organizativo do assentamento e dilui os efeitos do inter-relacionamento assimétrico. (ZIMMERMANN, 1994, p. 222)

Desta forma, ao considerar a necessidade e importância de, nas organizações coletivas, construir-se uma identidade coletiva e resgatando a importância do respeito ao ritmo de aprendizado dos próprios atores sociais – muitas vezes colocados de forma compulsória em condições de convivência, a autora conclui:

O primado do 'coletivo' e de outras formas modelares acaba por desrespeitar o ritmo de aprendizagem e a conduta democrática de convivência que, juntamente com o trabalho de formação teórica, atuam como sustentáculos do crescimento conjunto da consciência política. A adoção de formas mais complexas, comprovadamente mais eficazes à potencialização da produtividade do trabalho e aumento dos investimentos produtivos, terá de se dar em meio à prática democrática do autofazer-se na diversidade de formas associativas que as especificidades das famílias determinam. [...] O ideal de auto-suficiência e autonomia dos colonos assentados poderá ser alcançado enquanto um **ser coletivo** mas eles assim precisam se entender, para terem espaço no contexto geral gaúcho e brasileiro. (ZIMMERMANN, 1994, p. 223, grifos da autora)

A situação, analisada por Pinheiro (1999) quanto à Associação dos produtores rurais de Maria Mendonça, no município fluminense de Trajano de Moraes, no que diz respeito às dificuldades de manutenção do caminhão da entidade, permite refletir sobre a relativa autonomia da mesma bem como sobre o papel dos associados tanto no controle e administração desta organização coletiva e ainda sobre a constituição de um fundo de manutenção de máquinas e do caminhão de modo a minimizar os efeitos inevitáveis das freqüentes avarias sofridas pelo mesmo, nas péssimas condições das estradas locais.

Concretamente a associação solicitava apoio para o conserto e manutenção do caminhão, aquisição de embalagens, pneus e até mesmo de ajudantes, configurando uma relação de dependência que limitava sua autonomia. Da parte da prefeitura, o atendimento aos pedidos da associação configurou uma política clientelista, sobretudo porque aquela comunidade por suas características étnicas e culturais a configurava como promissora base eleitoral.

Esta relação com a prefeitura teve um caráter contraditório, pois, se de um lado permitia que a associação pudesse evitar a ação dos atravessadores, por outro, impedia que se formalizasse um acordo ou parceria de maior vulto, corroborando a relação de dependência e de reduzida autonomia por parte da associação enquanto

os apoios concedidos pela prefeitura eram veiculados no município como propaganda do executivo local e seu apoio à agricultura familiar local.

Como esta relação é essencialmente dialética, acabou por contribuir para o aumento da capacidade de organização da associação, por sua vez decorrente “do crescimento econômico da mesma e também da ampliação do contato desses produtores com outras entidades financiadoras” inviabilizando “as pretensões da prefeitura em se constituir o interlocutor básico da comunidade em um sistema clientelista.” (Pinheiro, 1999: 350)

Esta constatação reforça a noção de pobreza política tão comum em nossa sociedade, em que um detentor do poder público inverte seu papel de representante eleito para realizar a vontade coletiva, age colocando seus interesses eleitorais acima da vontade de uma coletividade, legitimamente organizada. De meio para a consecução do bem comum, a política passa à condição de fim em si mesma.

Um dos desafios permanentes para as associações em Trajano de Moraes tem sido a capacidade de manterem os seus objetivos básicos, isto é, de se firmarem como organizações autônomas, com altos índices de participação e aptidão para o encaminhamento das demandas dos agricultores familiares da região. (PINHEIRO, 1999, p. 351)

Não apenas em Trajano de Moraes como em todas as associações estes desafios são centrais. Aliás, uma associação dinâmica e exitosa é exatamente aquela que funciona com o máximo de participação de seus associados, o que por sua vez, é condição para o alcance da pretendida autonomia.

Na prática, contudo, entende-se que esta autonomia seja sempre uma autonomia relativa, em virtude da natureza das relações que a mesma estabelece com os demais atores sociais. Mas de fato, como diz o autor “*pensar a possibilidade de continuidade das associações implica considerar a capacidade que elas vêm demonstrando de impor, em alguma medida, os seus pontos de vista.*” (Pinheiro, 1999: 351)

No caso da associação do assentamento, o autor revela que há uma percepção clara e nítida da falta que a mesma faz, o que é avaliado por indicadores como as dificuldades de relacionamento com o Estado e com as entidades financiadoras, sem a figura de uma personalidade coletiva, e até mesmo com os técnicos da extensão rural, *“visto que o declínio da associação representou uma diminuição do poder de barganha que possuíam.”* (Pinheiro, 1999: 352)

A questão da autonomia e dependência também pode ser apreendida pela forma como a organização estabelece, em seu interior, as deliberações e decisões. O exemplo citado abaixo também é observado na Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e pode ser indicativo dos limites de atuação dos mediadores junto às organizações coletivas.

A direção das associações foi confiada a uma diretoria e a um conselho fiscal, eleitos pelos assentados, tendo como órgão deliberativo a assembléia, na qual participavam (e ainda participam) os técnicos, no sentido de contribuírem na tomada de decisões. (BERGAMASCO, 1994, p.228)

A formação de uma identidade coletiva é fundamental para o amadurecimento da noção de autonomia. Neste sentido, Matos (2002) chama a atenção para o conceito de sujeito social, como um requisito anterior à obtenção do crédito, da infraestrutura produtiva e da tecnologia, como tendo significado objetivo para o momento de organização da coletividade quanto à tomada de decisões próprias, podendo inclusive influenciar as políticas públicas para o setor.

Não precede do ponto de vista temporal, justificando que os programas devessem esperar primeiro que se formassem sujeitos sociais autônomos para então serem implementados. Não, a população se organiza para superar suas próprias dificuldades aproveitando as oportunidades oferecidas pelas políticas públicas. São processos interdependentes à medida que a própria comunidade pode influenciar na formulação das políticas, desde que

os órgãos públicos tenham sensibilidade para respeitar a autonomia desses sujeitos sociais, eles florescem e se organizam sem desvios. (MATOS, 2002, p. 364)

Ainda segundo este autor

Essa mudança de atitude das instituições públicas com relação ao respeito à autonomia comunitária produz uma transformação substancial nas relações políticas entre o Estado e as comunidades, à medida que as transforma de objeto em sujeito de seu próprio desenvolvimento, conferindo não apenas maior efetividade ao processo, mas, sobretudo, a tão desejada sustentabilidade, subsidiária direta da autonomia. (MATOS, 2002, p. 364)

O autor fundamenta sua argumentação na constatação de que, na prática atual os agricultores familiares têm sido objeto das pesquisas universitárias, da assistência técnica e dos componentes dos programas de desenvolvimento, mas nunca sendo tratados como sujeitos autônomos. Tanto para os agentes da extensão rural como para todos os demais interessados em conferirem apoio a este segmento social, inclusive as próprias organizações destes trabalhadores, por mais que se fale de processos participativos, a questão da autonomia local é raramente posta como premissa fundamental do trabalho, revelando uma tendência assistencialista, paternalista desses processos sociais em que está presente uma concepção de incapacidade de racionalidade e de discernimento e crítica por parte dos atores sociais que careceriam de ações catequizadoras para se tornarem emancipadas.

Numa análise mais detalhada do quadro político, observa-se que o processo histórico de dominação das oligarquias rurais e de alienação política, econômica e ideológica das populações excluídas, cristaliza-se na inibição da cidadania e da capacidade de estabelecer reflexões críticas sobre sua condição de dependência. Mas, a alienação e dependência não podem justificar uma tutoria política, uma doutrinação ideológica, mesmo tratando-se de

vanguardas políticas comprometidas com causas populares, sob pena de reproduzir a dependência e a submissão a outros senhores, por mais éticos e identificados com os destinos da comunidade local que sejam. (MATOS, 2002, p. 365)

O autor preconiza que a maior contribuição que se pode dedicar a estas comunidades seria a facilitação da constituição e desenvolvimento do que ele denomina “coletivos auto-regulados com base na capacidade de análise crítica do contexto político-econômico, numa linha orientada pela filosofia da práxis, com uma metodologia que não enseje apenas a participação nos processos decisórios, mas que invista também na subjetividade das relações sociais” (Matos, 2002: 365)

Defende ainda a necessidade de se “ultrapassar os limites da racionalidade instrumental dos diagnósticos e planejamentos participativos para compreender os mecanismos de dominação que se estabelecem nas relações sociais internas e externas à comunidade, considerando que o objetivo é subverter os processos de dominação e construir a autonomia política e o desenvolvimento da comunidade.” (Matos, 2002: 364-365)

Tal artigo é dirigido aos profissionais da chamada ATER – assistência técnica e extensão rural – assim como às instituições formadoras destes profissionais e das instituições que elaboram ou executam políticas públicas para este setor da sociedade. Neste sentido, aponta os limites da capacitação e saberes dos atuais técnicos para a tarefa de superação dos níveis de dependência observados nas organizações coletivas dos produtores rurais e de promoção, por conseguinte, da autonomia como princípio, como um valor fundamental a nortear as ações destas entidades.

Sobre a questão da autonomia, o autor considera que

O complexo processo de construção da autonomia social de uma comunidade completa-se com [a] capacidade de se apropriar da própria história, o que compreende o domínio sobre os processos de organização social e de relações interpares, sobre a análise e interpretação das instituições que regulam sua vida, o que significa

apropriar-se do saber, da tecnologia, dos meios de produção e dos recursos necessários à garantia de condições de vida com cidadania e dignidade. Tudo começa com o controle do próprio processo de desenvolvimento da organização, freqüentemente controlado por especialistas externos à comunidade baseados num 'suposto saber' que conduz o método passo a passo, sem questionamento dos participantes que seguem procedimentos sistemáticos, nos quais não há espaço para as reflexões sobre os mecanismos de poder embutidos no próprio método. (MATOS, 2002, p. 365)

Embora a afirmação anterior faça uma homogeneização total, é preciso reconhecer que há, certamente, casos e casos em que esta relação se apresente de forma ora mais autoritária ora mais democrática. Melhor explicitando, não se pode negar a presença de questionamentos por parte dos produtores rurais, o que equivaleria atribuir-lhes um papel quase que exclusivamente de sujeitos totalmente passivos neste processo. Contudo, há níveis ou graus em que isto se manifesta na realidade, conferindo diferentes graus de autonomia a suas distintas organizações.

A forma dialética como Machado et al (1987) analisam o processo de formação das associações em decorrência da construção da barragem e formação do reservatório de Sobradinho, ilustram a questão da autonomia contraposta à noção de indução provocado pelo Estado através do Programa Especial de Sobradinho.

Isso faz com que o processo organizativo da borda do lago apresente, em sua origem, um caráter de dupla identidade: é, ao mesmo tempo, produto da comunidade e de um Programa que procura uma estrutura organizacional capaz de realizar uma proposta de planejamento, centrada na reestruturação do processo produtivo e no resgate ou recuperação da imagem desgastada do Estado na área. Desta forma, autonomia e indução das organizações se fundem nos momentos iniciais do processo,

possibilitando ao Programa ajustar-se à realidade social da área.  
(MACHADO ET AL., 1987, p. 111-114)

A indução, presente claramente neste caso, assim como em inúmeras situações registradas na literatura – inclusive algumas já apresentadas ao longo deste trabalho – é evidenciada no fato da liberação de verbas para a reorganização produtiva das comunidades impactadas estar condicionada à constituição formal de associações, instrumento jurídico necessário nesta relação entre o Estado e as populações reassentadas *“determinando o caráter induzido do modelo associativo.”* (MACHADO et al., 1987: 115).

A estratégia dos mediadores do Programa aponta para uma tática de quase cooptação, interpretada pelas comunidades locais como autonomia resultando do próprio processo de luta e mobilização, conforme registram os autores.

...a proposta metodológica foi viabilizada, basicamente, a partir da utilização das lideranças mais politizadas e expressivas dos núcleos [que] após o reassentamento, procuraram alternativas sócio-econômicas para o difícil processo de readaptação e reestruturação de suas atividades, sob as novas condições impostas. Isso facilita a compreensão do discurso de autonomia das associações que, em muitos casos, são consideradas pelos associados como fruto de sua própria mobilização. (MACHADO ET AL., 1987, p. 115)

Estes mesmos autores também apontam o nível e a qualidade da participação dos integrantes das organizações coletivas como pressuposto fundamental para o amadurecimento do conceito de autonomia e conseqüente redução da dependência.

A participação que se observa nessas [duas] associações é mais intensa do que nas demais, verificando-se um processo de participação coletiva nas decisões e atividades, como reuniões, assembléias e trabalhos em grupos. Em uma delas, particularmente, se constata uma prática democrática na ocupação dos cargos, existindo uma disposição coletiva para a alternância e a renovação dos dirigentes. Essa prática viabiliza a ampliação do número de lideranças no núcleo, através de socialização do exercício de direção. (...) Em ambas, a participação dos membros nas distintas atividades **não depende da ação dos técnicos** mas sim de fatores internos à constituição da própria associação, tais como: origem da associação, formação do núcleo e representatividade de suas lideranças. (MACHADO ET AL., 1987, p.122, grifos nossos)

Os autores elencam os elementos explicativos básicos que propiciam, nas associações consideradas com relativa autonomia, o caráter dinâmico da participação consolidando o modelo associativo proposto pelo Programa e ao mesmo tempo possibilitando a representação dos interesses dos pequenos produtores, a saber: *“a identidade do grupo social, a experiência e mobilização, a existência de lideranças atuantes e politizadas na condução das organizações.”* (MACHADO et al., 1987:124)

Por outro lado,

Em algumas das associações, a não participação dos associados nas decisões acentua a centralização das ações na diretoria e gera, ao mesmo tempo, uma maior dependência em relação ao Programa. Isto ocorre, em parte, devido ao próprio processo de criação destas associações, que obedeceu a um ritmo muito superior ao que a

comunidade necessitaria para compreender **o papel da associação como canal de expressão coletiva**. (MACHADO ET AL., 1987, p.124, grifos nossos)

Desta forma a conclusão destes autores sobre o processo participativo naquela região dá conta da articulação de elementos contraditórios conformando uma totalidade própria.

Como se observa pela análise dos elementos que configuram a participação e organização na borda do lago, a explicação do processo participativo desencadeado pelo Programa apresenta **aspectos contraditórios que se articulam conformando uma dinâmica social onde participação e centralização, autonomia e dependência** são fatores que se articulam num só movimento. (MACHADO ET AL., 1987, p.127, grifos nossos)

O trecho a seguir revela, como já apontado em outra seção, a questão dos recursos próprios como ingrediente propiciador da autonomia e decorrente diminuição de dependência externa. É preciso pensar em formas de promoção desta noção de autonomia no longo prazo, uma vez que tais programas sempre têm um horizonte temporal definido. Além disso, tal necessidade remete necessariamente para a noção de sustentabilidade econômica e social que as organizações devem buscar.

Diferente de outras sociedades civis [como as associações profissionais] que dependem, fundamentalmente, da contribuição dos seus membros e, por isso, têm interesse em recrutar crescentemente novos sócios, as associações de pequenos produtores da borda do lago são **mantidas com recursos governamentais**, o que torna secundário a ampliação do seu

quadro de associados. (MACHADO ET AL., 1987, p.117, grifos nossos)

É interessante observar na obra de Machado et al (1987) a referência a um processo de diferenciação social dos atingidos em que acabam se colocando em situação bipolar e, desta maneira, comprometendo conceitos e noções caríssimas para as organizações coletivas como a de identidade social e de solidariedade, como se pode verificar no trecho seguinte:

As justificativas dadas pelos associados e não associados para os limites da participação nas associações que hoje detêm um maior patrimônio, dão conta da existência de uma barreira intransponível entre 'nós' membros e 'eles' não membros. As restrições ao uso dos benefícios não resultam apenas de uma decisão da diretoria, originando-se entre os próprios sócios que estão convencidos de possuírem um 'direito' diferente daqueles não sócios. De modo geral, os associados consideram que aqueles que acreditaram desde o início na constituição da associação, empenhando-se e lutando para conseguir terras e recursos, são os que legitimamente podem desfrutar os direitos daquela. [...] Desta forma, a relação entre sócios e não sócios apresenta características de tensão e polarização, que podem ser descritos em termos dos binômios nós/eles, dentro/fora, recebedores/não recebedores de benefícios, etc. (MACHADO ET AL., 1987, p. 120-121)

Machado et al. (1987) concluem enfatizando o papel indutor da formação de associações que o Programa teve, sobretudo através do aporte de recursos às comunidades formalmente organizadas.

Na medida em que condicionou a liberação de verbas à existência formal de associações, o fornecimento de recursos se converteu no principal móvel indutor da organização dos pequenos produtores, determinando o caráter induzido do modelo associativo. (MACHADO ET AL., 1987, p. 115)

### **1.10. A Questão da Coesão Social nas Associações**

O fenômeno da coesão social, assim como o de identidade social, formação de sujeitos sociais – todos intimamente relacionados – é apontado na literatura analisada como um dos responsáveis pela dinâmica de atuação das organizações coletivas, de tal forma que a qualidade com que a mesma se expressa nestas entidades pode contribuir para seu sucesso ou fracasso, dois extremos de uma linha imaginária em que se pode perceber uma variedade de situações concretas.

Os autores que se dedicaram à compreensão do movimento organizativo dos pequenos produtores da região de Silvânia em Goiás, apontam um processo de diferenciação social presente em algumas associações, como resultado do acúmulo de recursos e de capital e também da maior participação nas instâncias decisórias da organização.

Nas associações de Silvânia, em relação à tomada de decisões, observam-se dois fenômenos: nas reuniões mensais, onde os sócios têm o direito de votar, discutir e tomar decisões, em geral, são sempre os mesmos que tomam a palavra e as decisões, formando-se grupos opostos com opiniões divergentes: o grupo dos que possuem mais terras, utilizam maior quantidade de equipamentos coletivos e detêm os cargos de diretoria, e o grupo dos sócios mais jovens, das mulheres e dos que possuem menos terras e mão-de-obra reduzida. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 23)

Como resultado desta diferenciação interna, relatam os autores que

O fenômeno tem interferido na coesão interna do grupo e dificultado o exercício da democracia na tomada das decisões. Em consequência, os agricultores mais jovens e as mulheres muito raramente falam nas reuniões, acham normal não participar, não manifestam muito interesse pelas questões tratadas e concordam com a decisão dos demais, apesar de não se sentirem satisfeitos com a situação. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999: 23-24)

Aliás, como resultado da análise deste trabalho, as conclusões a que chegam os autores, sobre os problemas advindos após a criação das associações, segundo depoimentos dos próprios agricultores, podem ser agrupadas em três grandes temas ou “áreas inter-relacionadas e complementares: a da coesão social, a do desenvolvimento individual ou coletivo e a do planejamento, organização e administração das associações.” (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 33)

Quando as associações são formadas com os integrantes de uma mesma comunidade, reunindo indivíduos com laços de parentesco ou de vizinhança Sperry; Mercoiret (2003) atribuem aos agricultores *“uma importância soberana, pois, no interior dessa sociedade, existem poucos outros grupos funcionando, a vida flui ao longo de canais tradicionais, e um vigoroso sentimento de solidariedade congrega o todo.”* (SPERRY; MERCOIRET, 2003, p. 66)

Já nas condições de um projeto de assentamento, como é o caso de nossa realidade de análise, o Cinturão Verde de Ilha Solteira, Zimmermann considera que

A homogeneização resultante das condições de existência e disposições semelhantes para a luta, presentes no acampamento da Anoni, desfaz-se no assentamento. Nesse novo ‘espaço social’ de relações buscam construir mecanismos associativos que possibilitem a sua reprodução simples e como força econômica e política, capaz de enfrentar seus ‘inimigos de classe’. Como há uma padronização proposta pelo MST, com hierarquização dos diferentes modelos sugeridos, são as características das famílias que conseguem se estabelecer nessas formas organizacionais convencionadas que acabam por dar a configuração do ‘capital

específico' que movimenta o 'capital social' em questão – capital entendido como a capacidade de organização social, econômica e política das famílias (ZIMMERMANN, 1994, p. 215-216)

Também a associação do assentamento analisada por Pinheiro (1999) revela a importância da coesão social como elemento presente.

A associação do assentamento Fazenda Santo Inácio foi fundada em 1988, em vista da necessidade de obtenção de recursos para promover a diversificação de cultivos, já que a área desapropriada era marcada pela monocultura da banana; também como meio de manter a coesão dos assentados após a instalação das famílias nos lotes. (PINHEIRO, 1999, p. 341)

Carvalho (1998) empreende um estudo em que são analisados assentamentos de trabalhadores de vários estados do Brasil, constatando a diversidade e complexidade de formas de associativismo, buscando compreender o grau de coesão social de um determinado grupo social, além de identificar os diferentes planos sociais que proporcionaram possibilidades de convivência entre grupos sociais com identidades sociais distintas entre si dentro de um mesmo assentamento.

Ou seja, sua preocupação reside em verificar como se estabelecem as formas de associativismo ou de cooperação dentro de um mesmo assentamento, muitas vezes, constituído a partir da reunião de indivíduos desprovidos de um convívio anterior, de laços de parentesco, amizade ou outros. A temática da coesão social está, portanto, presente nesta pesquisa.

Para Carvalho,

A associação é compreendida como uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social, este

expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas. (CARVALHO, 1998, p. 5)

Em outro estudo, Carvalho (1999) trata especificamente de aspectos como a interação social, a coesão e formação de identidades sociais como determinantes dos grupos que se estabelecem nas condições de assentamentos de trabalhadores rurais, como é o caso do Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Afirma o autor que

Muitas dessas pessoas e famílias acabam por identificarem-se entre si em função das afinidades que supõem (subjetividade) existirem entre elas, num determinado plano social de suas vidas, seja este o econômico, o de parentesco, o religioso, o de vizinhança o de lazer, etc. Tais identidades sociais, neste contexto, são consideradas como fenômenos sociais e, portanto, passíveis de observação. (CARVALHO, 1999, p. 23)

Reiterando que no interior dos assentamentos formam-se ou reproduzem-se diversos grupos sociais, o autor enumera três tipos de identidades sociais que o mesmo constatou neste estudo, presentes nos diversos assentamentos, a saber: identidade social por rede de relações sociais consolidadas historicamente; identidade social pela origem (ou procedência das pessoas), e ainda a identidade social pela política, notadamente em situações que envolveram o processo de luta pela terra, de realização de acampamento.

Cabe destacar que a preocupação do autor, em última análise está em identificar a existência de atores ou sujeitos sociais, a partir daquelas três possibilidades de identidades por ele elencadas.

A perspectiva de análise com base na sociometria também tem sido empregada para se apreender as interações, as relações interpessoais entre os integrantes dos grupos, enfim a coesão social, basicamente segundo três possibilidades de interação: técnica, afetiva e política. Embora não seja objetivo específico deste trabalho, um aprofundamento nesta perspectiva teórico-

metodológica a referência à mesma revela autores e equipes multidisciplinares atendo-se a tais estudos, como Spéry (1999), Rocha et al (2003) e Spéry et al (2003).

A construção ou ampliação da coesão social é algo buscado pelas comunidades como o atestam o caso relatado por Zimmermann (1994) já visto e o de Bergamasco (1994) como segue:

Estratégias tecnológicas, estratégias coletivas que perpassam estratégias em nível do próprio grupo familiar resultam em tentativas vivenciadas de construção de espaços de sociabilidade. (BERGAMASCO, 1994, p.234)

### **1.11. Um tipo particular de Associação: A Associação de Máquinas e a questão da Patrulha Agrícola**

Uma das principais características da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira é ser uma associação de máquinas, conforme se registra na literatura, embora ela mesma não se apresente como tal. Isto porque o oferecimento a seus associados – e também a outros interessados externos – de serviços de preparo de solo, colheita e transporte da produção é um dos senão o mais forte eixo de atuação daquela associação.

Em função disto, nesta seção procura-se contemplar aspectos relacionados à aquisição pelas associações das chamadas patrulhas agrícolas, entendida como o conjunto de máquinas e implementos agrícolas destinados aos serviços acima descritos.

Ao elencar as diferentes possibilidades ou formas organizativas existentes no assentamento da Fazenda Anoni, Zimmermann destaca a ‘Associação de máquinas’ entre outras possibilidades.

As formas modelares concebidas pelo MST e adotadas pelo Mirad são então buscadas, a saber: Coletiva – caracterizada pelo espaço físico produtivo e doméstico de domínio e responsabilidade da

coletividade; Semicoletiva – organiza coletivamente as relações econômicas, sendo individualizado o espaço doméstico e parte do produtivo; Associação de Máquinas – reúne interessados na otimização da capacidade produtiva das famílias e da terra, pela associação de capital (principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos); Associação de Vizinhança – reúne o trabalho de famílias para a realização de mutirões na fase de plantio, colheita e em outras ações produtivas. (ZIMMERMANN, 1994: 210)

Os autores que se dedicaram ao estudo do processo de constituição de diversas associações em Silvânia e outros municípios vizinhos, no estado de Goiás, informam como isto foi importante naquela região.

Por intermédio da associação, os produtores adquiriram individualmente equipamentos, animais e insumos que, somados à utilização das máquinas coletivas, permitiram a exploração intensiva de suas áreas e a formação de pastagens cultivadas, o que contribuiu para aceitarem com naturalidade a nova forma de organização (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 25)

Em outro trecho, a alusão à aquisição da patrulha agrícola, possibilitada mediante a obtenção pelas associações de financiamentos expressivos é mais específica e detalhada, possibilitando àquelas associações o oferecimento de serviços coletivos aos seus integrantes. Observe-se que, além de possibilitar a melhoria dos processos produtivos e de comercialização, a aquisição de tais bens acabam por contemplar outras demandas das comunidades a que pertencem os produtores como na questão do lazer e da educação, por exemplo.

A maior parte dos recursos obtidos por meio dos financiamentos destinou-se à aquisição de tratores, equipamentos para o preparo do solo e veículos para o transporte dos produtos, o que demonstrou a preocupação em criar serviços coletivos para facilitar as produções individuais e as lavouras coletivas mantidas pelas

associações. A aquisição de veículos facilitou o transporte do leite e de outros produtos para a cidade. A entrega do leite em veículo próprio permitiu a redução de aproximadamente 30 % no custo do frete. Esse meio de transporte é utilizado também para cumprir atividades sociais, pois conduz os sócios e os membros de suas famílias. Isso estimulou a educação de crianças e jovens, facilitando a ida e a volta no veículo da associação e sua permanência no campo, após as aulas, para ajudar os pais na lavoura. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 25)

Outro exemplo é a aquisição de um veículo para transporte da produção e de insumos que também é relatado com outros usos, atendendo necessidades legítimas da comunidade local, que por sinal deveriam ser atendidas por políticas públicas direcionadas para a população rural.

Com o transporte, cedido pela prefeitura ou adquirido pela própria associação, ofereceram aos filhos melhores condições para estudo e locomoção para os familiares, seja para comprar ou vender produtos. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999 p. 28)

Ainda referindo-se à realidade das associações criadas em Goiânia, os autores revelam com detalhes a composição das patrulhas agrícolas, ressaltando inclusive a importância do trator para o conjunto dos associados. De fato, pensando-se no valor deste bem ou melhor em seu alto custo para um agricultor familiar, assim como pensando-se na ociosidade que o mesmo teria ficando apenas restrito aos trabalhos necessários dentro da propriedade individual, não se justifica nem é plausível o investimento em tal componente tecnológico, razão pela qual sua aquisição pelas associações é sempre desejada, almejada e buscada.

Grande parte das associações tem um patrimônio comunitário que inclui a maioria dos implementos necessários para desenvolver as lavouras e as criações: grade niveladora, plantadeira, pulverizador, roçadeira, arado, ensiladeira, bateadeira de cereais e misturador de

rações. Na opinião dos agricultores, o trator foi o equipamento mais importante adquirido pela associação, mas tem sido também o motivo mais aparente das discussões e conflitos no interior do grupo. (SPERRY; MERCOIRET; FERRARIS, 1999, p. 25)

Entre os motivos ou objetivos almejados pelos então participantes das longas discussões acerca da possibilidade de criação da Associação do Assentamento da Fazenda Santo Inácio, no município fluminense de Trajano de Moraes, Pinheiro (1999) relata especialmente os componentes da chamada patrulha agrícola, corroborando o já apontado por outros autores, ou seja, que uma frota de máquinas, equipamentos e caminhão são itens importantes para a viabilização das unidades produtivas dos agricultores familiares, seja em condição de um assentamento ou qualquer outra onde se apresenta esta modalidade de agricultores.

A proposta inicial era que a associação servisse para a aquisição de equipamentos em conjunto, como um caminhão, um trator, um trator Tobata, adubos e defensivos, enfim um conjunto de melhorias que somente seria possível com a repartição dos custos entre um grande número de produtores. (PINHEIRO, 1999, p. 347)

Cabe reforçar, neste caso, que o grupo pretendia viabilizar tal aquisição com recursos próprios, o que levou a certa desmobilização dos interessados. Mas, registra o autor, este grupo volta a se articular mediante a possibilidade de aquisição de um caminhão próprio e de um Box para comercialização no Ceasa da cidade do Rio de Janeiro (conforme já citado), quando uma possibilidade de obtenção de um financiamento através do BNDES se apresenta concretamente.

Esta foi também a preocupação da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, ao longo dos anos, em que várias iniciativas foram empreendidas no sentido de dotar a entidade de máquinas e equipamentos que pudessem realizar ou contribuir na realização dos serviços de preparo do solo, plantio, colheita e outros.

No estudo de caso sobre a organização social existente no Assentamento Reunidas, em Promissão, estado de São Paulo, Bergamasco e Norder (2003) resgatam a formação da APRONOR, como fruto de uma redefinição de forças e interesses, configurando novas e distintas relações sociais gestadas na dinâmica do processo produtivo e de convivência.

Das dezenove famílias que deixaram a Copajota, dezessete formaram a Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas (Apronor). Saíram de uma Cooperativa de Produção Agropecuária para organizar uma **Associação de Máquinas**. (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.154, grifos nossos)

De modo a exemplificar uma forma de gestão da patrulha agrícola interessante e reveladora do sentido de autonomia do grupo, reproduz-se abaixo o depoimento de um entrevistado pelos autores acima. Trata-se, sem dúvida de procedimento radicalmente oposto aos das associações que permanecem sob a tutela de instituições externas, como é o caso da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, que, inclusive confere importância secundária aos recursos obtidos a partir de fontes próprias, como as mensalidades dos associados.

A produção agrícola entre os associados da Apronor era exclusivamente familiar, apesar da sociabilidade, da troca de experiências, da ajuda mútua existente entre eles. O que havia de coletivo era apenas **um trator e alguns poucos implementos** que foram obtidos, após intensas discussões, quando estas famílias estavam deixando a Copajota. Houve uma grande preocupação em fazer com que sua utilização fosse de fato equitativa e para isso foi estabelecida uma determinada modalidade de gestão dos equipamentos coletivos: 'o maquinário que trabalha em nossa associação a gente paga 100 % pra ele como se a gente tivesse pagando 100 % para qualquer maquinário lá de fora. Por que essa maneira de trabalhar? Porque nós entendemos o seguinte: que se o

maquinário da organização não atender a todos, e ele tem que pagar os 100 %, ele pode pegar o maquinário lá fora e ele não está levando prejuízo...Todo o dinheiro que a gente paga, no caso, os 100 % pra associação, o dinheiro ao invés de ir para o bolso de alguém lá fora, fica dentro da própria associação, de forma que nós estamos passando da associação para a cooperativa e estamos operando em verde com 1,5 ou 1,6 mil reais no positivo. (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 155-156, grifos nossos)

Em outro trabalho, Bergamasco (1994) ressalta que “desde o início, todos os maquinários são de propriedade coletiva, isto é, pertencem à associação.” (BERGAMASCO, 1994, p.228)

## **2: A GÊNESE DE ILHA SOLTEIRA**

### **Introdução**

De modo a permitir a contextualização da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, o objetivo deste item é situar Ilha Solteira desde seu surgimento como projeto da usina hidrelétrica de mesmo nome, passando pelo núcleo urbano criado para dar suporte à edificação daquele empreendimento energético e demarcando os principais elementos que caracterizam sua passagem à condição de cidade e de município autônomo.

### **2.1 Antecedentes**

A cidade de Ilha Solteira tem sua origem e evolução histórica relacionada com a questão da implantação no Brasil de empreendimentos energéticos, e no Estado de São Paulo, em particular, graças ao chamado Complexo Urubupungá<sup>5</sup>. Neste Complexo, a relação de Ilha Solteira é ainda mais estreita com a usina de mesmo nome que viria a ser edificada a partir da metade da década de 1960. A compreensão de seu surgimento como cidade tem que ser buscada no entendimento da situação energética brasileira das décadas de 50 e 60.

De acordo com Barreto (1983) foi a partir de 1950 que os governos estaduais e federais começaram a se preocupar e assumir a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento elétrico do país.

De acordo com esta autora

---

<sup>5</sup> Conjunto formado pelas usinas hidrelétricas de Jupia e de Ilha Solteira, construídas no leito do rio Paraná, a partir do aproveitamento do potencial hidráulico próximo aos Saltos de Itapura e de Urubupungá. O nome Urubupungá significa urubu inchado, em tupi-guarani.

No Estado de São Paulo, durante o governo do Prof. Lucas Nogueira Garcez (1950-1954) o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo promoveu uma planificação completa do desenvolvimento hidrelétrico do Estado, e promoveu os projetos das Usinas do Rio Pardo e do Paranapanema. Em 1950 foi iniciada a construção da Usina de Salto Grande sobre o Paranapanema. Para sua realização foi organizada a USELPA – Usinas Elétricas do Paranapanema S.A., em 1951. Para o projeto e a construção das usinas do Rio Pardo foi organizada a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo S.A. – CHERP, em 1956. (BARRETO, 1983, p. 35-36)

Como registra Froelich (2001), a condição de professor da Escola Politécnica, especialista em hidráulica, ex-secretário de Viação e Obras Públicas do governo de Adhemar de Barros (1947-1950), tornou o Governador Lucas Garcez “potencialmente preparado pra pensar uma política de energia para São Paulo calcada em grandes usinas hidrelétricas”, política, aliás, totalmente compatível com a levada a cabo pelo Governo de Getúlio Vargas, que buscava a consolidação de grandes obras de infra-estrutura no país.

Ainda no Estado de São Paulo estava prevista, dentro do Plano Estadual de Eletrificação, a edificação de quatro usinas no rio Tietê, cuja construção foi atribuída à CHERP em 1960.

Evidenciando a importância do potencial hidrelétrico da região dos Saltos de Itapura e Urubupungá e de que a energia aí gerada interessaria a uma enorme e expressiva região do país e, objetivando ainda, assegurar um planejamento integrado do processo de instalação dos futuros empreendimentos energéticos, foi criada em 1952, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai – CIBPU. Tal comissão reunia representantes dos governos dos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e seu propósito era a promoção do desenvolvimento econômico e social desta região, a partir do componente energético, ou mais especificamente, hidrelétrico.

Froelich (2001) aponta a lei estadual 2018 de 23/12/1952, como o instrumento jurídico responsável pela criação da CIBPU, voltada à realização de estudos regionais, especialmente no campo hidrelétrico, ressaltando que a ênfase dedicada à região de Urubupungá fez surgir a idéia de Ilha Solteira. (FROELICH, 2001, p. 55)

Além de contemplar a região do complexo Urubupungá, “a CIBPU elaborou o Plano de Aproveitamento Integral do Alto Paraná, que incluía, além de estudos sócio-econômicos de produção, consumo e transporte, os estudos para o aproveitamento das quedas do canal de São Simão, Urubupungá e Sete Quedas.” (BARRETO, 1983, p. 36)

Uma empresa italiana, a Societá Edison, de Milão, foi contatada pela CIBPU, em 1955 à qual encomendou estudo sobre o aproveitamento hidrelétrico das quedas de Urubupungá, que culminaram em 1957 em projetos apontando a factibilidade e possibilidade técnica da construção de uma barragem em Jupιά, na cota 279<sup>6</sup> e outra em Ilha Solteira, na cota 315.

Em 24 de abril de 1958 esse projeto foi aprovado pelo Governo Federal, e em 1960 a Societá Edison apresentou um projeto para a Usina de Jupιά. Em setembro de 1960 a CIBPU assumiu a responsabilidade de construção da primeira ensecadeira prevista para Jupιά, e com este ato marcou definitivamente a construção da obra. (BARRETO, 1983, p. 36)

De modo a assegurar a realização desta obra foi constituída, em janeiro de 1961, uma sociedade de economia mista integrada pelos estados membros da Comissão, na qualidade de acionistas, sob a coordenação majoritária do governo do Estado de São Paulo. Cria-se assim a Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. – CELUSA – cujo objetivo era o de realizar o aproveitamento hidrelétrico do Salto de Urubupungá, sobre o Rio Paraná, por meio da construção das usinas de Jupιά e de Ilha Solteira. (BARRETO, 1983, p. 36)

---

<sup>6</sup> Refere-se às altitudes de 279 metros e de 315 metros acima do nível do mar, respectivamente para as usinas de Jupιά e de Ilha Solteira.

A segunda metade da década de 1950 corresponde ao governo de Juscelino Kubitschek, tendo como marcas a promoção do desenvolvimento através da ampliação do parque industrial e da nacionalização destas indústrias.

Com o deliberado intento de que esta fosse uma obra essencialmente brasileira, a diretoria da CELUSA convocou cinco dos antigos consultores que tinham assessorado a CHERP e a USELPA na construção das usinas do Rio Pardo, Tietê e Paranapanema, e convidou-os a se reunirem para formar uma firma de engenharia eminentemente nacional e independente de qualquer grupo interessado comercialmente nas obras. Formou-se assim a THEMAG ENGENHARIA LTDA., que foi, em novembro de 1961, encarregada do detalhamento do projeto EDISON. (BARRETO, 1983, p. 36)

Apesar de, desde 1960, terem sido iniciados os trabalhos de escavação da enseadeira no leito do Rio Paraná, somente em maio de 1962 foi aberta uma concorrência pública para a construção de Jupιά, a qual foi ganha pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. – CCCC, como revelam Barreto (1983) e Hespanhol (1993), acrescentando este autor que

No mês de maio de 1962 teve início a construção da Usina Hidrelétrica de Jupιά, atual Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, localizada em áreas do município de Castilho, Estado de São Paulo e do município de Três Lagoas, pertencente ao então Estado de Mato Grosso (em áreas do atual Mato Grosso do Sul), que possui uma potência final de 1.400.000 kW. (HESPANHOL, 1993, p.14)

Para se compreender o vulto desta obra, o ineditismo do empreendimento no Brasil até então, e toda a problemática envolvida é preciso situar Urubupungá no contexto da época em que foi implantado o projeto.

Como resultado do conjunto das duas usinas hidrelétricas, o Complexo Urubupungá, em 1966, colocava-se entre os maiores aproveitamentos hidráulicos do mundo, superado apenas pelas usinas soviéticas de Krasnoyarsk (6000 MW, em construção na época) e de Bratsk (5000 MW). Até então, as usinas hidrelétricas construídas no país e mesmo no Estado de São Paulo eram de capacidade

geradora muito inferior às de Jupuíá, projetada para gerar 1.400 Megawatts (MW) e de Ilha Solteira, para gerar 3.200 MW.

Neste sentido, conforme revela Barreto (1983), Urubupungá podia ser considerada como verdadeiro pólo de desenvolvimento, gerador de inúmeras outras atividades, sendo indispensável uma política que permitisse a propagação de seus efeitos motores. (BARRETO, 1983, p. 37)

Mas, a própria autora pondera que a elaboração e a execução desta política fugiam às responsabilidades diretas da CESP, destacando que apenas órgãos estaduais e federais poderiam transformar Urubupungá num pólo de desenvolvimento nacional.

De modo a abrigar o contingente de mão-de-obra necessário para a construção da obra de Jupuíá, calculada em 4000 operários e seus familiares (no caso dos casados), a CELUSA montou um acampamento de obras, denominado Vila Piloto. Em meados da década de 1960, momento que caracterizou o auge da construção desta usina, a população chegou à cifra de 15000 habitantes, dos quais 4000 eram operários solteiros, residentes em alojamentos.

Em 1966, as concessionárias de energia elétrica regionais, inclusive a CELUSA, foram fundidas, dando origem à empresa Centrais Elétricas de São Paulo S/A - atual Companhia Energética de São Paulo S/A (CESP<sup>7</sup>) - que deu continuidade aos trabalhos do Complexo de Urubupungá. A usina de Jupuíá começou a operar em 1969, sendo que suas obras foram concluídas no ano de 1974.

Com o término da obra, a Vila Piloto foi totalmente destruída, conforme previsto desde o início, sendo implantado um pequeno núcleo habitacional no lado paulista (Vila dos Operadores, no município de Castilho) para abrigar a mão-de-obra de maior qualificação profissional, diretamente envolvida na operação da usina.

---

<sup>7</sup> Referindo-se à série de fatores que antecederam a criação desta empresa, Froelich (2001, pág. 54) destaca a antiga usina hidrelétrica Eloy Chaves, instalada no Salto de Itapura: “A constituição da Cesp – Centrais Elétricas do Estado de São Paulo S.A., foi precedida por uma série de iniciativas dos governos federal e estadual. Em 30/11/1944 deu-se a constituição da S.A. Empresa Elétrica do Itapura (autorizada a funcionar como empresa de energia hidráulica pelo decreto 19.156, de julho de 1945) com escritório em Três Lagoas e sede social em Rio Claro, por iniciativa do empresário Eloy Chaves, objetivando a construção de usina no Salto de Itapura.”

Em 03 de abril de 1966 o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, marcou o início dos trabalhos da usina hidrelétrica de Ilha Solteira, sendo nesta data iniciados os trabalhos de escavação da enseadeira.

Hespanhol (1993) revela que, a partir deste momento, sem a realização de licitação prévia, a CELUSA delegou à empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A a responsabilidade pelo início das obras da usina hidrelétrica de Ilha Solteira, “localizada nos municípios de Pereira Barreto (em área do atual município de Ilha Solteira) do lado paulista e de Três Lagoas (em área do atual município de Selvíria) no então Estado de Mato Grosso (em área do atual Estado de Mato Grosso do Sul).” (HESPANHOL, 1993, p. 16)

Tratando-se de um empreendimento ainda mais vultoso, sem precedentes até o momento na história da engenharia nacional, a capacidade final de geração de energia pela Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira (3.430.000 KW) equivale a quase três vezes à produzida por Jupia, o que demandaria para a sua construção mais de 10.000 operários. A região escolhida para a implantação da usina apresentava uma grande escassez populacional, não contando com qualquer centro urbano significativo que pudesse atender tal demanda de mão-de-obra.

Os maiores centros populacionais situavam-se a um mínimo de 170 km de distância, como Araçatuba, ou a 225 km, como São José do Rio Preto e cidades de porte menor, distavam 75 km, como Andradina e 40 km, como Pereira Barreto.

Diferentemente das condições do alojamento que fora implantado em Jupia, Ilha Solteira demandou um tipo de solução mais abrangente e complexa, em termos da acomodação da população trabalhadora, conforme será apontado a seguir.

## **2.2 A Implantação do Núcleo Urbano**

A partir do momento em que fosse levada em conta a importância do papel da CESP no desenvolvimento regional, a implantação de um núcleo residencial em Ilha Solteira passava a assumir uma dimensão que transcendia a de mero acampamento provisório, útil apenas para a satisfação das necessidades primárias de mão-de-obra durante um tempo limitado.

Desta forma, o núcleo residencial de Ilha Solteira surgiu em função do problema específico de uma empresa (a CELUSA na época), a saber: oferecer condições de moradia, num local desprovido de qualquer centro urbano de porte nas proximidades, a um elevado contingente de mão-de-obra necessário para a construção da usina hidrelétrica de Ilha Solteira, o que representava uma população próxima de 40.000<sup>8</sup> pessoas, constituída por cerca de 12000 trabalhadores e suas famílias.

A realização de obras de engenharia de vulto, longe de grandes centros urbanos, envolve sempre o problema do alojamento da mão-de-obra necessária. Este problema está intimamente ligado a uma série de condicionantes tais como as características geográficas e sócio-econômicas da região, a estrutura urbana local, o tempo previsto para a realização da obra e o contingente de mão-de-obra envolvida.

Em Jupiá, a CELUSA optou pela realização de um núcleo residencial provido de todo o equipamento necessário ao atendimento das necessidades básicas da população (habitação, saúde, educação, abastecimento, lazer, segurança) dotando-o de uma infraestrutura complexa em termos de água, energia e pavimentação, e ficando a seu cargo a solução de todos os problemas de ensino, assistência médico-hospitalar, policiamento, abastecimento, entre outros, que a vida em uma coletividade demanda.

A Vila Piloto, ou seja, o núcleo residencial edificado em Jupiá foi, portanto, concebido e projetado como típico acampamento de obra, idealizado como provisório, sendo sua subsistência inteiramente dependente do tempo de duração da construção da usina hidrelétrica, e sendo, desde o início previsto seu desmonte por ocasião do término da obra. Não por outra razão, o material utilizado foi mais simples, predominando as construções de madeira com menor vida útil.

Para o equacionamento da problemática relativa ao núcleo residencial destinado a abrigar a mão de obra requerida para a realização da segunda etapa de Urubupungá – a usina hidrelétrica de Ilha Solteira – fatores diferentes deveriam ser considerados.

---

<sup>8</sup> Apesar desta estimativa por parte da empresa, o pico da obra foi alcançado em 1971, quando a população chegou a 31.341 habitantes. (CESP. Informações sobre a Cidade de Ilha Solteira. Setembro / 1979.)

A localização das barragens (Jupiá a 5 km da cidade de Três Lagoas e a 35 km de Andradina; Ilha Solteira a 40 km da cidade mais próxima – Pereira Barreto), o contingente populacional a ser abrigado (aproximadamente 15000 pessoas em Jupiá e 40000 em Ilha Solteira) e o tempo previsto para a construção desta última (de 10 a 12 anos), contribuíram decisivamente para uma mudança de orientação e para definir a política de implantação do núcleo urbano de Ilha Solteira. (BARRETO, 1983, p. 41)

Tendo sido iniciados os trabalhos da construção da Usina de Ilha Solteira, oficialmente a partir de 3 de abril de 1966, em junho do mesmo ano um documento interno da CELUSA, enviado pela Superintendência Técnica à Diretoria da Empresa, submetia àquela a necessidade de equacionar a problemática envolvida pela construção do núcleo residencial operário.

Iniciada a construção da usina em 1966, somente em 1980, isto é, 13 anos depois estará a obra completamente terminada. Este argumento, ao contrário do que ocorreu em Jupiá, é determinante para a escolha do tipo de construção em materiais sólidos que permitam sua utilização pelo menos durante o período de construção. O número de pessoas que ali habitarão durante o período de construção deverá atingir cerca de 40000 habitantes, daí decorrendo uma série de problemas humanos e sociais cuja perspectiva salta aos olhos de qualquer observador [...] Nessas condições a questão toda irá residir no que fazer desta cidade depois de terminada a construção da usina e para responder a esta pergunta é fundamental que se cuide da solução urbanística.<sup>9</sup>

Em dezembro de 1966, a CELUSA foi integrada, junto com outras dez empresas concessionárias de energia elétrica do Estado de São Paulo, nas Centrais Elétricas de São Paulo S.A. – CESP, à qual foram transferidas, em janeiro de 1967,

---

<sup>9</sup> CENTRAIS ELÉTRICAS DE URUBUPUNGÁ S.A. Superintendência Técnica. Correspondência Interna SPT/203/66. São Paulo, 3 jun.1966, p. 5 e 6.

todas as concessões das empresas fusionadas, assumindo, portanto, a responsabilidade de dar prosseguimento aos trabalhos de Urubupungá.

A construção de Ilha Solteira foi, por sua vez, confiada à firma Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. que em maio de 1962 já havia se encarregado da construção de Jupiá, e à qual, como empreiteira, caberia o recrutamento, seleção, administração e controle da mão de obra encarregada da execução das obras, tendo, portanto, grande peso na definição da política para o núcleo urbano que deveria abrigá-la.

Barreto (1983) explicita o que seriam os objetivos da empresa, no tocante à definição do núcleo urbano de Ilha Solteira:

- Instalar um volumoso contingente de mão-de-obra por um longo período de tempo numa região desprovida de infraestrutura urbana suficientemente próxima capaz de suportar este impacto;
- Dotar o núcleo residencial de todos os equipamentos necessários ao suprimento das necessidades de seus habitantes em termos de saúde, educação, abastecimento e lazer, criando estruturas próprias a uma cidade comum;
- Exercer algum controle sobre a mão-de-obra visando manter, até o declínio da população necessária à obra, um regime de vida urbana orientado no sentido de atender as exigências do ritmo de trabalho;
- Considerar a conveniência de se dar melhor aproveitamento ao investimento a ser realizado concebendo, desde o início, o núcleo urbano a ser implantado como passível de ser tornar uma cidade permanente, e
- Levar em conta o impacto que a criação de um núcleo deste porte teria na região e suas responsabilidades frente a esta questão.

Estes imperativos da empresa foram determinantes para a concepção do plano urbano da cidade e da estrutura administrativa criada para o seu funcionamento.

O núcleo foi pensado em função de três etapas distintas de desenvolvimento, com relação às obras da Usina:

- Fase acampamento: compreendida do início da construção até o momento de mobilização do máximo de mão-de-obra;
- Fase cidade-acampamento: iniciada no momento da máxima mobilização e mão-de-obra, compreendendo a fase de declínio dessa ocupação, até o encerramento dos trabalhos de construção da Usina, e
- Fase cidade: que se inicia com o encerramento das obras e o desvinculamento quase total da Empresa.

Com tais características, não resta dúvidas que se tratava de um acampamento com peculiaridades excepcionais: muito grande, exigindo investimento vultoso, distante de outros centros urbanos e ainda mais dos grandes centros regionais – como Araçatuba e São José do Rio Preto - portanto, isolado, demandando todos os serviços de uma cidade comum, bastante populoso e complexo, apresentando-se como um enorme desafio à empresa no que necessitaria de controle e em termos de sua própria gestão.

Pelo decreto estadual nº 43.603, de 27 de julho de 1964, as Centrais Elétricas de Urubupungá – CELUSA – tinham desapropriado judicialmente aproximadamente 933 alqueires no Município de Pereira Barreto, destinados à construção da usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, compreendendo o canteiro de obras, áreas de empréstimo, etc. (BARRETO, 1893, p. 46)

Já na fase de execução da sentença, a CESP, sucessora nos direitos e obrigações daquela ex-concessionária de serviços públicos de energia elétrica, após compor-se amigavelmente com a expropriada, senhora Maria Reiff Junqueira Franco, requereu em Juízo a expedição da carta de adjudicação da área em apreço, que foi transcrita em 11 de março de 1968, sob o nº 7878 no Registro de Imóveis da Comarca de Pereira Barreto. O núcleo urbano de Ilha Solteira, ocupa aproximadamente 815,51 ha, equivalentes a 36% da totalidade da área do canteiro de obras, fazendo, portanto, parte da área territorial do Município de Pereira Barreto (BARRETO, 1983, p. 46).

Ilha Solteira foi fundada oficialmente em 15/10/1968, data em que os primeiros trabalhadores ocuparam suas casas. Nessa data, curiosamente, o núcleo habitacional foi alvo de ato público especial, no qual foi mencionado como futura

cidade de Ilha Solteira: foi erigido um monumento, uma estrela-símbolo da cidade de Ilha Solteira, contendo 20 pontas representativas das 20 turbinas que compõem a Usina (FROELICH, 2001, p. 122).

Como já dito anteriormente, o acampamento de Jupiá (Vila Piloto) foi construído com a finalidade específica de atender às obras relacionadas à usina, sem qualquer pretensão de permanecer como núcleo independente no futuro. Já o acampamento de Ilha Solteira foi planejado e construído com a dupla finalidade de atender às obras da usina e, após seu término, emancipar-se como cidade da região de Urubupungá. Marcas desse caráter definitivo são tanto a construção de casas de alvenaria como a montagem de uma infra-estrutura urbana de qualidade bastante superior à encontrada na região, manifestada pela excelência dos serviços de educação, transportes, comunicações, saneamento básico, energia elétrica, e, sobretudo, saúde.

Em 1971 houve a consolidação de Ilha Solteira, cuja população atingiu o pico de quase 32 mil habitantes. A obra prosseguiu sua marcha, superando metas, mas a euforia diminuiu, sendo substituída por preocupação com o futuro, expressa na realização, pela Cesp, de um seminário interno envolvendo todas as áreas da empresa, a fim de buscar um rumo com respeito ao futuro de Ilha Solteira.

Entre as diversas considerações efetuadas, pode-se destacar o que apontava “que o elevado custo operacional do núcleo, hoje sob responsabilidade da empresa, será progressivamente onerado por despesas que não mais deverão caber à Cesp” e entre as diversas recomendações propostas, salienta-se “que se dê início à elaboração de um ‘Projeto de Desmobilização’ da idéia e do núcleo de Ilha Solteira-cidade definitiva”.<sup>10</sup>

Apesar do apelo das recomendações e considerações emanadas deste Seminário, a Administração Especial de Ilha Solteira, órgão responsável pela gestão do núcleo urbano, sempre tratou Ilha Solteira na condição de permanente e, neste sentido, antepondo-se frontalmente, sobretudo, à questão da redução dos gastos efetuados na direção da cidade definitiva. Ou seja, a definição do acampamento de Ilha Solteira como uma futura cidade que já estava pensada desde a concepção do

---

<sup>10</sup> CESP. Seminário sobre o Núcleo Urbano de Ilha Solteira, 3 v., 41 documentos. São Paulo, Cesp / Setor de Economia Regional. 1971, pág. 14 e 21.

projeto, nos tempos da CELUSA, fora incorporado pela Cesp e, nesta perspectiva, implantada pela empreiteira responsável pela sua construção, a Camargo Corrêa, de forma que não mudaria - nem mesmo a partir de recomendações de um fórum representativo, como foi o referido Seminário Interno de 1971.

Em 29 de dezembro de 1971, o núcleo residencial de Ilha Solteira foi transformado em vila, que, por seu turno, converteu-se em sede do distrito de Bela Floresta<sup>11</sup> (Resolução nº 1, capítulo I, seção IV, artigo 10, parágrafo único do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo). Mesmo assim, a Administração Especial de Ilha Solteira foi mantida dentro da estrutura interna da Cesp. Sob a administração de Sérgio Sampaio Laffranchi, teve início a política de desvinculação<sup>12</sup> da Cesp com relação ao núcleo urbano. Duas medidas apontam nesta direção, a saber: 1) a inauguração do Cemitério Municipal de Ilha Solteira, em 18/02/1972, o que possibilitou às pessoas residentes trazerem os restos mortais de seus familiares para a cidade (a ausência de cemitério não deixa de ser um significativo indicador da transitoriedade de um lugar, reforçando seu aspecto de acampamento, que tem, nesta perspectiva, um tempo pré-definido de duração); 2) outra medida adotada foi a transferência da responsabilidade sobre as três escolas de educação infantil de Ilha Solteira da Cesp para a União de Pais e Professores das Escolas Infantis, com colaboração de empresas comerciais da cidade (FROELICH, 2001, p. 156).

O ano de 1972 é fundamental para Ilha Solteira porque já assinala o seu processo de esvaziamento. A população local decresce de 32.211 habitantes em janeiro para 24.338 em dezembro, o que corresponde a uma redução da ordem de 11% (em onze meses), sendo o grosso dessa diminuição verificada na população dos alojamentos. Este dado por si só é revelador do caráter de desmobilização dos alojamentos e da permanência da grande maioria da população que já habitava as casas, revelando o caráter transitório de grande parte da população masculina (e, em sua maior parte, solteira).

---

<sup>11</sup> Curioso constatar que, com o processo de emancipação de Ilha Solteira e seu desmembramento do município-sede, Bela Floresta acabará permanecendo no território de Pereira Barreto.

<sup>12</sup> Entende-se por desvinculação a política adotada pela Cesp para transferir a gestão de Ilha Solteira a outras entidades públicas e privadas e, em última instância, à sua população. A transferência de quase todo o serviço de educação teve início em 1977. (FROELICH, 2001, pág 166)

Ao chegar o ano de 1973, o esvaziamento de Ilha Solteira acentuava-se, mas a Cesp mantinha sua atenção unicamente para a usina, cujos quatro primeiros geradores começavam a ser operados, antecipando o cronograma de obras em cerca de um ano. As perspectivas da cidade de Ilha Solteira eram então sombrias, como mostrou a imprensa da época, que a via como cidade-fantasma, cidade sem empregos, cidade sem esperança - o que contrastava com a postura de dois anos antes, que colocava Ilha Solteira na condição de cidade-pólo, cidade permanente, cidade símbolo do “Brasil-Potência” (FROELICH, 2001, p. 168).

Tomando-se como referência os anos de 1971 e 1973, a população de Ilha Solteira caiu de 32 mil para 26 mil habitantes, cifras estas respectivamente correspondentes aos momentos de “pico” e de finalização da obra. Em 1973, de um total de 5.144 casas, 3.264 referiam-se aos níveis 1 e 2, 1.536 aos níveis 3 e 4 e 344, aos níveis 5 e 6, mantendo aproximadamente as mesmas proporções de 1970. Cerca de 5.276 casas estavam ocupadas em dezembro de 1973, mas a perspectiva era de substancial diminuição nos anos seguintes, em razão da falta de um plano de viabilização do núcleo urbano (FROELICH, 2001, p. 170).

Uma das características de Ilha Solteira em seu aspecto de cidade planejada, refere-se às residências de acordo com os níveis sócio-econômicos, cujo padrão era determinado pelos cargos ocupados e salários recebidos da empresa e das empreiteiras. Quanto maior nível o nível melhor é a posição do funcionário na empresa assim como seu salário e status social. E, nesta mesma ordem, melhor é o tipo de residência. Este padrão, definido no próprio projeto urbanístico e plano diretor do núcleo urbano, também previa a disposição dos chamados equipamentos urbanos, sobretudo escolas e clubes, de acordo com a distribuição dos conjuntos de residências – chamados em Ilha Solteira de Passeios – também em níveis. Esta disposição arquitetônica representou claramente a divisão da sociedade em classes com conseqüências que perduraram por muito tempo, mesmo após o processo de emancipação e o aparecimento de novos bairros, quebrando a monotonia arquitetônica da cidade planejada.

A Cesp continuou a implantar os projetos anteriormente estabelecidos, centrando-se então na construção da usina de Água Vermelha. Cerca de 1.500 das

5.276 casas de Ilha Solteira (quase 30%) foram reservadas para essa obra, pelo menos até 1977 - transformando em realidade uma política que a diretoria de Engenharia e Planejamento antecipara pelo menos dois anos antes, no Seminário Interno realizado em 1971, apesar dos problemas sociais previstos.

Localizada a menos de 170 km de Ilha Solteira, a usina de Água Vermelha (hoje José Ermírio de Moraes) teve um papel crucial nesta fase de transição de Ilha Solteira, de acampamento para cidade definitiva, como revela Froelich (2001):

Resolvia-se, assim, o problema das novas obras, que puderam valer-se de um reservatório de mão-de-obra barrageira, parte da qual treinada e especializada, mas não o problema de Ilha Solteira, que se transformava em cidade-dormitório. A contradição acampamento versus cidade resolvia-se, nesse primeiro momento, em favor do acampamento: Ilha Solteira tornava-se acampamento parcial de Água Vermelha, complementando a opção da empresa no sentido da utilização da infraestrutura de cidades vizinhas, como Fernandópolis e Votuporanga, em São Paulo, e Iturama, em Minas Gerais. (FROELICH, 2001, p. 171-172).

Em 19/02/1974 deu-se a inauguração da usina de Ilha Solteira, em solenidade que contou com a presença do então presidente Garrastazu Médici. A festa de inauguração, na verdade, escondia o que estava para acontecer: a imprensa, que até então tanta simpatia tivera pelo núcleo urbano, começou a ver Ilha Solteira como uma cidade de privilégios – porque seus moradores não pagavam contas de água, luz, esgoto, telefone e até mesmo aluguel - mas, ao mesmo tempo, como cidade cheia de problemas e sem perspectivas.

Coincidentemente, o fim da “obra” é também o período do fim do “milagre econômico” (1974), transformando, rapidamente, Ilha Solteira de solução para o desenvolvimento de uma região pobre em problema de considerável vulto. A Cesp, por sua vez, começou a aprofundar a política de desvinculação a partir de estudos realizados em conjunto com o governo do estado, que iniciara a assumir os setores de segurança e educação em Ilha Solteira.

Aproximando-se o final da década de 1970 - e com o término da construção de Água Vermelha - a empresa decidiu que o núcleo urbano iria apoiar as obras da barragem de Três Irmãos (localizada no baixo Tietê) e do Canal de Pereira Barreto, ambas no município de Pereira Barreto. Com isto, a Cesp prorroga a condição de cidade-dormitório de Ilha Solteira, embora com apreciável redução da distância, de 168 para 40 quilômetros. O movimento diário da população trabalhadora, em vários turnos, é facilmente perceptível aos moradores de Ilha Solteira, através da circulação na cidade dos chamados “papa-filas”, grandes carretas adaptadas, com carrocerias parecidas com enormes containeres, voltadas para o transporte de passageiros.

A partir de 1980, a Cesp adota uma política de desvinculação mais agressiva, marcada, principalmente, pela venda das casas do antigo acampamento aos moradores - já ensaiada nos anos de 1978 e 1979. A pressão interna que a própria Cesp passa a exercer para uma solução, aliada a um quadro de escassez de recursos no nível mais geral faz com que a ênfase nas questões atinentes à cidade provoque uma inversão de prioridades, que coloca a condição de acampamento em segundo plano.

A função acampamento materializou-se nas obras de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, às quais foram destinadas 1.300 casas de Ilha Solteira, já a partir de 1979. Essa decisão, tomada por uma diretoria “obreira” por excelência, protelou a emancipação do núcleo urbano por um período de, no mínimo, 8 anos - duração prevista daquelas obras (FROELICH, 2001, pág. 192).

A Unesp, cujo campus havia sido criado ainda no governo de Paulo Egydio Martins, em 1976, tendo iniciado suas atividades já em 1977, consolidou sua presença em Ilha, com os cursos de engenharia civil, elétrica e mecânica e posteriormente o de agronomia - enquanto a cidade começava a descobrir sua presumível vocação turística, pensando em formas de explorar seu potencial.

A Cesp funde os Centros de Treinamento que mantinha em Botucatu e em Rio Claro e os transfere para Ilha Solteira, fazendo da cidade um polo de treinamento para trabalhadores do setor hidroenergético do país e da América Latina. Faz parte desta estrutura, além do local para a realização dos cursos propriamente ditos, as instalações no núcleo urbano para acomodação e refeições

dos treinandos. Ainda em 1976, a Cesp instala em Ilha Solteira o Laboratório Central de Engenharia Civil, que mais tarde seria também utilizado em parceria pela Unesp.

Por outro lado, a política de desvinculação da Cesp, centrada principalmente na venda das casas de Ilha Solteira aos moradores, foi muito bem sucedida, revelando, em julho de 1982, cerca de 1.200 imóveis vendidos. Essa ação de emancipação de Ilha Solteira, então, prosseguiu.

Em 1984, foi implantado o Cinturão Verde de Ilha Solteira, velha idéia dos técnicos do Setor de Economia Regional da CESP, da qual Miguel Kozma, naquele momento diretor de contato de Ilha Solteira, era também entusiástico defensor. Foram criadas a AAIS – Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira - subordinada à Diretoria Administrativa, e a Coordenadoria de Participação Comunitária<sup>13</sup>, para tentar envolver a comunidade no processo de institucionalização político-administrativa e socioeconômica do núcleo urbano. As vendas de casas prosseguiram em ritmo impressionante, com a venda de 2.500 casas em três meses.

A implantação decisiva da política de desvinculação deu-se ainda no ano de 1984. Começou a cobrança de impostos, em especial do IPTU, e taxas, principalmente de água e esgoto. Miguel Kozma ampliou seu poder, assumindo a vice-presidência Executiva da empresa. Não raras vezes, o novo vice-presidente conduziu pessoalmente a política da empresa em Ilha, como no Projeto Cinturão Verde, que assentou 90 agricultores nos lotes econômicos e 400 famílias de baixa renda nos lotes de roças familiares, como será visto em detalhes no item 3.

Em 14/3/1986 a Cesp e o governo estadual apresentaram à administração especial e à comunidade de Ilha Solteira, uma proposta de transformação do distrito-acampamento em subprefeitura do município de Pereira Barreto. A população rejeitou a idéia porque entendeu que a prefeitura de Pereira Barreto teria menos condições que a Cesp para administrar Ilha Solteira. Segundo Froelich, igual ponto de vista foi adotado pelo então prefeito de Pereira Barreto, Oswaldo Esperança, que considerou a subprefeitura um encargo que sua prefeitura seria incapaz de assumir. Até mesmo o então administrador especial de Ilha Solteira, Telésforo de Paula Prata,

---

<sup>13</sup> A criação desta coordenadoria tem sua raiz no Governo Democrático do Estado de São Paulo, de André Franco Montoro, eleito em 1983, assim como o próprio projeto de assentamento Cinturão Verde, das Roças Familiares e da Horta Comunitária como será visto adiante.

considerou preferível o prosseguimento da luta pela emancipação à aceitação da condição de subprefeitura.

A comunidade de Ilha Solteira criou um grupo provisório de emancipação, presidido pelo empresário Alcides de Aquino Garcia, alinhado politicamente ao PMDB. (FROELICH, 2001, p.. 205).

Em Ilha Solteira cresciam as iniciativas em direção à emancipação: foi eleita a Comissão de Emancipação do Distrito de Bela Floresta, em maio de 1987. Neste mesmo ano teve início a tramitação do processo de emancipação de Ilha Solteira na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (FROELICH, 2001, p. 208).

Ilha Solteira contava então com 25 mil habitantes, mas 8 mil estavam ligados às obras de Três Irmãos e Canal de Pereira Barreto, enquanto a Unesp atendia mais de 500 alunos matriculados. O processo tramitou durante cinco anos. Nesse meio tempo, em 1988, foi promulgada a nova Constituição, fortemente influenciada pelo retorno à normalidade democrática e à descentralização municipalista (FROELICH, 2001, p. 210).

O núcleo urbano de Ilha Solteira completou oficialmente 20 anos em 1988 e aguardava a emancipação, ancorado nos pareceres favoráveis dentro da Alesp<sup>14</sup> e no sucesso da política de desvinculação. Um balanço da venda de imóveis, até 21/7/1988, revela que foram quase todos vendidos: 3.963 casas, 114 prédios comerciais e 965 terrenos, totalizando 5.200 imóveis<sup>15</sup>. No entanto, Ilha Solteira ainda era extremamente dependente da Cesp, que detinha diretamente 34,7% da população empregada e indiretamente, através das empreiteiras, acumulava mais 26,5 % desta população, ou seja, mais de 61% do total (FROELICH, 2001, p. 210).

Na política municipal, a população do “distrito” de Ilha Solteira influenciou decisivamente na escolha do prefeito de Pereira Barreto: Edson Gomes para o período de 1989 a 1992, enquanto a Cesp, dando seqüência à política de desvinculação, decidia (ainda em 1989) doar o patrimônio do Hospital e Maternidade

---

<sup>14</sup> Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

<sup>15</sup> A venda dos imóveis em Ilha Solteira ocorreu de forma facilitada a valores abaixo dos de mercado (até porque inexistia um mercado de venda de imóveis no ainda acampamento) com longos prazos de pagamento, de modo a garantir aos seus moradores, as condições de aquisição, afinal tratava-se exatamente de promover uma política de facilitação de compra e, indiretamente, de encampação pelos moradores da idéia de Ilha Solteira como cidade.

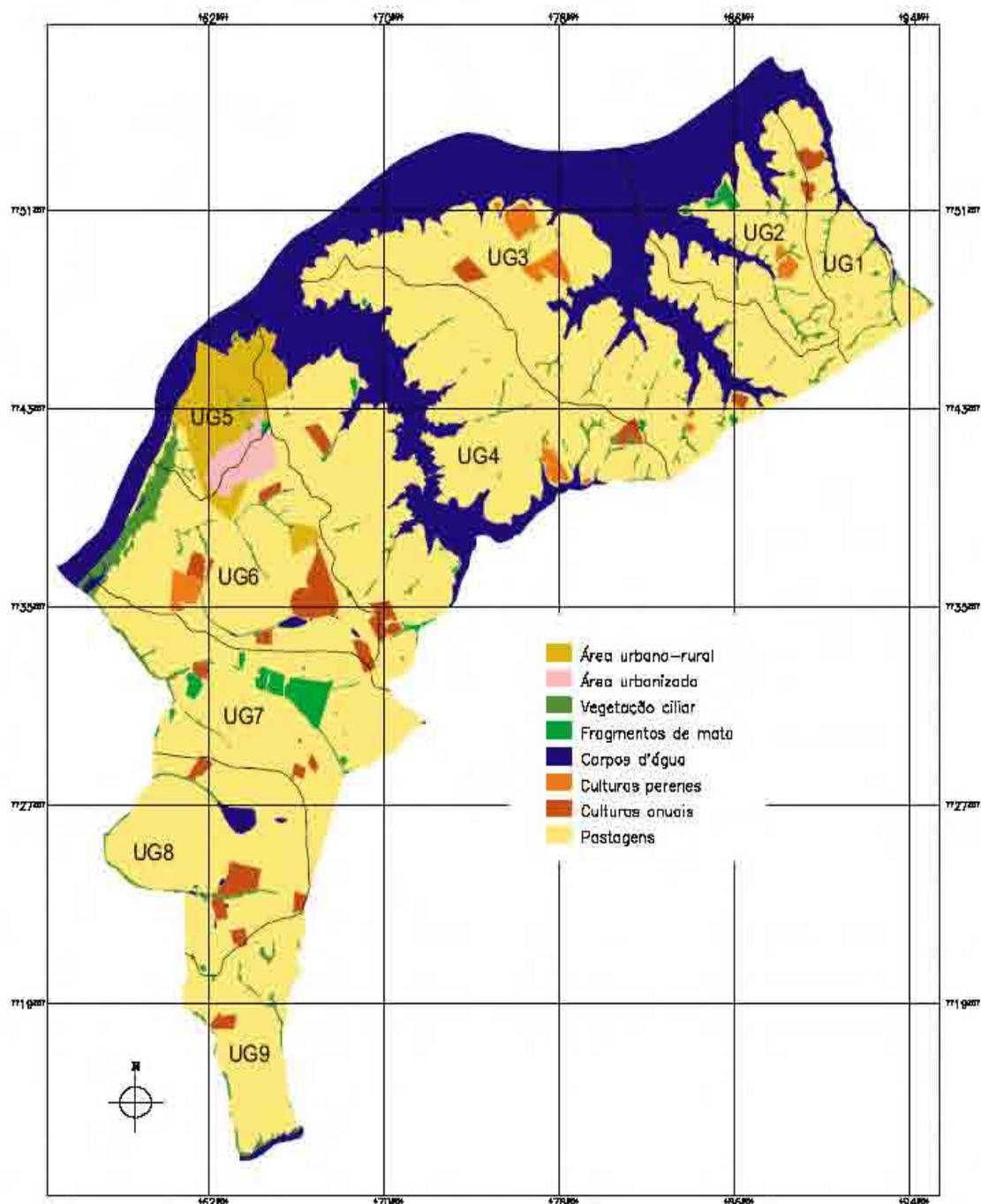
de Ilha Solteira para a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, fato efetivamente concretizado em 1992 (FROELICH, 2001, pág. 211).

Em 30/12/1991, pela lei estadual 7664, embasada em plebiscito, Ilha Solteira transformou-se em município, embora, formalmente, primeiro tenha sido transformado o distrito de Bela Floresta em distrito de Ilha Solteira que, a seguir, transformou-se no município de Ilha Solteira (FROELICH, 2001, pág. 213).

Em 27/04/2005 Ilha Solteira se transforma em Comarca, processo que marca o último passo no processo de emancipação político-administrativa.

O mapa 1, elaborado por Freitas Lima (2004) permite a visualização do município de Ilha Solteira, conforme ficou definido a partir do processo de emancipação, mostrando que a área onde se situa o Cinturão Verde é classificada como área urbano-rural.

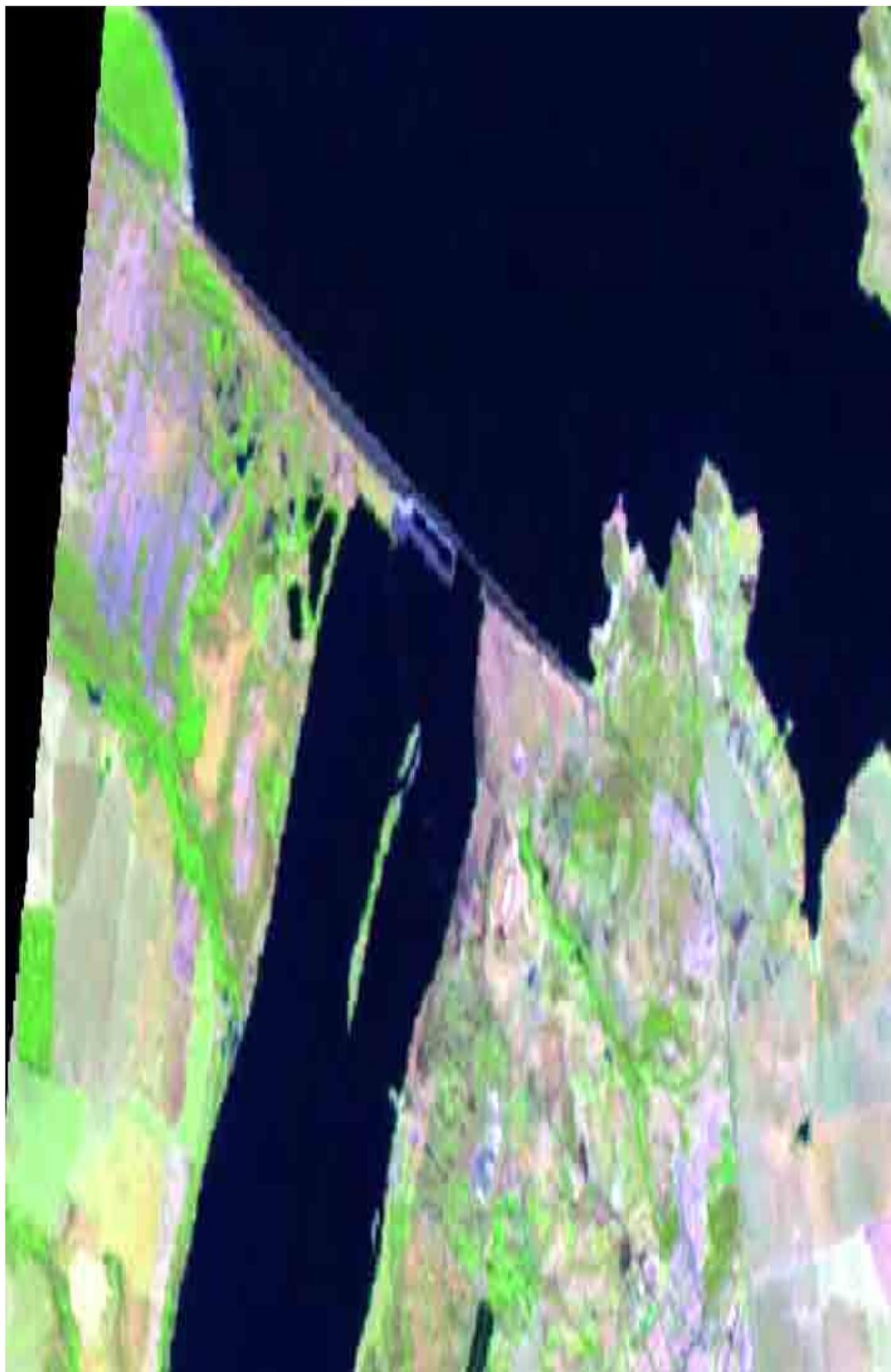
### Carta de Uso Atual e Ocupação da Terra - Ilha Solteira - SP - 2003



Projeção Cartográfica:  
 Universal Transversa de Mercator  
 Datum: SAD 69  
 Coordenada de origem: 51 W

2.2 0 2.2 4.4 6.6 8.8 km

Imagem: LANDSAT - 7 ETM+  
 Órbita: 222 - Ponto: 74  
 Data de Imageamento: 12/08/2001  
 Composição colorida: 5R 4G 3B  
 Sistema de Informação geográfica:  
 SPRING 3.6.0.3 Fonte : INPE  
 Base Cartográfica: 1:50000 - IGG/SP



### **3: O PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA**

#### **Introdução**

Concebido para ser um dos elementos de suporte da cidade, com a missão de produzir alimentos e de gerar empregos, o Cinturão Verde surge na prática, como resultado de demanda por terra que se apresenta no início da década de 1980, num momento de redução do nível de empregos no país e em Ilha Solteira. A distância entre as pretensões do projeto e sua empírica é marcada por vicissitudes de várias ordens, as quais são apresentadas neste item.

#### **3.1 A concepção do Projeto**

Conforme já foi considerado no item anterior, em 1972, quando teve início o processo de esvaziamento de Ilha Solteira enquanto acampamento da construção da usina, surgem os problemas relacionados à oferta cada vez menor de empregos. Diversas alternativas começaram a ser aventadas para o desenvolvimento e emancipação do Núcleo Urbano, concebido e planejado para se tornar uma futura cidade. Uma dessas alternativas “seria a instalação de um pólo de produção agrícola, visando ao abastecimento do Núcleo Urbano e região, contribuindo para a economia local com a criação de empregos diretos e indiretos, para o aumento da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para a criação de agroindústrias, etc” (CESP, 1992, pág. 1 e 2)<sup>16</sup>.

Nascia, assim, a idéia da instalação, nos arredores do núcleo urbano, de um Cinturão Verde, aproveitando terras remanescentes da construção da barragem e da cidade de Ilha Solteira. Para fundamentar e justificar a viabilidade técnica e

---

<sup>16</sup> De acordo com relatos de moradores que trabalhavam na Administração do Núcleo Urbano, naquele momento, esta idéia já era cogitada pelo então administrador Guilherme Monteiro Junqueira, como uma das formas de dar vida própria ao ainda acampamento da obra de Ilha Solteira.

econômica de tal empreendimento, no ano de 1983 a Cesp encomendou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT – a realização de estudos detalhados, reunidos sob o título de “Proposta DMGA-3677/83 - Projeto básico de assentamento rural em área irrigada e de sequeiro e recuperação de áreas degradadas nas proximidades da cidade de Ilha Solteira” (IPT, 1985, pág. 1).

O primeiro volume deste relatório refere-se à análise de viabilidade técnico-econômica do Projeto de Assentamento Populacional, ao passo que os três demais volumes detalham os estudos mais propriamente técnicos sobre a questão dos solos, do projeto de irrigação, da recuperação das áreas degradadas, inclusive com inúmeros mapas e desenhos da área.

Portanto, antes de prosseguir, cabe deixar claro que o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira foi pensado e planejado como um projeto de assentamento. E este assentamento dar-se-ia na área de agricultura de sequeiro, como será detalhado na descrição do projeto. Tal esclarecimento justifica-se porque a referência ao Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira como um projeto de reassentamento é comum, inclusive na própria cidade - e até mesmo em textos acadêmicos<sup>17</sup>.

Os documentos da Cesp referem-se a esta iniciativa, implantado em 1984, como tendo um “duplo objetivo: de contribuir para a auto-suficiência do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, e de assentar pequenos agricultores, os quais se caracterizam como posseiros, arrendatários, meeiros, diaristas, etc, do município de Pereira Barreto, contribuindo assim para o fortalecimento da economia rural local e o desenvolvimento econômico social de parte de sua população.” (CESP, 1988, p. 1)

Documento posterior (CESP, 1992), esclarece que o projeto foi elaborado visando atender esta população de duas formas:

a) agricultores profissionais cujas terras foram cedidas a títulos onerosos por meio de um contrato com um prazo inicial de 05 anos (de outubro de 1984 a setembro de 1989), e

---

<sup>17</sup> Na verdade, trata-se, pelo menos, de trabalho efetuado pelos docentes da área de sócio-economia ao qual este autor pertence, a saber: TARSITANO, M.A.A. et al. Projeto de reassentamento rural cinturão verde de Ilha Solteira - SP, duas perspectivas de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXVII, 1999, Foz do Iguaçu-PR. Anais... Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. 13 p.

b) ex-ocupantes inscritos, desempregados e indivíduos de baixa renda. A área destinada a eles corresponde a lotes de 2500 m<sup>2</sup> cada, cedidos através de concessão de uso por tempo indeterminado para a constituição de roças familiares, com vistas a ajudar na complementação alimentar dessas famílias beneficiadas (CESP, 1992, p. 2).

O item “a”, acima citado, reforça o fato do Cinturão Verde estar sendo concebido num quadro mais amplo, de se tornar um importante elemento de sustentação da cidade, de gerar produção, empregos e renda e, desta forma, contribuir para a fixação da cidade. Não se tratava, portanto, de reassentar uma população impactada, ou melhor dizendo, esta não era a tônica da concepção do projeto, em função do qual procurou-se assentar agricultores adequados para a missão de produzir “para o abastecimento da cidade e região em gêneros alimentícios diversos”. Mais uma vez, a ênfase é de promover um assentamento de agricultores profissionais, ou seja, com experiência na atividade agrícola os quais poderiam, em tese, arcar com a proposta de concessão onerosa de uso.<sup>18</sup>

O Termo de Compromisso de concessão onerosa, emitido pela CESP, estabelecia para o agricultor assentado, entre outras, as seguintes exigências:

- 1 – zelar pela área, impedindo a permanência e / ou fixação de terceiros;
- 2 – ter no mínimo 80% (oitenta por cento) da área a ser concedida, cultivada com culturas temporárias e/ou permanentes no final do terceiro ano de concessão, mantendo-a desta forma até a rescisão ou término deste contrato.

O item “b” refere-se aos selecionados para o Projeto Roças Familiares, conforme será tratado mais à frente.

### **3.2 O Processo de Seleção dos Assentados**

Para o processo de análise dos candidatos, classificação e seleção dos agricultores a serem assentados, constituiu-se uma comissão de seleção, com representantes das seguintes instituições:

---

<sup>18</sup> Apesar disto, sabe-se que os valores previstos no Termo de Compromisso que cada agricultor selecionado assinou ao adentrar em seu lote, jamais foram pagos. A proposta de concessão onerosa de uso na prática nunca vigorou.

- a) Prefeitura Municipal de Pereira Barreto;
- b) Instituto de Assuntos Fundiários, à época pertencente à Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo;
- c) Conselho Comunitário de Ilha Solteira;
- d) Câmara Municipal de Pereira Barreto;
- e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pereira Barreto, ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo – FETAESP;
- f) Coordenadoria de Participação Comunitária de Ilha Solteira/;
- g) Administração do Núcleo Urbano de Ilha Solteira;
- h) Associação Regional dos Engenheiros de Ilha Solteira e Adjacências – AREIA
- i) CESP – Companhia Energética de São Paulo, a quem coube a coordenação dos trabalhos.

Os trabalhos desta comissão estenderam-se de 29 de junho de 1984, ocasião de sua instalação, até 03 de agosto do mesmo ano. Através da realização de 47 reuniões retrata-se, em detalhes, como foram selecionados os agricultores, tanto para a ocupação como assentados no Cinturão Verde de Ilha Solteira como os contemplados com as áreas das Roças Familiares - ou simplesmente “rocinhas”, como são conhecidas em Ilha Solteira. A ênfase dada à seleção de candidatos exclusivamente de Pereira Barreto, por um lado, eliminou uma grande quantidade de interessados de municípios vizinhos e por outro, frustrou as expectativas daqueles que já vinham ocupando a área onde seria instalado o projeto.<sup>19</sup>

Do universo de 2.485 candidatos inscritos e com questionários aplicados, a Comissão, norteadas pelos critérios básicos da CESP, teve por objetivo selecionar, pontuar e classificar 120 (cento e vinte) candidatos, dos quais 90 (noventa) seriam

---

<sup>19</sup> Documento (Anexo de CESP, 1992) Comissão de Seleção dos Agricultores. Projetos: Cinturão Verde de Ilha Solteira, Roças Familiares. Relatório dos Trabalhos Desenvolvidos. Este documento, figurando como anexo 3 do Documento CESP, 1992, apresenta a seguinte composição: I. Objetivos; II. Metodologia Adotada; III. Desenvolvimento do Trabalho; IV. Resultados Finais; V. Encerramento. Engloba ainda, 5 anexos, a saber: I. Documento da Vice-Presidência Executiva da CESP à Comissão de Seleção dos Agricultores, de 29/06/1984; II. Quadro demonstrativo da pontuação de candidatos selecionados para o Cinturão Verde de Ilha Solteira; III. Quadro demonstrativo dos candidatos selecionados para as Roças Familiares; IV. Atas das 47 sessões realizadas pela Comissão de Seleção, e V. Quadros de presença dos membros, nas reuniões (sessões) ocorridas.

assentados no Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, distribuídos em áreas de cultivo irrigado e de sequeiro, para produção em escala comercial.

Dentre os demais candidatos, dando-se prioridade absoluta para os residentes em Ilha Solteira, a Comissão recebeu a incumbência de selecionar cerca de 400 (quatrocentos) que se beneficiariam com área para cultivos, em nível de subsistência, no Projeto das Roças Familiares, direcionado, basicamente, aos ex-ocupantes das áreas do Cinturão Verde, detentores de baixa renda familiar.

Para a seleção dos 120 candidatos, dos quais 90 seriam beneficiários, e os outros 30 aguardariam na condição de suplentes, a Comissão adotou o critério de separação, por exclusão, daqueles que não preenchiam os requisitos básicos expostos no documento CESP – ANEXO I (Documento da Vice-Presidência Executiva da CESP à Comissão de Seleção dos Agricultores, de 29/06/1984).

Assim sendo, os candidatos detentores de atividades principais divergentes da agrícola ou, ainda, aqueles com uma experiência na agricultura por tempo inferior a 5 anos foram excluídos na seleção, enquadrando-se nas seguintes categorias, em função de suas características básicas:

- empregados CESP;
- proprietários e co-proprietários rurais;
- empregados de empreiteiras de obras;
- empregados urbanos;
- comerciantes;
- aposentados (urbanos e rurais)
- profissionais diversos, liberais e/ou autônomos, de atividades não agrícolas;
- desempregados urbanos (ocupantes de áreas do Cinturão Verde há menos de 01 ano e dia (sic); ou não ocupantes), com experiência agrícola inferior a 5 anos;
- pecuaristas, peões-de-boiadeiro e retireiros;
- arrendatários, meeiros e parceiros, com áreas de cultivo superior a 20,00 ha (vinte hectares);
- candidatos com uma força-de-trabalho igual a 01 equivalente-homem e sem experiência em irrigação.

Por outro lado, uma vez enfocada a prioridade de seleção dos candidatos do município de Pereira Barreto e tendo em vista o grande número de agricultores inscritos, não foram considerados os dos outros municípios, fazendo com que, o universo inicial de 2.485 candidatos ficasse reduzido a um total de 226, que recebeu pontuação para fins de classificação em função dos critérios básicos da CESP e dos adotados pela Comissão. Esse número ficou assim compreendido:

Arrendatários: 36

Meeiros e parceiros: 13

Posseiros em situação de iminente despejo: 01

Ocupantes de área do Cinturão Verde, há mais de 1 ano e dia: 01

Empregados rurais: 12

Desempregados rurais (diaristas, volantes e bóias-frias): 47

Ocupantes de área do Cinturão Verde, desempregados urbanos, com mais de 05 anos de experiência agrícola: 43

Desempregados urbanos, não ocupantes, com mais de 05 anos de experiência agrícola: 73.

Total = 226

Quando a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira começou a ser construída, assim como a de Jupia, inexistia a necessidade de realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, os EIA / RIMA. Tais documentos só viriam a tornar-se obrigatórios para a realização de empreendimentos como as barragens, reservatórios, usinas a partir da edição da Resolução de nº 001 do CONAMA, de janeiro de 1986, acompanhando as mudanças planetárias envolvendo a questão do desenvolvimento e da concomitante necessidade de conservação e recuperação dos recursos naturais. Por outro lado, a atuação da Cesp em estudos sobre os impactos negativos gerados pelos empreendimentos energéticos, tanto sociais como econômicos e ambientais, somente começaram a ser efetuados a partir da década de 1970. Esta consideração está sendo apontada para reforçar o fato do Cinturão Verde não ter tido o caráter de reassentamento, o que, se fosse o caso, poderia ter resultado no estabelecimento

de um diferente perfil para os agricultores selecionados e, por conseguinte, de critérios de seleção, ao menos em parte, distintos dos que foram utilizados.

O engenheiro agrônomo Miguel Carlos Fontoura da Silva Kozma, então recém-eleito para ocupar a Vice-presidência executiva da Cesp - e acumulando também o cargo de diretor administrativo -, participou da reunião de instalação dos trabalhos da comissão de seleção dos agricultores a serem assentados no Cinturão Verde de Ilha Solteira, realizada em Ilha Solteira, em junho de 1984. Kozma apresentou um documento com um rápido retrospecto sobre o início difícil dos estudos do Cinturão Verde e também um balanço do primeiro ano da administração local. Nele, afirmava que, em razão da situação econômica que vivia o país, foi criado um projeto emergencial na área destinada ao Cinturão Verde, que perdurou até o início de 1984 e que teria sido capaz de solucionar alguns problemas emergentes, trazendo grande quantidade de riquezas adicionais à economia da cidade. O texto a seguir refere-se à íntegra daquele documento:

“1. A Diretoria Administrativa da CESP, desde o início da atual gestão, colocou como uma questão prioritária a adoção de medidas que pudessem, de forma segura e eficaz, levar o núcleo de Ilha Solteira à plena consolidação e conseqüente auto-determinação. Dentre essas medidas, sempre emergiu como uma das mais relevantes a criação de um cinturão verde, equacionado de forma a compatibilizar a necessidade cada vez maior de produção de alimentos, a custos mais acessíveis para a população local, com o imperativo social de criar-se uma fonte de trabalho capaz de atenuar o sério problema de desemprego que se verifica na comunidade.

2. A partir desse enfoque, a CESP optou pelo aproveitamento de parte das terras remanescentes do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Em se tratando de terras inproveitadas, situação esta que perdura há muitos anos, a Diretoria Administrativa entendeu que não haveria nenhuma forma de utilização mais adequada para as mesmas do que a implantação de um núcleo de produção agrícola, capaz de gerar quantidades expressivas de alimentos e absorver um elevado número de empregos permanentes.

3. Hoje, com o projeto técnico praticamente concluído e os trabalhos de implantação em pleno desenvolvimento, pode-se afirmar que o Cinturão Verde de Ilha Solteira, já constitui uma realidade irreversível, apesar do descrédito de muitos.

4. Trata, este documento, de estabelecer os critérios básicos que deverão nortear o processo de seleção dos agricultores a serem assentados. A partir da posição da CESP, devidamente confrontada com as sugestões emitidas por algumas das instituições que representam a comunidade (Câmara Municipal de Pereira Barreto, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pereira Barreto e Universidade Estadual Paulista – UNESP), resultaram os seguintes critérios, que expressam o consenso da maioria das opiniões consultadas:

a) os lotes agrícolas do Cinturão Verde destinam-se, única e exclusivamente, a agricultores profissionais e comprovadamente não proprietários, a saber:

- parceiros e arrendatários de pequenas áreas;
- empregados rurais;
- desempregados rurais;
- posseiros em situação de iminente despejo.

b) a prioridade de seleção, entre as categorias acima estabelecidas, fica para os agricultores residentes no Município de Pereira Barreto. Uma vez esgotado esse contingente, a preferência passa para os candidatos residentes nos municípios vizinhos a Pereira Barreto.

c) o processo de seleção deverá ser dirigido para separar, em primeiro lugar, todos os agricultores que atendam as condições estabelecidas em a) e b) e que possuam, complementarmente, experiência em agricultura irrigada.

d) a comissão deverá elaborar tabelas de avaliação que considerem, basicamente, os seguintes elementos:

- força de trabalho familiar
- experiência em atividades agrícolas
- renda familiar
- capacidade gerencial

e) todas as decisões da comissão deverão ser tomadas pelo critério de maioria simples de seus membros, cabendo à coordenação da CESP o voto de desempate.

f) admitindo que estarão disponíveis cerca de 90 (noventa) lotes agrícolas, considera-se suficiente que a comissão selecione um número não superior a 120 (cento e vinte) agricultores, estabelecendo-se, assim, a folga necessária para o preenchimento imediato das vagas surgidas por motivos diversos, como desistência, impossibilidade de localização do candidato, etc. A Diretoria Administrativa da CESP deseja aos senhores membros da comissão um profícuo trabalho, norteado essencialmente pelo espírito de justiça e isenção<sup>20</sup>.”

O item II. 1.1 do relatório evidencia em detalhes os critérios: Força-de-trabalho familiar; Constelação Familiar; Renda 'per capita' da Família; Experiência e tradição em atividades agrícolas; Capacidade gerencial - que, por sua vez, levava em consideração os quesitos: nível educacional; finalidade (destino) da produção agrícola; (uso de) crédito agrícola; tipos de culturas; utilização de insumos agrícolas; utilização de máquinas e equipamentos agrícolas; e (domínio da) irrigação, assim como os respectivos pesos atribuídos pela comissão aos diversos fatores analisados. A Tabulação geral dos resultados resultou na seleção dos 120 melhor pontuados, conforme revela a tabela 1:

Os dados desta tabela permitem observar que mais da metade (53,3 %) dos selecionados vieram de Pereira Barreto, seguidos pelos de Ilha Solteira que totalizaram quase um terço do total (31,1 %). Outra constatação é que quase a metade dos selecionados (47,8 %) pertencia à categoria de arrendatários e parceiros / meeiros, num total de 43 agricultores. No que diz respeito aos arrendatários, pegando-se a quantidade de pré-selecionados para o projeto (36) percebe-se que 83,3% dos mesmos foram selecionados, ao passo que, que dos 13 parceiros ou meeiros pré-selecionados 77% foi confirmada no processo seletivo. Por outro lado, exatos 30 % dos assentados enquadrava-se na categoria de desempregados rurais.

---

<sup>20</sup> CESP. Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, 1992 (s.n.t)

**Tabela 1: Selecionados por categoria e por município, no processo seletivo para assentamento no Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.**

CATEGORIAS*	DISTRIBUIÇÃO <sup>21</sup>								TOTAIS	
	Ilha Solteira		Bela Floresta		Suzanápolis		Per. Barreto			
	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup	1º- 90º	Sup.	1º- 90º	Sup
<b>A</b>	8	-	1	-	5	-	19	-	33	-
<b>B</b>	4	1	1	-	1	1	4	-	10	2
<b>C</b>	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
<b>D</b>	2	1	-	-	1	-	4	1	7	2
<b>E</b>	2	1	1	-	4	1	20	2	27	4
<b>F</b>	7	11	--	-	-	-	-	-	7	11
<b>G</b>	4	6	-	-	-	-	1	5	5	11
<b>TOTAIS</b>	28	20	3		11	2	48	8	90	30

\*Sendo **A** = Arrendatários; **B** = Meeiros / Parceiros; **C** = Posseiros em situação de iminente despejo; **D** = Empregados Rurais; **E** = Desempregados Rurais; **F** = Ocupantes da área do Cinturão Verde com mais de 5 anos de experiência agrícola, **G** = Desempregados urbanos com mais de 5 anos de experiência agrícola; Sup = Suplentes.

Fonte: CESP, 1992, adaptado pelo autor.

<sup>21</sup> Na época da seleção e da implantação do Cinturão Verde de Ilha Solteira, o município de Pereira Barreto, era composto, além da sede propriamente dita onde ficava a cidade de Pereira Barreto, do Distrito de Bela Floresta, do núcleo urbano de Ilha Solteira e ainda do distrito de Suzanápolis. Atualmente, Suzanápolis, a exemplo de Ilha Solteira, é um município autônomo.



Foto 1: Agricultores presentes ao processo de distribuição dos lotes em cerimônia realizada na Casa da Cultura de Ilha Solteira, aos 09 de outubro de 1984.



Foto 2: Da direita para a esquerda, vice-presidente da Cesp, Miguel Kozma e Diretor Administrativo da empresa, Rubens Naves, na cerimônia de distribuição dos lotes do Cinturão Verde aos agricultores selecionados, realizada em 09.10.1984.

### 3.3 Implantação do Projeto Cinturão Verde

O Projeto Cinturão Verde foi planejado para promover o aproveitamento de recursos de solo e água das proximidades de Ilha Solteira, viabilizando técnica e economicamente a agricultura através do assentamento. A área foi selecionada após levantamento de trabalhos dos condicionantes do meio físico, apresentando solos agricultáveis em relevo compatível com atividades agrícolas, possuindo classes II, III e IV de capacidade de uso do solo, com predominância dos solos Latossolo Vermelho Escuro (43,5%) e Podzólico Vermelho Escuro (29,0%) com um bom índice de fertilidade natural, conforme análises de solo realizado pela UNESP em 1986. (CESP, 1992, pág.12)

Para os idealizadores de um pólo de produção que pudesse abastecer o núcleo urbano e a própria região, contribuindo para o enfrentamento do esvaziamento do então acampamento e a consolidação da cidade, a implantação do Projeto Cinturão Verde, em outubro de 1984, representaria esta concretização.

No componente “Agroeconomia” do Relatório do IPT, registra-se que:

O objetivo desse projeto seria ocupar de forma racional, do ponto de vista agrônomo, uma área da ordem de 1147,02 hectares adjacente ao povoado, 100 hectares dos quais serão irrigados e 557,55 hectares em condições de sequeiro. Dessa forma, a cidade de Ilha Solteira será suprida com gêneros alimentícios de primeira necessidade, gerando excedentes que serão comercializados em outras localidades. (IPT, 1985, pág. 97)

O Projeto Cinturão Verde está situado em boa parte do entorno ou área perimetral do Núcleo Urbano de Ilha Solteira, a jusante da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, com lotes distribuídos ao longo dos quadrantes de leste até nor-noroeste da cidade. (ver mapa 1)

O arranjo físico e espacial do Cinturão Verde, elaborado de acordo com a metodologia adotada, isto é, considerando um matriz resultante da combinação de critérios como classes de capacidade de uso dos solos, tamanho e composição das

famílias e da força-de-trabalho familiar, em termos de equivalentes-homens/dia, resultou na definição dos seguintes tipos de Unidades de Produção Agrícola Familiar UPAFs:

- a) unidade de produção agrícola tipo I (UPAF 1): caracterizada por terras de classe II de capacidade de uso com 5 ha de área e utilizadas por famílias com força de trabalho disponível de 2 a 2,5 equivalentes homens/dia;
- b) unidade de produção agrícola tipo II (UPAF 2): compreende as terras de classe III de capacidade de uso com 7,5 ha de área e utilizadas por famílias com força de trabalho disponível de 3 a 3,5 equivalentes homens/dia;
- c) unidade de produção agrícola tipo III (UPAF 3): engloba as terras de classe IV de capacidade de uso com 10 ha de área e utilizadas por famílias com força de trabalho disponível de 4 a 5 equivalentes homens/dia;
- d) Unidades de produção agrícola familiar isoladas: consiste de 3 módulos de 2,5 ha que pela sua posição na área em estudo, não são contíguos;
- e) Áreas degradadas: compreende as antigas áreas de empréstimos, onde os horizontes superficiais foram removidos, e por terras de classe VI de capacidade de uso. Na época dos estudos (1983-4) estas áreas encontravam-se cobertas por capim coloniã, indicando uma recuperação inicial. Podem ser submetidas a processos mais intensivos de recuperação, tendo em vista sua utilização para pastagens ou reflorestamento.

O mapa 2,. elaborado pela Cesp por ocasião da implantação do Projeto, mostra em detalhes a localização do Cinturão Verde, no entorno de Ilha Solteira, e a distribuição dos 90 lotes que o compõem.



Para se compreender a lógica da determinação do tamanho dos lotes basta perceber que quanto pior as características agricultáveis do solo, maior deveria ser a área a ser cultivada, requerendo, por conseguinte, uma família com maior força de trabalho. (IPT, 1985, pág. 149)

A tabela 2, permite a visualização da composição total da área e da distribuição destas terras de acordo com suas finalidades diversas:

**Tabela 2: Descrição da composição do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e respectivas áreas.**

<b>Descrição</b>	<b>Área (ha)</b>
Lotes agrícolas de sequeiro	521,00
Lotes agrícolas irrigados	35,00
Lotes de roças familiares	156,00
Talvegues	45,00
Reserva Florestal	41,00
Estradas	15,00
Área de Empréstimo	247,00
Diversos	30,00
Área Total	1090,00

Fonte: IPT, 1985.

A área irrigada, planejada para chegar a 100,0 ha, tem início com 35,0 ha e - como poderá ser visto ao longo deste texto - sequer esta área será totalmente ocupada. A extensão de cada lote agrícola destinado aos agricultores profissionais foi definida de acordo com a força de trabalho de cada família, ficando distribuídos de acordo com os dados da tabela 3.

**Tabela 3: Descrição da distribuição dos lotes irrigados e de sequeiro do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e suas respectivas áreas.**

<b>Número de Lotes</b>	<b>Tipo de Cultura</b>	<b>Área (ha)</b>
14	Cultura irrigada	2,50
35	Cultura de Sequeiro	5,00
27	Cultura de Sequeiro	7,50
14	Cultura de Sequeiro	10,00

Desta forma, o Projeto previu a instalação de 92 (noventa e dois) lotes, sendo 14 (catorze) lotes irrigados, cuja área é de 2,5 ha cada um e 76 (setenta e seis) lotes de agricultura de sequeiro, variando suas áreas entre 5,0 ha, 7,5 ha e 10,0 ha conforme a tipologia descrita acima. Dos 02 (dois) lotes restantes, um é utilizado como centro de equipamentos e outro como pastagem comunitária, o que perfaz um total de 560 ha de área agricultável (sequeiro + irrigado).

Paralelamente ao Projeto Cinturão Verde foi efetuado o Projeto das Roças Familiares. Porém, o que se constata é que, em nenhum momento, foi solicitado ao IPT pela CESP a elaboração de um projeto de roças familiares. Percebe-se que esta foi uma saída política para incluir o enorme contingente de pessoas da própria cidade de Ilha Solteira que, apesar de terem participado do processo de seleção, não foram contempladas com lotes no Cinturão Verde. Deve ser considerado também, o fato de ter havido uma ocupação da área onde seria instalado o assentamento, o que reforça o caráter das roças familiares como fruto de uma negociação da Cesp e da Administração Especial de Ilha Solteira com os interessados não contemplados nos lotes do Cinturão Verde.

Não se pode perder de vista, ainda, o fato de que em 1984, outros dois fatores importantes concorrem para tal ação: o governo democraticamente eleito de Franco Montoro propiciava condições para a expressão de demandas por direitos e benefícios de várias naturezas, o que, em Ilha Solteira, contou com instrumentos oficiais de expressão, como o Conselho Comunitário e a Coordenadoria de Participação Comunitária - órgãos diretamente ligados à administração do núcleo urbano e ao PMDB, partido da situação naquele momento, a cujos quadros

pertencia o próprio vice-presidente da Cesp e um dos idealizadores do Cinturão Verde, Miguel Kozma. O outro fator, refere-se ao agravamento da crise econômica que atravessava o país, desde o final da década de 1970, fazendo com que a idéia de um espaço para a produção de auto-consumo das famílias mais pobres do núcleo urbano seria também uma forma de promoção de justiça e inclusão social<sup>22</sup>.

Quando implantou o projeto, a Cesp também garantiu equipamentos de Infra-estrutura em apenas uma das áreas ou lotes comunitários, o qual, no futuro, acabou por se constituir na sede da Associação. Dentre estes equipamentos destaca-se o Armazém de Cereais, que consiste em uma construção de alvenaria (blocos de concreto e telhas de cimento amianto nas laterais, esteios roliços de aroeira, piso cimentado rústico, cobertura de telhas de cimento amianto, vigamento de madeira serrada, sem energia elétrica nem instalação hidráulica), ainda em bom estado de conservação. É hoje utilizado como depósito de insumos e implementos agrícolas e tem uma área construída de 300 m<sup>2</sup>.

Outra instalação importante é o centro comunitário, que consiste de uma parte de construção aberta e outra fechada, em alvenaria de blocos de concreto, reboco e pintura externa e interna, esteios roliços de aroeira, piso cimentado rústico (na área aberta) e cimento queimado (na área fechada), cobertura de telhas de cimento amianto, vigamento de madeira serrada, com energia elétrica e hidráulica, hoje em bom estado de conservação e com uma área construída de 238 m<sup>2</sup>.

A malha viária que a Cesp abriu no projeto Cinturão Verde conta com 37 km de estradas, das quais 14,67 km estão localizados nos lotes econômicos e 10,34 km nas roças familiares, sendo 25 km abertos pela Cesp por ocasião da implantação do projeto, contra 12 km de estradas asfaltadas já existentes quando da construção da usina e do núcleo urbano.

Toda esta estrutura, com o processo de emancipação de Ilha Solteira e a saída da CESP da cidade é repassada à Prefeitura Municipal e à própria Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, constituindo-se, assim, num importante patrimônio desta entidade.

---

<sup>22</sup> Um outro projeto poderia ser incluído neste conjunto que foi o da criação da Horta Comunitária de Ilha Solteira, que teve na pessoa do presidente do Centro de Convivência da Terceira Idade, Sr. Aloysio Francisco da Silva, um de seus mais expressivos protagonistas.

### **3.4 Breve Retrospectiva sobre o Projeto Cinturão Verde**

Dos 90 lotes destinados aos agricultores selecionados, somente 76 (7 irrigados e 69 de sequeiro) estavam ocupados em 1992, na ocasião em que precedeu a saída definitiva da Cesp de Ilha Solteira e a passagem do Cinturão Verde ao domínio da prefeitura municipal de Ilha Solteira. Nos lotes irrigados houve evasão de uns e exclusão de outros, restando somente 5 dos 13 agricultores selecionados inicialmente, permanecendo um lote de propriedade da própria CESP. Segundo os integrantes da equipe técnica da Cesp, responsável pelo acompanhamento das atividades de assistência técnica aos agricultores, o motivo das evasões e das exclusões está relacionado com uma falta de verificação mais criteriosa, inclusive “in loco”, das informações que foram prestadas nos questionários pelos inscritos por ocasião da seleção, resultando no assentamento de agricultores sem tradição e conhecimento em agricultura e - principalmente - em irrigação, fator agravado ainda mais pela baixíssima disponibilidade de capital para inversão na atividade produtiva irrigada por parte dos mesmos.

Desse fator advém um baixo nível de exploração e, conseqüentemente, uma produção aquém do esperado para um lote irrigado, contrariando os objetivos propostos inicialmente, que seria a produção de olerícolas, proporcionando cultivos intensivos condizentes com a necessidade de consumo da população regional.

Após cinco anos de instalação dos lotes, foi possível perceber dois fenômenos interessantes. Houve, por um lado, uma queda na produção das safras de 1988/89, 1989/90 e 1990/91, o que pode ser explicado pelo esgotamento da fertilidade natural dos solos - e da dificuldade financeira para a reposição desta fertilidade através da adição de adubos químicos - e também pelas dificuldades de ordem climática. Por outro lado, constata-se melhoria nas condições de moradia e nas instalações de manejo das criações. Na safra 91/92, 80% já haviam utilizado financiamento de custeio da produção, obtido junto à Caixa Econômica Estadual e o Banespa, quando as 71 famílias ocupantes dos lotes de sequeiro encontravam-se com suas áreas totalmente abertas e cultivadas. (CESP, 1992, p. 14)

Um dos pilares de sustentação do projeto Cinturão Verde, preconizado pelos estudos do IPT (1985), foi o referente ao oferecimento de Assistência Técnica ao Produtor (pág. 187-8). O documento, ao sondar a estrutura institucional existente para este fim, tanto em Ilha Solteira como na região, detectou a presença da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, através da Casa da Agricultura de Pereira Barreto – no mesmo local onde uma cooperativa, integrada em sua grande maioria pelos descendentes de japoneses (Cooperativa Agrícola da Fazenda Tietê), também atuava, em especial com os produtores de frangos e ovos. Ambas as instituições manifestaram-se dispostas e disponíveis para prestar assistência técnica aos futuros produtores familiares do Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Já nesta época, também a UNESP, que iniciara seus cursos de engenharia em 1976 e o de agronomia em 1982, "foi também contatada no sentido de se avaliar que tipo de assistência poderia prestar aos agricultores do Cinturão Verde. Após uma reunião com a diretoria da UNESP e com o chefe do Departamento de Agricultura constatou-se que em 'tese' a UNESP poderá dar toda a assistência técnica, desde que acertada a sua participação, via convênios ou outros entendimentos com a CESP. Foi enfatizado nessa reunião que o papel da UNESP é o ensino, a pesquisa e o atendimento à comunidade. Com relação ao atendimento à comunidade, este seria realizado via palestras, cursos rápidos e eventualmente alguma orientação ao produtor" (IPT, 1985, pág. 188).

Entretanto, desde que implantou o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, a Cesp dotou-o de uma equipe constituída de um engenheiro agrônomo, dois a três técnicos agrícolas, uma assistente social, uma agente de enfermagem e quatro agentes administrativos. Esta equipe, com o passar do tempo, ampliou sua atuação para outros projetos surgidos na região (Selvíria, Três Irmãos, Hortifrutigranjeiros de Pereira Barreto e Jupia), o que fez com que seu efetivo se alterasse. Para que se tenha uma idéia desta rotatividade, no setor de assistência e promoção social da comunidade assentada, três profissionais chegaram a atuar, ao passo que na coordenação do projeto também se alternaram vários técnicos, entre engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas.

Dentre as atividades técnicas desenvolvidas destacam-se: controle de erosão, plantio em faixa e em nível, uso de sementes selecionadas, adubação de acordo com análise de solo, uso correto e com segurança de defensivos, introdução de culturas alternativas (alho, mandioca, abóbora), formação de hortas e pomar, orientação sobre crédito agrícola, orientação e acompanhamento da comercialização.

Face às dificuldades da CATI em efetivamente acompanhar os agricultores do município, tanto por falta de profissionais em número suficiente para o atendimento do extenso município de Pereira Barreto, bem como em virtude das dificuldades de transporte e demais recursos, a assistência técnica que os agricultores do projeto recebiam era a prestada pela equipe técnica da CESP e por iniciativas de projetos de extensão de alguns docentes do curso de agronomia da Unesp, na maior parte das vezes, limitadas ao período letivo<sup>23</sup>.

A contratação de mão-de-obra, no Projeto, ocorre de forma temporária, através de diaristas, com maior índice de absorção nas épocas de desbaste e colheita do algodão e colheita de milho, havendo também considerável utilização de mão-de-obra contratada para cultivos diversos (capinas, tratamento fitossanitário, adubação de cobertura, etc.). Na cultura do algodão, especificamente, houve necessidade de 50 homens/dia durante os 2 meses de colheita, para colher 28.0000 kg de algodão (média do projeto), absorvendo ainda cerca de 20 homens/dia para o desbaste durante 20 a 30 dias. No caso do milho, o desenvolvimento da cultura é conduzido basicamente por mão-de-obra familiar, necessitando, porém, de cerca de 10 a 15 homens/dia para efetuar a colheita, que se estende por volta de 2 meses.

O Projeto Cinturão Verde participa no abastecimento de gêneros alimentícios através de uma produção diversificada oferecida à população: milho verde, arroz, feijão, mandioca, farinha, tubérculos em geral, hortaliças folhosas, abóbora, legumes, frutas diversas (com destaque para manga e banana), aves, ovos, suínos, leite, etc. São alimentos de excelente qualidade, por se tratarem de produtos frescos

---

<sup>23</sup> Quando, na verdade, seria o ideal que os alunos pudessem permanecer nas atividades de extensão junto aos agricultores em suas férias escolares, que corresponde ao momento de maior atividade agrícola, que é o período das chuvas, de novembro a março de cada ano. Uma tentativa de institucionalização destas atividades foi feita por este autor junto à CESP e com intermediação da FUNDUNESP, e chegou a durar por seis meses, mas mudanças na diretoria daquela empresa inviabilizaram sua continuidade.

e que contêm menos agrotóxicos do que os produtos oriundos de outras praças, tal como o CEASA.

Pesquisa realizada em julho de 1992, revelou que 32% dos produtos consumidos pela população de Ilha Solteira tinham procedência no Cinturão Verde. O mesmo estudo revela, contudo, que este percentual concentrava-se em apenas nove produtos, havendo uma enorme lacuna na produção de frutas e olerícolas, principalmente provenientes dos lotes irrigados. (PRETTO; ARAUJO, 1992, pág. 19)

Desde a época de implantação do Projeto e mesmo não possuindo o título das terras, vários produtores venderam seus lotes, no todo ou em parte, enquanto outros os dividiram por motivo de herança e separação de casais. Do total de produtores assentados no início do Projeto, 66% permanecem hoje nos lotes; cerca de 15%, porém, têm menos de dois anos na área - o que indica um possível recrudescimento da situação de vida dos assentados, levando à intensificação da venda/divisão dos lotes<sup>24</sup>.

Também ocorreram pequenas incorporações, pois dentre os lotes de sequeiro, em torno de 10% possuem área maior que 10 ha, sendo que em um dos casos constatou-se que houve troca de área com a CESP.

Um novo diagnóstico realizado em 1998/99<sup>25</sup>, 15 anos após a sua instalação, permite observar que as mudanças ocorridas neste período foram importantes, mas não resultaram em redução da população assentada. Residem no Cinturão Verde mais de 400 pessoas, embora um número significativo destas pessoas não trabalha e, em alguns casos, nem tem sequer relações de parentesco com os produtores (na maior parte, pagam aluguel ao titular do lote). Há casos extremos, onde o número de moradores não envolvidos com a produção é bastante elevado: em apenas três lotes, por exemplo, moram 60 pessoas (25; 23 e 12), das quais somente 9 compõem a força de trabalho agrícola para o Cinturão. Nos dois primeiros lotes, menos da metade das pessoas dependem da renda do lote e, no último, em novembro de 1998, todos dependiam de outras rendas (aposentadorias basicamente), já que o lote não vinha gerando nenhuma renda monetária. Embora existam casas alugadas,

---

<sup>24</sup> A proximidade da data em que deverão receber o título definitivo deu maior "liquidez" ao investimento (quem compra tem perspectiva de vender com maior facilidade, se necessário).

<sup>25</sup> Projeto Piloto de Agricultura Irrigada em Ilha Solteira - SP (Relatório Técnico)

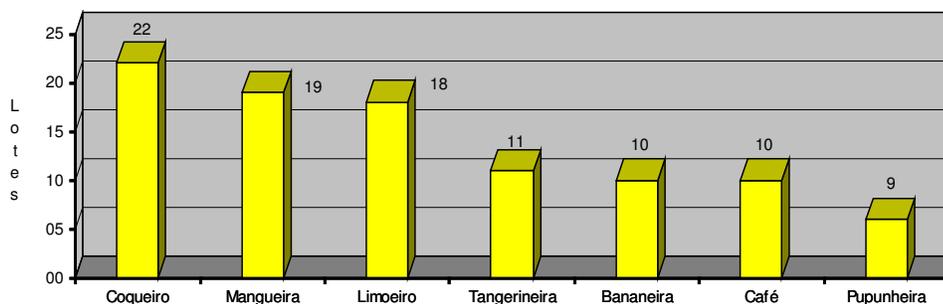
a maioria destes residentes que não dependem da atividade agrícola são filhos dos titulares dos lotes.

A pesquisa realizada em 1998/99 nos lotes de sequeiro indicou que a grande maioria dos produtores reside na propriedade (81%). Em relação à faixa etária constatou-se que  $\frac{1}{4}$  da população possui mais de 50 anos e são estes, na maioria dos casos, a força de trabalho principal da propriedade. Na faixa de 25 a 50 anos encontra-se outro  $\frac{1}{4}$  da população, mas observações de campo indicam que um maior percentual relativo destes, estão entre os que só residem no lote, mas trabalham em outras atividades. O mesmo ocorre com os jovens de 15 a 25 anos, que representam 30% da população, pois estes encontram maior facilidade relativa para conseguir trabalho na zona urbana, em função do maior nível de escolaridade. Devido às dimensões do lote e exploração predominante, estes jovens, quando se casam, deixam a área ou constroem casas, usando o lote apenas como local de moradia.

Esta combinação de fatores tem como resultado a carência de mão-de-obra em alguns lotes. Cria-se um círculo vicioso, pois a baixa renda auferida não é suficiente para manter mais de um núcleo familiar ou mesmo um número grande de jovens; por sua vez, a falta de mão-de-obra dificulta a instalação de novas alternativas agropecuárias, supostamente capazes de gerar maior renda.

O levantamento realizado nos lotes de sequeiro, que representam mais de 90% da área total, constatou que 44,3% da área estão ocupados com pastagens, 34,8% com culturas anuais e somente 10% com culturas perenes. O crescimento da área de pastagem é relativamente recente, pois a CESP impunha restrições à pecuária, exigindo que no mínimo 80% da área de cada lote fossem ocupados com culturas (nos primeiros anos eram apenas culturas anuais, pois os assentados não tinham recursos para implantação de culturas perenes). Posteriormente, a Prefeitura iniciou a distribuição de mudas frutíferas que foram plantadas na maioria dos lotes, mas como não se buscou ou não foi possível articular a comercialização conjunta (pois as pequenas quantidades individuais dificultam o transporte e a colocação no mercado), estas culturas não se tornaram uma fonte de renda para os assentados, salvo algumas exceções.

Já o número de vacas (matrizes) cresceu em relação ao período de 90/94, época em que variou de 89 a 153 matrizes, tendo chegado a 286. Nota-se que houve uma substituição das culturas anuais pela pecuária leiteira<sup>26</sup> como atividade principal na maioria dos lotes, fenômeno que ocorreu com os produtores familiares na região Noroeste como um todo. Tem aumentado, também, a importância das culturas perenes e das olerícolas. Em alguns lotes estas já representam parte significativa da renda. A Figura 05 traz as principais culturas perenes cultivadas no Cinturão Verde.



**Figura 06.** Quantidade de lotes com as principais culturas perenes cultivadas no Cinturão Verde de Ilha Solteira - Área de sequeiro.

**Fonte:** Projeto Piloto de Agricultura Irrigada em Ilha Solteira /SP (Relatório Técnico)

Observa-se que há uma preocupação com a busca de culturas que venham representar fontes de renda mais consistentes, pois embora exista na maioria dos lotes uma diversidade de culturas instaladas, muitas vezes não há diversidade de fonte de renda.

O levantamento feito através do DRP – Diagnóstico Rural Participativo - indicou que as alternativas que estão sendo desenvolvidas pelos produtores são complexas e incluem diversas culturas e/ou atividades. Em alguns lotes, ao lado do leite, a principal fonte de renda tem sido a mandioca, vendida ou usada ali mesmo para fabricar farinha. Embora a maioria plante o milho para o consumo da propriedade, em outros casos objetiva-se, em primeira instância, a venda do milho

<sup>26</sup> Como será visto a seguir, o Proceira relativo a investimentos de 1996 foi utilizado basicamente na compra matrizes e infra-estrutura para esta atividade

verde, especialmente nos lotes irrigados - onde tem sido usado o escalonamento da produção.

Alguns produtores dos lotes irrigados e outros que instalaram irrigação e/ou estufa têm vendido sua produção para intermediários que fornecem aos principais supermercados da cidade. Não comercializam diretamente pois não conseguem garantir estabilidade da produção durante todo o ano. Há casos em que o produtor deixou de utilizar a estufa por não conseguir comercializar a produção.

Para outros, a minhocultura (venda direta a pescadores) e a criação e venda de frangos caipiras e porcos (alguns entregam limpos) diretamente ao consumidor têm sido importantes fontes de renda, constituindo nichos alternativos de mercado.

Ainda em relação à venda direta aos consumidores, tem-se o caso de produtores de leite que produzem queijo e requeijão. Há aqueles que vendem hortaliças/frutas direto ao consumidor, através da feira ou de casa em casa. Estes conseguem uma remuneração diferenciada de seus produtos e uma renda superior à média de outros assentados<sup>27</sup>.

A maioria destas culturas (olerícolas e fruticultura) depende de irrigação, daí o fato de que mais de 90% dos produtores mostram-se receptivos à idéia de ter irrigação no lote.

Outras rendas também têm sido obtidas através do trabalho com animal para outros produtores, do trabalho de servente/carpinteiro/pedreiro por parte do titular do lote e/ou filhos; do aluguel de pastos para o Clube do Laço de Ilha Solteira e do trabalho de filhos/esposas no comércio/serviços no setor urbano de Ilha Solteira.

Em função da avançada idade de um número significativo dos moradores, a aposentadoria tem sido uma fonte de renda importante para as famílias, sendo esta renda, em alguns casos, maior que a renda monetária auferida pelo trabalho no lote.

A pesquisa nos lotes de sequeiro mostrou que 48 lotes têm algum membro da família que recebe a aposentadoria. Já a renda média do trabalho não agrícola de membros da família era de 419 reais por mês e dos 74 lotes pesquisados, 29 possuem pessoas que exercem essas atividades.

---

<sup>27</sup> A comercialização direta destes produtos ao consumidor não é legal, mas é prática ainda comum na região.

O trabalho de Lima et al. (1994) mostrou que os recursos tanto de custeio como de investimento destinados aos produtores do Cinturão Verde foram muito irregulares desde a implantação do Projeto, em 1984. O maior volume de recursos de custeio concentrou-se no período de 1985/88 e foram provenientes da CESP; já os recursos de investimento foram obtidos apenas nos anos de 1986/89/93 e 1994 e tiveram diversas fontes (Finsocial, LBA, Prefeitura e Procera). Em 1996, parte dos produtores recebeu recursos de investimento do PROCERA, que foram utilizados basicamente na melhoria do rebanho leiteiro (compra de matrizes mais produtivas) e em alguns investimentos relacionados a esta atividade (compra de triturador, arame para cerca, etc.). Nos lotes irrigados, esse recurso foi utilizado também na construção de estufas. A quantia recebida variou bastante, mas a maioria recebeu em torno de 7 mil reais, com 2 anos de carência e rebate de 50% do principal da dívida na época do pagamento.

Na safra 1997/98 a pesquisa constatou que 33 produtores dos lotes de sequeiro obtiveram financiamento de custeio, dos quais 85% plantaram milho e 12% mandioca. Na safra anterior (1996/97), apenas 22 produtores haviam financiado parte de suas lavouras.

As pesquisas realizadas, tanto aquela ligada ao projeto de irrigação, como o DRP, dão indicações da complexidade dos problemas enfrentados pelos produtores do Cinturão Verde de Ilha Solteira, mas também mostram que mudanças importantes já estão ocorrendo ou começam a ser esboçadas, visando enfrentar estas dificuldades.

Observa-se que se tem buscado, sobretudo no período mais recente, cada vez de forma mais criteriosa, a diversificação da produção. Este esforço tem tido uma participação ativa do corpo técnico do Setor Agropastoril da Prefeitura de Ilha Solteira, responsável pela assistência técnica. Mas também os produtores têm criado e, em alguns casos, demandado estas alternativas. A articulação de alguns grupos, como o formado pelos produtores que estão plantando uva niagara e os que estão plantando quiabo, são exemplos destas iniciativas. Nestes dois casos, nota-se uma preocupação com todas as fases do empreendimento, da escolha da variedade à comercialização do produto final. Têm-se ampliado, também, as estratégias

individuais de busca de alternativas de renda e de comercialização diferenciada. Uma parcela significativa dos produtores, no entanto, ainda espera uma solução pronta e de caráter paternalista.

A equipe técnica da Prefeitura com o apoio da diretoria da Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde tem buscado, no período recente, contribuir para uma formação mais ampla do produtor/família, trabalhando não apenas conteúdos técnicos, mas trazendo profissionais que atuam com a motivação e recuperação da auto-confiança das pessoas<sup>28</sup> e com o incentivo à participação mais ativa. São exemplos deste novo enfoque, o trabalho de grupo com a psicóloga Maria Aparecida Junqueira Zampieri, com o assessor da Fetaesp, eng. agrônomo Tetsuo Nohara e o DRP, coordenado pelos professores da Unesp.

Mas persistem algumas dificuldades e obstáculos, ao mesmo tempo em que estão surgindo novos desafios. Cabe discutir alguns destes problemas e indicar possíveis caminhos que podem resolvê-los ou amenizá-los, supondo que não haverá, no curto prazo, mudanças significativas nas políticas públicas de caráter geral dirigidas a este setor.

Houve, no período de 1992 a 1998, a implantação de várias atividades alternativas, inclusive com introdução de frutas nos lotes. No entanto, a maioria dos produtores que possuem diversas frutíferas no lote não tem conseguido comercializá-las. Foram plantados de 20 a 50 pés de limão, manga, tangerina, banana, acerola e outras frutas que não têm se transformado em renda por ausência de articulação na comercialização. Poderia se argumentar que estas mudas foram doadas sem critério e algumas não têm mesmo viabilidade econômica, mas este problema também tem ocorrido, em menor escala, com a produção de olerícolas em estufas e poderá se repetir com o coco e a pupunha, pois estes produtores não têm se organizado visando a comercialização destes produtos.

A Associação tem tido dificuldade de liderar e/ou promover a comercialização conjunta e a compra de insumos. Em parte, isto pode estar ocorrendo porque, em alguns casos, há contradição entre o interesse individual do membro da diretoria e

---

<sup>28</sup> Nas reuniões de elaboração do DRP vários produtores mencionaram que são tratados de forma preconceituosa, são taxados como vagabundos ou *coitados* pela população urbana /entidades do município por não terem alcançado um nível de produção/produktividade elevado.

uma possível solução grupal, já que há membros da diretoria atuando como intermediários para o escoamento da produção.

A pesquisa revelou que 35 produtores dizem não receber nenhuma assistência técnica e, possivelmente, não se sentem incluídos em nenhum projeto. E um número muito expressivo destes são os que têm auferido pouca ou nenhuma renda proveniente da produção do lote. Em alguns casos, o desejo/necessidade de vender a área prevalecerá, mas é possível que vários tenham interesse em continuar, desde que vejam uma perspectiva de melhorar suas vidas.

A faixa etária da população que trabalha no lote pode ser um fator limitante das atividades a serem desenvolvidas. Vários produtores com mais de 60 anos e que estão sozinhos no trabalho, embora mostrem disposição para a instalação de novas culturas/atividades, podem ter dificuldades posteriores em conduzir estes novos empreendimentos.

Uma avaliação preliminar em relação às alternativas de produção indica que seria mais adequado, aos produtores do Cinturão Verde, investirem em fruticultura e olericultura. A irrigação é um instrumento fundamental para desenvolver a maioria destas atividades, seja pela exigência diária de água de algumas culturas, seja para elevar a produtividade e/ou produzir fora da época de pico da produção. Quaisquer que sejam as opções escolhidas, estas devem ser pensadas de forma integral, discutindo-se com os produtores desde as variedades mais adequadas, a exigência mínima de tecnificação, até as formas de comercialização.

Esta última tem se mostrado particularmente deficiente: ao se iniciar os novos projetos, de modo geral, não se tem perguntado qual o destino da produção (muitas vezes, destaca-se apenas o preço de venda vantajoso). Se os produtores optarem pela venda individual, é necessário ter claro onde isto pode ser feito e qual o módulo mínimo para o transporte. Se a idéia é atrair uma agroindústria ou compradores de outras regiões, quantos produtores devem estar engajados no projeto? Se a venda for em conjunto, os produtores serão preparados, através de cursos e observação de outras experiências, para este tipo de negociação?

Cabe aos produtores dar a última palavra nestas questões, mas parece-nos que a articulação dos diversos trabalhos/projetos (os grupos técnicos por cultura, os

responsáveis pelo Projeto de Irrigação, o grupo que participa do trabalho com a psicóloga, a diretoria da Associação e aqueles que estão realizando o DRP) é que poderá ser capaz de dotar os produtores das ferramentas (concretização das obras de infra-estrutura do projeto de irrigação, por ex.) e informações necessárias para que estes tomem as decisões mais adequadas para a melhoria da produção de seus lotes e elevação da qualidade de suas vidas.

A articulação destes diversos grupos não significa unificação de propostas, mas um esforço de compatibilização das mesmas e uma maneira de propiciar uma participação ativa do maior número possível de produtores na definição dos caminhos que devem ser tomados.

Outras medidas extrapolam o âmbito dos produtores, embora estes também devam colaborar nestas decisões. Primeiro: é necessário definir claramente quais atividades devem ser incentivadas no Cinturão Verde e quais devem ser proibidas ou desencorajadas. Neste caso, deve-se considerar as tendências atuais, de modo a não cercear a obtenção de rendas não estritamente agrícolas, mas também deve-se procurar evitar a transformação deste núcleo em chácaras de recreio. Segundo: cabe buscar viabilizar/incentivar a criação de outras áreas com pequenos e médios produtores no município, pois o isolamento de um assentamento em meio a grandes propriedades tem sido relatado pela literatura especializada como prejudicial (a Prefeitura, através do Conselho de Desenvolvimento Rural, tem discutido uma proposta com esse teor, elaborada pelos docentes da área de economia/sociologia rural da Unesp de Ilha Solteira).

Embora as várias estratégias individuais diferenciadas de produção e comercialização tenham significado uma melhoria da renda do produtor, nota-se um certo saturamento deste mercado, considerando o núcleo urbano de Ilha Solteira. A ampliação destas alternativas dependeria do sucesso de ações da Prefeitura e de outros órgãos que têm, por exemplo, buscado incrementar o turismo.

Todas as iniciativas propostas não devem visar, em um primeiro momento, prejudicar as estratégias individuais desenvolvidas pelos produtores, seja na produção ou comercialização, mas buscar novas alternativas para aqueles produtores e/ou aquelas atividades que estão sem perspectivas. Se, eventualmente,

uma estratégia individual começar a prejudicar a articulação de um grupo, isto deve ser tratado, resolvido em favor do grupo. Quanto às atividades de intermediação de membros da diretoria, os produtores devem observar apenas se não há uso da infraestrutura da Associação ou da influência do cargo para cercear outras alternativas que estejam em construção.<sup>29</sup>

Os diagnósticos realizados indicaram que há diversos obstáculos a serem superados para que os produtores do Cinturão Verde aumentem a produção/produtividade de seus lotes e melhorem suas condições de vida. Estas barreiras estão relacionadas ao baixo nível de renda das atividades empreendidas (tamanho do lote/tipo de atividade desenvolvida); à dificuldade de comercialização; à reduzida cooperação existente entre os produtores; à faixa etária da mão-de-obra disponível para as atividades agropecuárias; à relativa dispersão de esforços das entidades/grupos envolvidos com algum trabalho no Cinturão Verde; tudo isso, dentro de uma conjuntura de recuo das políticas públicas de caráter social, com o governo diminuindo os subsídios – como no caso do PROCERA - e apostando na livre competição como forma de melhoria da eficiência dos agentes econômicos.

A avaliação dos resultados da pesquisa permitiu sugerir que as ações devem ser direcionadas em um primeiro momento para a articulação dos trabalhos/projetos visando enfrentar tanto os obstáculos externos, como a pressão da especulação imobiliária para que o Cinturão Verde se torne um loteamento de chácaras de recreio, a escassez de financiamento e as dificuldades de comercialização, como os fatores internos, representados pela reduzida cooperação e autoconfiança, e pela prevalência dos interesses individuais, em alguns casos, prejudicando os anseios coletivos e/ou grupais.

O estudo mostrou que há, também, uma enorme diversidade de atividades que estão sendo desenvolvidas no Cinturão Verde, sendo necessário redefinir quais atividades devem ser permitidas, quais devem ser incentivadas e aquelas que

---

<sup>29</sup> A intermediação nem sempre é negativa, pois se os produtores não podem ou não querem comercializar diretamente com os consumidores, o intermediário (produtor ou não) constitui-se em um canal de comercialização. No caso do leite, por ex., os produtores intermediários pagam um valor maior que os laticínios. Se houvesse um intermediário que comprasse as frutas que os produtores não estão conseguindo vender, também seria uma renda adicional.

devem ser vedadas aos produtores desta área, considerando os objetivos atuais do projeto. Esta decisão, evidentemente, deve ter a participação dos produtores.

Medidas adicionais como a criação de outras áreas com predominância de pequenos e médios produtores, embora possam ter um efeito inicial de acirrar a competição no mercado local, pode abrir novas perspectivas de comercialização com outros centros, em função do crescimento das quantidades produzidas.

Nos últimos anos, especialmente após os produtores terem recebido a titulação definitiva da propriedade, intensificou-se no Cinturão Verde de Ilha Solteira, o desmembramento dos lotes. As famílias que ali moram estão dividindo as áreas entre seus membros e outras estão se desfazendo dos lotes, vendendo parte deles ou a totalidade, resultando na modificação das áreas originais das propriedades. Em 2003, a Prefeitura abriu licitação para concessão de lotes que se encontravam desocupados e de outros que mesmo tendo produtores na área ainda não estavam com situação cadastral regular (como se tratava de licitação pública, outras pessoas podiam apresentar projeto de exploração da área).

A disponibilidade de irrigação representa um importante fator dentro da escala produtiva, uma vez que trata-se de um mecanismo que possibilita maior agregação de valor ao produto, propiciando uma renda maior e mais estável aos produtores, além de uma exploração mais intensiva da terra (HERNANDEZ et al, 2000, p.01). O fornecimento da irrigação para essa área foi de caráter social, ou seja, no momento da implantação dos lotes, os técnicos da CESP levaram em consideração os benefícios (qualidade da produção e aumento da renda) que tal prática traria para os trabalhadores assentados. Além disso, a má distribuição de chuvas, as alternativas de explorações limitadas e o desequilíbrio na utilização de mão-de-obra ao longo do ano, os estimularam a proporem que pelo menos uma parte da área assentada fosse irrigada.

Segundo dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Ilha Solteira, a reestruturação dos lotes da área irrigada ocorreu a partir de 1994, com o objetivo de se oferecer oportunidade para mais famílias serem assentadas. Dos 14 lotes originais com área de 2,5 ha, originaram-se 25 lotes, sendo a maioria com área de 0,8 ha.

No início da pesquisa, dos 25 lotes irrigados, seis eram cultivados com hortaliças em ambiente protegido, porém, no decorrer da pesquisa metade desses produtores desistiu da atividade sendo as razões as mais diversas possíveis, entre elas pode-se destacar, fortes ventos que destruíram várias estufas (são muitas as dificuldades para novos investimentos), abertura de processos de licitação (questão que já há algum tempo vinha sendo discutida pelo poder público municipal), os produtores ficavam com receio de realizar novos investimentos e não terem o seu projeto aprovado para a renovação do contrato de concessão do uso da terra. Outro fator considerado limitante para a atividade foi o conjunto de dificuldades relacionadas à comercialização da produção, principalmente no período de safra.

Atualmente, apenas três famílias apresentam-se na atividade, produzindo hortaliças diversas, com qualidade o ano todo. As mais significativas são: alface, cheiro verde, (salsinha, cebolinha e coentro) almeirão e rúcula, na época de verão, sendo no inverno acrescidas de couve-flor e couve-brócolos. Os outros lotes destinam-se principalmente ao cultivo de frutíferas: coco verde, uva de mesa Niagara e, mais recentemente, o projeto da produção de caju anão precoce (*in natura* e para processamento da castanha por uma empresa da região de Mirandópolis), além de outras frutíferas, da pupunha e do feijão.

Do total de lotes (25), existem seis nos quais as famílias foram originalmente assentadas pela CESP; essas famílias já possuíam o contrato de sua propriedade, não havendo, portanto, a necessidade de passarem por processo de licitação. Os 19 lotes restantes pertencentes à prefeitura municipal apresentavam-se ocupados de forma lícita ou ilícita, ou seja, existiam famílias produzindo de forma intensiva e outras que ocuparam o lote de forma ilegal e não estavam produzindo. Além disso, existiam lotes que estavam abandonados. Esta questão foi considerada de forma definitiva pelo poder público municipal, que em 2003 realizou o processo de licitação para esses 19 lotes.

Os produtores rurais interessados em participar dos processos de licitação, assim como os produtores que já ocupavam os lotes, tinham que apresentar um projeto que comprovasse a viabilidade das atividades propostas, além de outros requisitos. Alguns produtores familiares ocupantes dos lotes pertencentes à

prefeitura, que moravam e produziam diversas culturas, viveram um período muito difícil com a angústia e preocupação de virem a perder tudo o que tinham, por competirem com algum outro projeto que pudesse ser julgado melhor pelos técnicos responsáveis pelo processo.

O resultado final do processo foi considerado, no entanto, satisfatório. Os produtores familiares que já ocupavam os lotes de forma racional, isto é, produzindo para o seu sustento e/ou para o mercado, tiveram seus projetos aprovados e outros novos agricultores foram contemplados, com aprovação de seus projetos de ocupação.

A situação das famílias é desigual, com vários lotes apresentando uma produção incipiente, mas no conjunto das propriedades do Cinturão Verde são produzidos grãos, hortaliças, frutas, leite e também há pequenas criações. A produção em parte é para subsistência, e em parte vendida na cidade. Alguns produtores têm diversificado sua produção, tendo sido introduzidas recentemente algumas culturas como a uva, o caju, o quiabo e a pupunha (esta última apresentando dificuldade de comercialização - um problema já constatado em propostas de diversificação anteriores) (SOUZA, 2004, pág 1).

Atualmente, decorridos 20 anos do início do projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, a área encontra-se dividida em 77 lotes de sequeiro e 25 lotes irrigados, sendo a área total de 549,23 ha, composta por 514,07 ha de sequeiro e 35,16 ha de lotes irrigados. (BORGES, 2004, pág. 5).

Os 25 produtores dos lotes irrigados são considerados Concessionários da terra, isto é, possuem a concessão para o uso da terra (Contrato de Concessão Onerosa de Uso de um bem Imóvel Municipal de Ilha Solteira) por 10 anos. Considerando o número de projetos aprovados com produção de hortaliças, a tendência é de que haja aumento da participação de produtores na atividade. Percebe-se que esta foi a forma que o poder público municipal engendrou para tentar conferir aos lotes irrigados uma característica de lotes propriamente econômicos, na perspectiva em que foram concebidos por ocasião da implantação do projeto e de acordo com as recomendações expressas nos relatórios do IPT (1985).

### **3.4 O Projeto Roças Familiares:**

Com um enfoque em que a condicionante social assume vital importância, a Diretoria Administrativa da CESP decidiu implantar um projeto de roças familiares em Ilha Solteira, mediante o parcelamento de terras de sua propriedade que se encontravam sem uso definido. Esse plano é complementar ao Projeto Cinturão Verde e os lotes destinam-se exclusivamente a agricultores profissionais sem-terra, cuja exploração visa unicamente o sustento familiar, desenvolvendo cultivos diversos, atendendo-se às restrições estabelecidas para agricultura sob linhas de transmissão.

Para a exploração dessas terras, foram selecionados candidatos, que ocuparam a área do Cinturão Verde até fins de março de 1984 e que incluem funcionários da CESP, empregados de empreiteiras que prestaram serviços à empresa e mesmo trabalhadores de outros setores, como indústria, comércio, repartições públicas. “A propósito, vale salientar que são pontos favoráveis no processo de seleção, além da condição de desempregado ou de empregado de baixa renda, o cumprimento do compromisso assumido de desocupação da área até 30 de março passado” (Ilha Solteira – Boletim Informativo – Ano I, no. 3, agosto / 1984, pág. 3).

O Projeto Roças Familiares foi implantado em duas áreas: a primeira, com cerca de 70 hectares, situada entre os fundos do Laboratório Central de Engenharia Civil e o rio Paraná, sendo delimitada, de um lado, pela estrada de acesso ao matadouro e, do outro, pela estrada que dá acesso ao Centro de Treinamento; a outra, com aproximadamente 10 hectares, está localizada na margem da estrada asfaltada que leva à barragem, mais precisamente entre a rotatória frontal à entrada da Barragem e o antigo Posto de Fiscalização Animal e Vegetal (mapa na pág. 118).

No que diz respeito à seleção dos 400 (quatrocentos) candidatos inscritos que seriam beneficiados com áreas para cultivo de subsistência neste projeto, a Comissão estabeleceu, para enquadramento dos ex-ocupantes da área do Cinturão, o critério de renda “per capita” na família do candidato, adotando um teto máximo de

Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros), quantia esta equivalente a 78,78 % do salário mínimo vigente à época de aplicação do questionário. O critério adotado buscou enfatizar o aspecto social, convergido a uma adequada atenção aos detentores de baixa renda, chefes de família, com força-de-trabalho acima de 01 equivalente-homem.

Do universo de 517 ex-ocupantes inscritos foram classificados 379, assim distribuídos:

Desempregados urbanos: 106 (27,9%)

Empregados CESP: 44 (11,6%)

Empregados diversos: 14 (3,7%) (não especificando a que setores pertencem)

Empregados das Empreiteiras: 184 (48,5%)

Aposentados: 29 (7,6%)

Autônomos: 02 (0,5%)

Total: 379

Para se preencher o restante dos lotes desse Projeto, a Comissão resolveu destiná-los aos desempregados urbanos inscritos, não-ocupantes, tendo como principal critério o atendimento ao aspecto social, num total de 21 candidatos.

Com relação aos números acima chama a atenção o fato de praticamente metade dos selecionados serem empregados das empreiteiras, o que, ao lado dos desempregados urbanos, totalizam três quartos do total de agricultores das roças familiares. Os dados existentes, entretanto, não permitem saber detalhes sobre estas informações numéricas.

Apesar de terem sido selecionados 400 candidatos, a planta do Projeto Roças Familiares, talvez exatamente pelo fato de ser destinado à população de baixa renda do Núcleo Urbano, previu a demarcação de um total de 510 lotes, dos quais 477 agricultáveis, com área de 2500 m<sup>2</sup> cada, situados em área não propícia ao cultivo de culturas perenes e não permitindo a implantação de construções, inclusive moradia, de acordo com o próprio Termo de Compromisso que o beneficiado deveria assinar.

O número de 90 lotes agrícolas de uma área de 1100 ha viáveis econômica e tecnicamente é capaz de absorver apenas uma pequena parte dos candidatos que se propõem a explorar a agricultura em toda a cidade. Para equacionar o problema dos excedentes de baixa renda, está sendo elaborado um projeto de roças familiares e hortas comunitárias, que não procuram dar uma independência econômica para aqueles que se dedicam a esta atividade, mas propiciar uma melhoria das condições de vida, uma complementação de recursos alimentares e de salários insuficientes. (Ilha Solteira – Boletim Informativo – Ano I, no. 2, julho de 1984, pág. 4. Instalada Comissão de Seleção do Cinturão Verde)

A Associação das Roças Familiares recebeu em dezembro de 2004, uma patrulha agrícola, por intermédio do deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), como revelam as fotos a seguir:



Foto 3: Vista parcial dos implementos, carreta e trator recebidos pela Associação das Roças Familiares em dezembro de 2004.



Foto 4: Placa comemorativa à inauguração da Sede da Associação do Projeto Roças Familiares, construída pela Administração Municipal de Ilha Solteira, em outubro de 2003.



Foto 5: Agricultores presentes à cerimônia de entrega da patrulha agrícola à Associação do Projeto Roças Familiares, realizada em dezembro de 2004.



## **4: A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO PROJETO CINTURÃO VERDE DE ILHA SOLTEIRA**

### **Introdução**

Pensada para ser a instituição representativa dos agricultores assentados no Projeto Cinturão Verde e ao mesmo tempo ferramenta habilitada para a captação de recursos externos, mediadora dos interesses desta nova coletividade a Associação passa por distintos momentos, revelando crises e suas superações que, analisadas à luz do binômio autonomia-dependência revelam sua natureza e principais características ao longo de quase duas décadas de existência.

### **4.1 A Proposta de Organização Coletiva**

Com a implantação do Projeto Cinturão Verde e com a distribuição dos lotes aos titulares e suas famílias<sup>30</sup>, a Cesp constituiu uma equipe para os trabalhos de assistência técnica, orientação e apoio aos agricultores do projeto, composta pelos técnicos agrícolas Antonio Luiz Rodrigues (Pepe), Milton Nascimento e Nei de Oliveira Mendonça.

Em maio de 1986, incorpora-se à Equipe Técnica, a assistente social Neuza Araujo da Silva Lima, uma personagem importante no processo que resultou na criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. Neuza foi contratada pela FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - e através de um convênio existente entre a CESP, a FEBEM e a Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo, foi cedida para a CESP. Na época, o atendimento às demandas de caráter social da comunidade do Cinturão Verde,

---

<sup>30</sup> A grande maioria dos assentados ocupou os lotes em 09 de outubro de 1984.

assim como da população do núcleo urbano como um todo, eram de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, por meio da assistente social Roseli Cubo, que trabalhava em Ilha Solteira.

A contratação de uma assistente social especificamente para o projeto de assentamento, além de contribuir para a contemplação das especificidades desta população, teve como principal propósito o de promover a organização social dos agricultores.

Esta intenção por parte da Cesp estava bem definida, até porque, naquela época existiam quatro projetos da mesma natureza, acontecendo em áreas de responsabilidade da empresa: o Projeto de Reassentamento Agrícola de Lagoa São Paulo, localizado nos municípios de Presidente Epitácio e Caiuá, o Projeto de Reassentamento Agrícola Emergencial de Jupιά, em Castilho - a cerca de 50 km de Ilha Solteira; o Projeto de Reassentamento Agrícola de Rosana – Gleba Rosanela; e o Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. A coordenação da Cesp já objetivava, portanto, a organização social dos agricultores, através da criação de associações em cada um desses projetos.

A assistente social Marli de Oliveira, contratada para trabalhar no Projeto de Jupιά, assim como Neuza, foi contratada em 1986 através do convênio da Secretaria de Promoção Social, FEBEM e CESP, passando pelo mesmo processo seletivo.

Quando Marli começou a trabalhar em Jupιά, a Associação daquele projeto de reassentamento já existia, uma vez que aquele projeto antecedeu o de Ilha Solteira em mais de um ano. Seu depoimento revela a preocupação da Cesp com a constituição de organizações formais naquele projeto.

Nós fomos contratadas com este compromisso de promover a organização social da comunidade. Já havia em Jupιά, duas assistentes sociais que trabalhavam com o pessoal de Jupιά, a Sineire (Aparecida Buzachero Ferreira) e a Eni Brandão, só que a Cesp queria ter uma ação maior dela mesmo dentro do projeto. Foi dito que nós trabalharíamos com a população e com as organizações deles. (Marli de Oliveira, março / 2005)

Apesar da determinação da empresa de que a assistente social deveria, como uma das ações prioritárias, montar uma associação no Cinturão Verde, a assistente social percebeu

que o pessoal do Cinturão Verde ainda estava muito cru, muito pouco amadurecido enquanto grupo, havendo a necessidade de realizar uma sensibilização do grupo. Afinal isto tinha que surgir a partir de uma necessidade. Então começamos a cadastrar todos os moradores e a trabalhar com pequenos grupos. (Neuza A. Silva, assistente social, março / 2005)

#### **4.2 O Processo de Grupalização da Comunidade:**

Diante dessa dificuldade inicial, optou-se por uma estratégia intermediária: o agrupamento por vizinhança. A área do Cinturão Verde foi dividida em sub-áreas menores, de modo a permitir a formação de seis grupos com cerca de 15 lotes cada. Assim, os grupos foram montados pelo critério de localização geográfica, pela sua distribuição no território. Cabe destacar que os assentados não tinham, antes de virem para o Cinturão Verde, uma necessária relação de proximidade entre si, pelo fato de terem vindo de diferentes locais do município de Pereira Barreto.

Mesmo no começo a gente não colocava a questão da associação. Nós começamos levantando a problemática que havia em relação à venda dos produtos. Os agricultores já estavam no final da segunda safra e a comercialização era um dos pontos de estrangulamento sentido pela comunidade. A presença de atravessadores, intermediários já fazia com que eles sentissem no bolso que estavam sendo prejudicados. Assim, a proposta que a gente colocou foi de construir com eles a idéia de associação, bem mesmo na linha construtivista, pensando primeiro o que era necessidade do grupo para depois então pensar o que fazer para resolver estes problemas. (Neuza A. Silva, março / 2005)

A opção de trabalhar segmentando os agricultores em grupos, que os técnicos denominavam de ‘grupalização’ da comunidade, foi uma estratégia que visava também a atender os interesses dos técnicos que cuidavam das questões de agricultura. Aqueles profissionais perceberam que a discussão em pequenos grupos tornava-se mais produtiva para detectar, por exemplo, as razões da falta de planejamento diversificado da produção<sup>31</sup>, possibilitando a discussão e reflexão das razões da superprodução ofertada, bem como sobre outras formas de aproveitamento desta produção como seu processamento com agregação de valor.

A estratégia de amadurecer os assentados, através da realização de reuniões nos pequenos grupos foi várias vezes questionada, segundo a assistente social, nas reuniões de coordenação dos projetos de assentamento e reassentamento da Cesp, realizadas em Ilha Solteira, sobretudo a partir da argumentação de que todos os outros projetos já estavam com associações formadas e já em pleno funcionamento. Ainda na visão desta importante agente, a forma como em Jupiá, por exemplo, montou-se a associação foi totalmente oposta à forma como o processo de organização da comunidade estava sendo concebido e planejado em Ilha Solteira. Ali, segundo seu relato, o modelo adotado de constituição da associação fez com que o processo decisório ficasse reduzido à diretoria, não tendo demorado muito tempo para gerar questionamentos por parte da comunidade assentada e, por conseguinte, problemas futuros que tiveram que ser trabalhados pelas colegas assistentes sociais que ali atuaram, justamente em função de não ter havido “um processo de amadurecimento da idéia de associação”.

Neuza complementa este pensamento, afirmando que

No nosso caso nós estávamos direcionando para a criação de uma associação, mas, em nenhum momento impondo. O pessoal do Cinturão Verde levou um tempo para amadurecer. Tinha grupo [dentre os seis grupos] que já pegava esta idéia dizendo ‘olha, se a gente tivesse uma associação’, ‘se a gente tivesse um grupo

---

<sup>31</sup> Que pode ser ilustrado com casos, não raros, de produção de grande quantidade de apenas um produto, inclusive na área dos lotes irrigados.

formado', o que já era uma sinalização [no sentido]• de uma forma grupal de atuação. (Neuza A. Silva, março / 2005)

Uma outra comparação entre as diferenças ocorridas no processo de criação da Associação em Ilha Solteira, em comparação com Jupiá foi revelado pela assistente social Marli de Oliveira:

Em Ilha Solteira aconteceram as discussões nos vários grupos, a discussão do estatuto, a discussão dos objetivos da associação. Os grandes temas ou problemas em Ilha Solteira eram a falta de água nos lotes de sequeiro, a necessidade de eletrificação, obtenção de máquinas e equipamentos, a questão da fertilidade dos solos. Em Jupiá como o projeto era emergencial<sup>32</sup>, o que significa que eles, naquele momento, ainda não tinham a área definitiva, a demarcação definitiva de seus lotes, lá era um reassentamento, diferente do de Ilha Solteira que era um assentamento. Então, era tudo muito provisório, as moradias eram provisórias. Assim, a grande discussão era essa: a habitação, a questão da terra definitiva, a eletrificação também, porque uma coisa puxa a outra, né. Tanto é que depois, quanto à demarcação definitiva dos lotes, houve toda uma remarcação da área, incorporando mais uma área próxima ao aeroporto<sup>33</sup> para contemplar esta demanda do pessoal. (Marli de Oliveira, março / 2005)

As necessidades concretas manifestadas pelos entrevistados, referindo-se aos motivos de criarem uma associação são várias. Mas a necessidade de terem o seu próprio caminhão era um dos mais fortes motivos apresentados. Isto era verbalizado em expressões como: 'se nós tivéssemos um transporte que não

---

<sup>32</sup> O Projeto Agrícola de Reassentamento Emergencial de Jupiá surgiu a partir das enchentes provocadas pelas intensas chuvas do verão de 1983 que inundaram as ilhas e as margens do rio Paraná, impactando a população de ribeirinhos e ilhéus que viviam a montante da barragem de Jupiá. Para atendê-los em caráter de urgência, a Cesp instalou-os em terras do lado paulista, no município de Castilho, em lotes emergenciais, isto é, não definitivos, os quais foram depois ampliados de modo a contemplar todos os impactados.

<sup>33</sup> Marli refere-se ao Aeroporto Ernesto Pichler, localizado na margem esquerda do Rio Paraná, próximo à barragem de Jupiá.

precisasse mais da presença do intermediário para levar nossa produção pro CEASA, mesmo que a gente também mande pra lá, nosso lucro seria 100%'.

Os depoimentos revelam que havia intermediários de diversos lugares, que atuavam de maneira individual, isto é, procurando um a um os produtores rurais. A falta de organização dos produtores neste momento, revelava-se tanto em aspectos diretamente ligados à produção como também na comercialização, constatando-se que não era o agricultor do Cinturão Verde que vendia na ponta do circuito comercial - mesmo na feira de Ilha Solteira - e sim que sua produção era comercializada por outros agentes econômicos.

Foi necessário um período de três a quatro meses até que o conjunto dos agricultores tivesse amadurecido, no sentido de perceber a necessidade de se fortalecer através da organização coletiva. E isto foi feito, de acordo com os relatos dos depoentes, através da realização de diversas reuniões nos grupos menores.

Eu lembro que a gente trabalhou muito pra fazer a associação. Tinha vez que a gente ficava de 4 a 5 dias [seguidos] em reuniões pra organizar, pra fazer a associação. Quem organizava estas reuniões eram o Nei e o Pepe, para discutir o jeito, como que ia ser esta associação. As reuniões aconteciam nos grupos. Tinha o grupo 1, grupo 2, grupo 3, grupo 4, grupo 5 e grupo 6. Aqui é o grupo 6, então reunia o pessoal de cada grupo, a turminha que tava aí por volta e discutia entre nós aqui, aí depois vinha a turma da Cesp e pegava junto. As reuniões eram do jeito que eles organizavam, às vezes era à noite às vezes era de dia. Eles falavam, 'tal dia vai ter reunião no grupo 6 e vai ser tal hora.' Estas reuniões aconteceram por muito tempo, mais ou menos um ano. Naquele tempo era bão por causa disto mesmo, nós reuníamos pouca gente e eles punham mais atenção, né. Aqui tinha mais ou menos umas 10 pessoas, as mulheres iam também e participavam, os jovens também, ia a família toda. (A. C. M., agricultor assentado, fevereiro / 2005)

O Milton [um dos integrantes da equipe técnica da Cesp], então ele pegava e falava assim: "Óia, nós temos que fazer uma associação

porque enquanto tiver nós da Cesp aqui vai ser fácil nós estarmos movimentando e vocês irem junto com a gente, mas depois vocês vão ter que caminhar sozinhos. Porque uma hora nós iremos embora e vocês vão ficar sozinhos. Então vai ter que ter uma Associação pra vocês lutarem juntos.” (A. S., agricultor, fevereiro / 2005)

Muitas destas reuniões eram realizadas à noite, de modo a não prejudicar o horário de trabalho dos agricultores, principalmente no período da safra. As reuniões começavam às 18:00 horas e dependendo dos assuntos estendiam-se até as 22:00 horas.

Nestes três, quatro meses apareceu bem claro para eles, a força que o grupo tinha. A gente conseguiu colocar, neste processo de grupalização, que entre um intermediário puxando a corda e 90 agricultores puxando do outro lado, eles tinham uma força muito grande. E esta força era representada não pelo individual, mas da coletividade e daí surgiu então a necessidade de se formar uma associação. (Neuza A. Silva, março /2005)

Este processo foi lento, porque a elaboração de um estatuto, por exemplo, era algo novo, tanto para os agricultores como para a própria equipe técnica, com o qual os diversos atores não estavam familiarizados. Apesar de contarem com um modelo de estatuto de uma das associações que já havia sido criada em um dos demais projetos da Cesp, havia uma recusa em simplesmente reproduzir ou copiar para a realidade do Cinturão Verde.

Quanto à elaboração do estatuto, tarefa densa e exaustiva, ainda mais considerando a baixa escolaridade da maior parte dos assentados e sua não familiaridade com esta temática, a assistente social detalha este processo, afirmando que:

A gente discutia capítulo por capítulo, discutia como é que a gente ia fazer constar no estatuto as coisas que deveriam. E este processo

demorou quase um ano e meio. Foi longo, porque no fechamento de cada capítulo os grupos [portanto, o conjunto dos agricultores] iam para uma assembléia, em que a gente lia o que estabelecia, discutia os pontos que não tinham consenso e resolvia como ia ficar na assembléia. E como eles não tinham uma convivência [prévia] de grupo, eles não tinham vivência grupal eles tiveram que aprender. Então ocorriam as assembléias, [nas quais] as idéias divergiam. (Neuza A. Silva, março / 2005)

Ainda é bastante expressiva, no Cinturão Verde, a presença dos agricultores que estão lá desde a sua implantação. E a constatação de que estas reuniões eram freqüentes e congregavam uma grande quantidade de participantes é corroborada por todos. Além disso, eram momentos em que compareciam, também, os demais membros da família, as mulheres e os filhos. Para a assistente social, este foi um dos fatores que demonstram um aspecto que diferencia esta Associação de outras formadas de forma diferente.

É por isto que eu digo, ela [a associação] só funcionou porque eles estavam discutindo, participando, sugerindo, dando idéias. Porque se ela [a associação] tivesse sido colocada “goela abaixo” eles não iriam [às assembléias e às reuniões dos grupos]. Nestas assembléias e nas reuniões dos grupos, iam além dos agricultores, as mulheres e os filhos, a presença dos jovens era muito expressiva. Porque às vezes o pai não tinha entendimento de um determinado ponto ou assunto e o filho ajudava o pai a pensar. Então foi uma coisa assim muito interessante. (Neuza A. Silva, março / 2005)

Em face deste longo período de gestação da associação no Cinturão Verde, era evidente a ansiedade do pessoal da coordenação dos projetos, ávidos por resultados concretos e tendo como meta a emancipação dos mesmos, inclusive o Cinturão Verde de Ilha Solteira. No entanto, a equipe Cesp responsável pelo apoio e

orientação ao projeto, estava afinada e com plena convicção de que deveria investir no processo de preparação dos agricultores no que tange a sua organização social. Como todos os integrantes da equipe técnica participavam das reuniões, havia um consenso de que dali saíam propostas interessantes. A equipe lidava com esta tensão entre diferentes ritmos, o ritmo do processo de gestação da organização coletiva, do amadurecimento do grupo, do surgimento da idéia de associação e o ritmo colocado pelo cumprimento das determinações, metas e resultados pretendidos pela empresa.

Como sistemática de acompanhamento das equipes de campo, a coordenação promovia encontros trimestrais de avaliação e planejamento, algumas delas realizadas em Presidente Epitácio. Nestas ocasiões, relatavam-se os diversos aspectos dos projetos, inclusive os relacionados à questão das associações e dos grupos. Se, de um lado, nestes momentos eram freqüentes as cobranças pela agilização do processo de constituição da associação, por outro evidenciavam problemas que estavam ocorrendo onde estas já estavam constituídas e em atividade. Um destes relatos evidenciava que, em uma das associações, a diretoria estava tomando decisões sem consultar a assembléia dos sócios e isto estava causando sérios problemas o que mostrava que o processo em desenvolvimento no Cinturão Verde, confirmava a importância do amadurecimento do grupo e que era acertada a decisão de passar por este processo.

Olhando pela ótica da Cesp, quando esta já anunciava que não ia ficar muito tempo à frente do Projeto, que seu objetivo era promover a emancipação dos assentados – não apenas os de Ilha Solteira, mas do conjunto de reassentamentos sob sua responsabilidade – a equipe técnica trabalhava a idéia de criação da associação para dar continuidade aos trabalhos que esta desenvolvia.

A estratégia adotada pela equipe técnica da Cesp, através da estratégia de grupalização, problematizando a vida no assentamento através da realização de reuniões freqüentes nos seis grupos formados, contando com a presença de todos os membros da família, ao mesmo tempo em que gestava a idéia de associação, originou também a formação de outros grupos, aglutinados com base em critérios de identificação de gênero e faixa etária, além do reconhecimento e construção de

interesses e objetivos semelhantes para os diversos segmentos das famílias assentadas.

#### 4.3 Grupos de Mulheres



Foto 6: Grupo de Mulheres em atividade de pintura em tecido.

Além de estarem contribuindo com a criação de uma associação, mas entendendo que esta viria a dedicar-se mais fortemente às atividades produtivas e de comercialização, as mulheres buscaram uma forma de desenvolver atividades que pudessem melhorar sua qualidade de vida e lhes propiciar alternativas de renda. Elas queriam fazer trabalhos manuais, artesanato, aproveitamento dos alimentos de forma saudável, adquirir conhecimentos sobre cuidados com a saúde, etc.. A equipe técnica procurou concretizar várias destas aspirações, a partir de projetos que pudessem contribuir para a geração alternativa de renda para os lotes, por meio das atividades das mulheres. Uma demonstração de alguma destas tentativas é relatada pela assistente social Neuza, no trecho abaixo:

Nós levamos representantes de cada um dos seis grupos de mulheres até a cidade de Dolcinópolis<sup>34</sup> para conhecer um projeto de elaboração de doces caseiros. Elas conheceram o projeto, se entusiasmaram muito só que não chegaram a concretizar esta idéia. A gente não tinha o material, os equipamentos necessários para a produção e, através da LBA (Legião Brasileira de Assistência) eu consegui [a aprovação de] um outro projeto. Trouxemos também alguém da Pastoral da Saúde de Lins para ministrar um curso sobre cultivo de ervas medicinais e preparação de remédios caseiros e elas passaram a utilizar isto. No curso foram, inclusive, distribuídas apostilas sobre estas informações. Algumas dessas mulheres eram lideranças importantes, que compreendiam e passavam para as outras. Estes grupos de mulheres tinham sua heterogeneidade, havendo até mesmo algumas mulheres que por conta da religião<sup>35</sup>, não participavam muito ativamente. (Neuza A. Silva, março / 2005)

#### 4.4 Grupo de Jovens

Além do grupo de mulheres e de agricultores interessados na criação da associação, a equipe técnica, desde o início das reuniões, trabalhou com o grupo de jovens, que era bastante dinâmico, representava uma força expressiva e com enorme potencial, revelando algumas lideranças que se destacavam, inclusive no núcleo urbano de Ilha Solteira. A estratégia de fortalecer o grupo dos jovens estava fundamentada na convicção de que eles, futuramente, poderiam vir a assumir o lugar dos pais. Por isso, a presença dos jovens nas assembleias era importante para ajudar os mais velhos na compreensão dos assuntos, até pelo nível de escolaridade um pouco maior que apresentavam. Outro fator era o entendimento comum de que

---

<sup>34</sup> Localizada na região de Jales-SP a cerca de 100 km de Ilha Solteira.

<sup>35</sup> A propósito da religião, vale registrar que quando as reuniões aconteciam no sábado, vários agricultores e suas famílias não compareciam. Este fator, a religião, ou a diversidade de religiões vai se constituir em determinados momentos da existência do assentamento e da associação em fator desagregador. Na verdade, o problema não está na diversidade ou sincretismo religioso e sim na dificuldade das pessoas em conviverem e respeitarem as diferenças religiosas existentes.

agricultores eram todos os membros da família, o que incluía, além do chefe da família a mulher e os filhos.

No período que trabalhou em Jupiá e pôde acompanhar os trabalhos de Ilha Solteira, Marli de Oliveira revela como era importante o trabalho com os jovens, ressaltando que “através das associações a gente promovia um intercâmbio na área recreativa e para discussão de problemas dos projetos.” Com o apoio das instituições presentes na chamada área de influência do assentamento, foi possível promover, no ano de 1987, um encontro de representantes de todos os jovens dos assentamentos implantados pela Cesp na região, realizado em Presidente Epitácio. Este teve como ponto alto a realização de um campeonato de futebol.

O grupo de jovens do Cinturão Verde tinha basicamente dois eixos de atuação: o aspecto religioso e o de lazer, com ênfase para o futebol e para a realização de festas no Barracão do Projeto<sup>36</sup>. Além do processo de “grupalização” promovido pela equipe técnica da Cesp, o grupo de jovens também contava com parte de seus integrantes participando da Pastoral da Juventude da igreja católica, responsável pela discussão de temas políticos da atualidade, como a questão da democracia, da abertura política, da questão agrária - o que acabou contribuindo para uma integração entre os jovens do Cinturão Verde e os do Núcleo Urbano. Segundo relatos de alguns de seus integrantes, o grupo de jovens do Cinturão Verde reuniu mais de quarenta pessoas do projeto. Quando o grupo ia participar de algum torneio de futebol fora da cidade, seus integrantes se mobilizavam e pleiteavam o transporte junto à Prefeitura Municipal de Pereira Barreto ou à Administração do Núcleo Urbano, não sendo raras as vezes em que foram necessários dois ônibus, de modo a comportar os times e todo o pessoal que acompanhava o grupo, inclusive meninas.

Quanto à questão da produção agrícola propriamente dita, houve uma experiência que o grupo de jovens efetuou na área irrigada, através de um projeto de produção de melão, relativamente bem sucedida. Durante o período de 1987 a 1991, todo final de semana acontecia alguma atividade do grupo. Já existia o espaço

---

<sup>36</sup> O termo Barracão é usado até hoje pelos moradores do projeto, de todas as faixas etárias. Trata-se de parte da estrutura construída e instalada pela Cesp, já planejada para ser uma área de uso coletivo ou comunitário e que passou a ser parte da sede da Associação.

destinado para o campo de futebol naquela época, embora ele só tenha sido construído como tal em 1993, momento em que Ilha Solteira já se tornara município, momento que, paradoxalmente, coincide com o da dispersão do grupo de jovens.

Aparentemente, a matriz que faz surgir os grupos de mulheres, o grupo de jovens e a própria associação no seio do Cinturão Verde é a mesma. No entanto, algumas peculiaridades podem se percebidas mostrando as especificidades de cada grupo. No grupo de jovens, há o reconhecimento hoje, por parte de alguns de seus integrantes da década de 1990, de que poderia ter havido uma ação sinérgica entre eles e a própria associação, o que talvez fortaleceria as ações e objetivos de ambos, como se pode ler no depoimento a seguir:

Numa coisa a gente, nós do grupo de jovens, pecávamos muito. A gente não tinha muito contato com a Associação. Era o grupo de jovens aqui e a Associação lá. Nos últimos anos de nosso grupo, a associação já estava formada. As festas que a gente fazia, a gente usava o espaço da associação, a sede, o barracão mas a gente não tinha esse contato, até por conta de alguns presidentes que acabaram desmotivando o grupo. O grupo de jovens era praticamente da igreja católica e, por conta disso, entraram algumas pessoas [na diretoria da Associação] de outras religiões e acabaram abafando aquela coisa das festas. (V. S, agricultor, fevereiro /2005)

#### **4.5 Mutirões**

Entendido como um processo de sensibilização e mobilização de vontades e de forças na busca da consecução de objetivos comuns, o processo de discussões nos pequenos grupos produziu também a manifestação de experiências muito valiosas, neste período que precede a criação da associação: os mutirões. Vários depoimentos revelam que a prática de mutirões era relativamente comum no momento de implantação do projeto e nos primeiros anos de existência desta coletividade - e que esta prática era estimulada pela equipe técnica da Cesp. Um

destes mutirões ilustrado na foto 11 era realizado para construir a casa de alguém que estava morando numa situação muito precária, em barracos feitos de sucata.



Foto 7: Casa construída em sistema de mutirão pelos participantes de um dos sub-grupos formados em 1986/87, com material recebido da Cesp. Fonte: Arquivo Neuza A. Silva Lima



Foto 8: Mulheres preparando o almoço comunitário para o grupo que trabalha na construção da casa mostrada na foto anterior. Fonte: Arquivo Neuza A. Silva Lima

Afinal, diferentemente dos diversos projetos de reassentamento empreendidos pela Cesp, em que a empresa se responsabilizava pela entrega de uma casa no lote do reassentado, no Cinturão Verde isto não ocorreu. Além disso, as pessoas selecionadas entraram nos lotes com diferentes disponibilidades de recursos materiais e financeiros, com distintos níveis de capitalização.

Uma mescla de fatores, como a ação mediadora dos técnicos da Cesp fazendo gestões junto a outros setores da própria empresa, aliada ao paternalismo da Cesp<sup>37</sup>, possibilitava que materiais de construção fossem doados aos lotes do Cinturão Verde. Na verdade eram, não raras vezes, doadas madeiras em ótimo estado, tábuas inteiras e devidamente aparelhadas - como revelam as fotos. O mutirão consistia no trabalho dos homens envolvidos nesta construção e as mulheres preparando o almoço comunitário (foto 12).

Os relatos dos que participavam destes momentos demonstram que eles ficavam ansiosos para se encontrar de novo. Outra experiência de trabalho coletivo direcionado para a melhoria das condições das habitações foi a de construção, com tijolos de solo-cimento, experiência que contou com o envolvimento de docentes da Unesp, do curso de engenharia civil e com estagiários do curso de agronomia.

No começo, até uns três, quatro anos do projeto era uma benção, era um povo que se gostava, gostava um do outro, era um povo unido, havia mutirão, ajudava o outro a plantar, a fazer uma colheita, se um tinha (produzido) um arroz primeiro dava pro outro, repartia um insumo que sobrava como semente que alguém tinha comprado para um plantio. E esta comunidade ficou se conhecendo aqui no projeto. A gente fazia aquelas festinhas lá, aqueles binguinhos, fazia muita coisa lá pra arrecadar dinheiro e todo mundo ia ajudar. Ia de *mamando a caducando*<sup>38</sup> (A. S. M., agricultora, março / 2005)

---

<sup>37</sup> Em Ilha Solteira, ainda é comum até hoje referir-se aos tempos da Administração Especial de Ilha Solteira, sob responsabilidade da empresa, como a época da mãe CESP, numa nítida e clara alusão ao seu caráter paternalista. (apesar de parecer haver uma contradição nos termos: paternalismo - mãe Cesp).

<sup>38</sup> Expressão popular bastante usada pelas pessoas do campo, para significar a inclusão de todos os membros da família e da comunidade, desde crianças de colo até os mais idosos.

Ainda de modo a diferenciar os dois grupos específicos formados, cabe destacar que, em cada um dos seis grupos que se reuniam para tratar dos diversos problemas e da criação de uma associação, foi constituído um Grupo de Mulheres não formalizado, que se unia apenas no espaço das trocas de experiências e contatos entre os diversos grupos.

Já com relação ao Grupo de Jovens, este foi apenas um, mesmo que seus representantes estivessem nas reuniões dos seis grupos. Ou seja, em cada um dos seis grupos de discussão não foi constituído um pequeno grupo de jovens (como no caso das mulheres), apesar da equipe técnica também trabalhar com o grupo de jovens com o objetivo de se montar uma associação. Isto talvez ajude a explicar uma distância entre os interesses e ações desencadeadas pelos jovens e pelos agricultores propriamente ditos.

#### **4.6 A criação da Associação**

Um ano e meio é o tempo decorrido desde o momento em que a assistente social passa a integrar a equipe técnica da Cesp (maio de 1986) até a assembléia de constituição da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, ocorrida em 21 de novembro de 1987, no Barracão da área comunitária do Projeto – futura sede da Associação. No entanto, esta assembléia já havia sido preparada pelos agricultores e equipe técnica da Cesp, numa pré-assembléia, realizada em uma das salas de aulas do prédio central da UNESP de Ilha Solteira, dias antes, onde foi montada, de forma participativa, a chapa única que participaria do processo de eleição.

Segundo um dos agricultores entrevistados, que por sinal viria a ocupar um cargo diretivo em um mandato futuro da Associação, os técnicos da Cesp “explicaram que nesta eleição não vai poder ter duas chapas porque vocês ainda estão no começo e aí foram falando os nomes e os cargos”.

À primeira vista este relato parece denotar uma prática autoritária. No entanto, o depoente esclareceu que os nomes sugeridos eram submetidos a um referendo da plenária, do conjunto dos participantes da assembléia. Segundo ele, foram

apresentados nomes para evitar uma disputa logo na primeira gestão, logo na criação da organização. A estratégia, segundo os entrevistados pela pesquisa, foi a melhor forma de escolha naquele momento.

O primeiro presidente eleito era alguém que ocupava, na época, uma posição de liderança no Projeto, por participar como representante do assentamento nas reuniões do MST<sup>39</sup>, ou seja, quase um delegado desta organização no Cinturão Verde. Além disso, este presidente era reconhecido como liderança expressiva e representativa dos agricultores. A formalização da organização ocorre praticamente três meses depois da assembléia de constituição, em fevereiro de 1988.

O trabalho dos atores sociais da equipe técnica da Cesp foi importante para gestar, no seio do Projeto Cinturão Verde, a idéia do associativismo enquanto forma de organização coletiva, bem como na sua materialização, a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira - e continuaram a sê-lo depois da constituição da entidade; muitas oportunidades se abriam em Ilha Solteira para o Cinturão Verde e para a Associação, a partir desse trabalho dos técnicos como mediadores de diversos interesses e relações.

Mesmo assim, o investimento na politização, na conscientização dos agricultores, já revelava resultados como quando a assistente social relatou o caso em que

“os produtores foram falar com o Administrador de Ilha Solteira, e falaram em nome da Associação. [Naquele momento] deu pra perceber como este fato teve um impacto diferente do que se falassem como agricultores, ou cada um individualmente. Até nisso a gente trabalhava com eles, no sentido do fortalecimento político do grupo”. (Neuza A. Silva, março / 2005)

Outro aspecto a ser ressaltado era a concepção, dos integrantes da equipe técnica da Associação de que isso era uma etapa, um degrau rumo a uma organização percebida pelos mesmos como mais consistente e com maior poder

---

<sup>39</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através da representação sediada na cidade de São Paulo.

(frente ao mercado, frente aos órgãos públicos, etc), como o depoimento a seguir ilustra:

E a gente também tinha um sonho de tornar a Associação uma Cooperativa [pensamento compartilhado por vários agricultores]. A idéia é que eles entendessem o que era a Associação, formassem a Associação, trabalhassem e passassem a sentir a necessidade de formação de uma cooperativa. (Neuza A. Silva, março / 2005)

#### **4.7 Aprendendo o que é uma Associação na Prática**

Pouco depois de criada a Associação, a assistente social retornou ao seu trabalho na instituição de origem, a FEBEM - sub-posto de Andradina, por conta da não renovação do convênio existente entre aquela instituição, a Cesp e a Secretaria de Promoção Social do Estado. Com isto, Neuza avaliou como brusca e inesperada a forma como deixou de trabalhar junto à população do Cinturão Verde, o que resultou na sensação de perda tanto para si como para os agricultores, para os grupos e para a própria recém-criada Associação. Seu depoimento é uma mostra da preocupação com a capacidade de autogestão da associação, de autonomia e do receio que a falta de sua mediação como técnica social poderia vir a comprometer os trabalhos até ali desenvolvidos.

A minha preocupação era, quando mudasse esta diretoria e eu não mais estivesse presente. Não é que eu queira estrelismo, não é isso. É que eu fazia o contrapeso ali. Tinha conflito, a gente sentava, resolvia. (Neuza A. Silva, março / 2005)

Mesmo alguém comprometida com o desenvolvimento de um trabalho de sensibilização, problematização, amadurecimento do grupo, de construção participativa dos objetivos, não deixa de apresentar um comportamento contraditório que mais se parece com o de alguém tutelando seus assistidos. Enfim, o depoimento é uma evidência dos limites tênues

entre os pólos autonomia e dependência, no caso, tendo como protagonistas os agricultores familiares do Cinturão Verde de Ilha Solteira e sua organização formal.

O depoimento seguinte, da mesma assistente social, também é revelador destes aspectos:

Eles não tinham capital, tinham que pagar as mensalidades, aí tinha a questão do controle destes pagamentos, quer dizer, toda esta parte burocrática eu fazia com eles, e eu não queria deixar. Na época foi contratada uma secretária pra ficar lá na sede. (Neuza A. Silva, março / 2005)

Por outro lado, da parte dos assentados associados, vários depoimentos revelam que os mesmos agiam movidos pelo imediatismo, como se as coisas tivessem que acontecer da noite pro dia. Uma vez formada a associação, já teria que conseguir o caminhão para a resolução dos problemas de transporte da produção. O mesmo se aplica ao trator, pois já estavam cansados de ficar “pagando hora para particulares”.

A seguir, pode-se perceber, através de um depoimento exemplar, indicativos desta relação de dependência entre mediadores e a comunidade, através da Associação:

O que eu senti muito foi, a retirada dos técnicos – pois logo depois retiraram também os técnicos agrícolas, da área agrícola mais propriamente – então eles ficaram sem mãe e sem pai. [curioso que Neuza coloque nessa ordem, perdem primeiro a mãe (Neuza ?) e depois o pai (técnicos ?)] Porque não adianta dizer que a partir da nossa saída a prefeitura ia colocar alguém para acompanhar. Não adianta nem pensar isto porque eu trabalho na Ilha uma vez por semana, pela FEBEM, e vejo o acúmulo de atividades que o setor de Promoção e Assistência Social tem. Não tem como atender o pessoal do Cinturão Verde. Eu acho que foi muito prematura esta nossa retirada do Cinturão Verde. Na época que eu saí eu fiquei

preocupada se a Associação sobreviveria. A gente não fez um trabalho assistencialista nem paternalista, muito pelo contrário, mas o receio existia. No entanto, ela continuou e continua o que prova que o trabalho que a gente fez naquela época foi o correto. (Neuza A. Silva, março /2005)

A assistente social Marli, que trabalhou em Jupiá de 1986 a 1989, passou, a partir de 1989 a trabalhar com os reassentados do Projeto Emergencial de Três Irmãos. E revela que era comum a troca de informações e experiências entre as técnicas da área social e uma técnica da área de saúde, a Natalina<sup>40</sup> - aliás, a única funcionária que continua na equipe até hoje trabalhando.

Com a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde já criada, suas demandas junto à Cesp persistiram, como a questão da titulação da terra, que se prolongou em todos os projetos de responsabilidade da empresa. Então, através das associações, as técnicas procuravam trabalhar as mais diversas questões, desde o preparo do solo, até os convênios que se buscava para captação de recursos, compra de trator, entre tantas outras.

Acho que a grande dificuldade nos projetos, em termos de associações, era a participação. No caso de Jupiá eles eram acostumados a viver na beira do rio, viviam isolados, e tinham esta grande dificuldade de entender o associativismo. (Marli de Oliveira, março /2005)

Outra assistente social que também atuou junto ao Projeto Cinturão Verde e à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira foi Rosilva Brito Rodrigues, atualmente no Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Grupo Técnico de Campo de Andradina. “Rosi”, como é conhecida, iniciou sua carreira profissional trabalhando como assistente social na Empaer – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Mato

---

<sup>40</sup> A técnica de enfermagem Natalina Conceição Sebastiane Perez, acompanha atualmente dois projetos de assentamento da Cesp, um localizado no município de Pereira Barreto, denominado Fazenda Nossa Senhora de Fátima e outro no município de Brasilândia, no Mato Grosso do Sul.

Grosso do Sul, assumindo no município de Bonito em 1982 e transferindo-se em 1983 para Paranaíba. A partir de 1984 passa a atuar no município de Selvíria<sup>41</sup>, residindo desde então em Ilha Solteira. Nesta condição, começou a atuar com os agricultores do Projeto de Reassentamento Populacional de Selvíria, implantado pela Cesp nos anos de 1987 e 1988. Com base nesta experiência, foi solicitada pela Cesp para integrar a equipe de trabalho que acompanhava o Projeto Cinturão Verde, vindo em 1988 para Ilha Solteira, em substituição a Neuza.

Apesar de não ter acompanhado pessoalmente os trabalhos iniciais, reitera que o trabalho de constituição da associação teve início com a realização das reuniões dos grupos, os quais culminaram com a formação dos grupos de mulheres e do grupo de jovens. Dentro da perspectiva de emancipação do projeto, Rosi ficou responsável, junto com a equipe técnica, pela elaboração de projetos de desenvolvimento sócio-econômico da comunidade. Tais projetos visavam a dotar o cinturão de instalações e equipamentos que eram demandados pela população, por exemplo, a construção de um campo de futebol para o grupo de jovens e campos de areia para prática de vôlei pelas meninas. Tais projetos eram encaminhados à Secretaria de Promoção Social do Estado.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde, recebeu em 1990 recursos do Projeto ARC (Ação Regional Comunitária) por intermédio do SOS (Serviços de Obras Sociais) de Pereira Barreto, para a contratação de um agente administrativo que possibilitou o melhor controle das atividades administrativas da entidade (CESP, 1991, pág. 39). Desta forma, a preocupação que Neuza manifestara em 1988, por ocasião de sua saída como técnica social junto ao Projeto, de que havia necessidade de alguém capacitada para os trabalhos administrativos junto à associação, somente acaba tendo uma solução em 1990.

De acordo com documento de avaliação do Projeto Cinturão Verde, elaborado em 1991, a situação econômica dos produtores encontrava-se comprometida desde a safra 1989/90, devido à falta de financiamento de custeio da produção. Os produtores, já bastante descapitalizados, utilizaram recursos próprios, implicando na não aquisição de sementes selecionadas, não adubação, o que, por sua vez,

---

<sup>41</sup> O município de Selvíria situa-se na margem direita do rio Paraná, no lado sulmatogrossense da barragem de Ilha Solteira e dista cerca de 18 km do centro de Ilha Solteira.

resultou em uma produtividade aquém da esperada, agravando ainda mais a descapitalização dos mesmos.

Em 1990, através de um convênio firmado entre a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde e a LBA – Legião Brasileira de Assistência - adquiriu-se dois tratores usados, com o objetivo de atender a população do projeto. Entretanto, logo no primeiro ano de sua utilização, apareceram problemas tanto concernentes à qualidade das máquinas, como ligados à gestão destes recursos pela própria comunidade, via associação. Isto é discutido no já citado relatório:

Sendo os tratores maquinários antigos, não corresponderam às expectativas previstas, uma vez que geraram despesas maiores que sua receita, além dos associados não cumprirem com o compromisso assumido, frente às normas de utilização dos maquinários. O resultado obtido foi comprometido em função da falta de conhecimento técnico por parte dos beneficiários em lidar com os tratores, além de não apresentarem experiências de dividirem responsabilidades em grupo. (CESP, 1991, p. 38)

O relato de Alceu Cardoso de Moraes, 74 anos, presidente eleito para o período de 1990 a 1992, confirma as informações acima:

Na segunda diretoria eu fiquei como presidente. As dificuldades eram muito grandes porque a gente não tinha maquinário e a atividade que a gente tinha que fazer era de roça, produzir lavoura, não podia ter criação de gado, nem pasto, nem nada<sup>42</sup>. Era tudo roça, era muito trabalhoso, nós tínhamos que lutar para dar conta. Naquele tempo nós compramos dois tratores velhos. Foi o Pedrão<sup>43</sup> que comprou os tratores com dinheiro que vinha aos pouquinhos do Estado. Então foi guardando e foi comprando. Estes tratores foram comprados em Pereira Barreto, eram usados porque também o

---

<sup>42</sup> nem culturas perenes, conforme estabelecia o Termo de Compromisso da Concessão Onerosa de Uso das terras efetuado pela Cesp com os Assentados

<sup>43</sup> O presidente anterior, Pedro Alves Silva.

dinheiro era pouco, eram tratores Valmet, daqueles bem antigos.  
(Alceu Cardos de Moraes, ex-presidente da Associação, fevereiro /  
2005)

Além de confirmar a avaliação contida no documento da Cesp, o depoimento acima também permite apreender a forma como um agricultor, no exercício da presidência de uma associação, decodificava os mecanismos burocráticos da captação de recursos pelo Estado.

Face às dificuldades enfrentadas neste momento, alguns produtores buscaram uma alternativa para aumentar sua renda familiar, através da comercialização dos produtos de fundo de quintal, montando bancas na feira e em pontos estratégicos da cidade, revelando tratar-se de experiências isoladas e não coordenadas pela Associação.

Ainda em 1990, a avaliação efetuada pelos técnicos da Cesp apontava que os grupos existentes na comunidade tiveram fortalecimento através do desenvolvimento de atividades diversas como: cursos, palestras, visitas, ações recreativas e outras. “Com estas ações uma parcela da comunidade teve um avanço no que se refere ao associativismo, trabalho grupal, bem como tomou consciência da sua situação, enquanto assentado do Projeto Cinturão Verde, surgindo assim uma busca constante de informações e questionamentos no que se refere ao futuro do Projeto Cinturão Verde, considerando vencido o “Termo de Compromisso” assinado por eles na época da implantação do projeto” (CESP, 1991, pág. 37). O termo de compromisso referido é o que possibilitava aos assentados a cessão onerosa de uso, pelo prazo de cinco anos, que findara em setembro de 1989<sup>44</sup>.

As atividades como: promover o intercâmbio dos membros da Associação com entidades similares e promover encontros em datas comemorativas para apresentação de palestras técnicas, áudio-

---

<sup>44</sup> Apesar do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira ter previsto uma forma singular de assentamento, e estabelecido valores a serem pagos pelos produtores por esta concessão da terra, a CESP, segundo relatos de técnicos, de assentados e de pessoas da própria Cesp que trabalharam em outras áreas da empresa, não teve mecanismos legais para efetuar a cobrança e o recebimento de tais valores, de forma que, na realidade, esta cobrança nunca foi efetuada.

visual, dia de campo e intercâmbios, etc. deram-se de uma forma isolada, não alcançando 100% dos objetivos propostos. (CESP, 1991, p. 37)

Apesar de, nas linhas anteriores, o documento ter registrado que para uma parcela da comunidade houve avanços no sentido da organização grupal, sua síntese para o conjunto da coletividade revela que “torna-se evidente que a população necessita de uma atuação intensiva visando o amadurecimento e [crescimento da] consciência associativista” (CESP, 1991, pág. 37). Talvez, os setores aludidos tenham sido os grupos de mulheres, que conseguiram cursos de capacitação em artesanato, trabalhos manuais, cursos de pintura em tecido, preparação de alimentos, além de noções sobre seus direitos trabalhistas e aposentadoria rural.

O processo de emancipação política de Ilha Solteira estava então em andamento, o que acentuava por parte da Cesp sua preocupação quanto à necessidade de emancipação do próprio Projeto Cinturão Verde. A equipe técnica, durante o ano de 1990, empreendeu uma série de reuniões com grupos, assembléias e visitas, abrangendo a população do assentamento, ao cabo das quais foi possível detectar um conjunto de expectativas a serem resolvidas, a saber: eletrificação rural; administração da Associação; água encanada nos lotes abastecidos por caminhão-pipa; documentação da terra; formação de lagoa para estabilização da água, e as implicações para o projeto da emancipação de Ilha Solteira.

Conforme revelado pelos entrevistados, quando perguntados sobre os principais problemas da época que a associação poderia ajudar a resolver, surgem questões de infra-estrutura, como a necessidade de água e de energia elétrica. Merece destaque a questão da gestão da associação ser uma expectativa da comunidade, revelando que esta é uma tarefa que tem que ser aprendida pelos associados e dirigentes, não a partir exclusivamente da prática, mas, certamente, com a contribuição de capacitação específica para isto.

O problema da lagoa de estabilização refere-se ao fato de que a mesma seria – como de fato foi – instalada em uma área próxima aos lotes e, mesmo tratando-se

de uma benfeitoria para a cidade, em termos de saneamento básico, não o é necessariamente para aqueles que se situam na proximidade da mesma, em virtude dos odores exalados pela mesma.

De acordo com a perspectiva de emancipação da cidade e do projeto e de modo a fortalecer a organização coletiva do Cinturão Verde, “todos os contatos mantidos com a comunidade fizeram com que os técnicos ESPA I<sup>45</sup> procurassem canalizar as questões via Associação, tendo como ponto de partida a representatividade dessa entidade. Dessas ações conclui-se que a população teve um sensível avanço que resultou em uma parcela dessa comunidade na resolução de problemas através da união dos seus companheiros, implicando no fortalecimento da Associação”. (CESP, 1991: pág. 40)

Em documento preparado pela equipe técnica da Cesp, em 1992, comendo um Plano de Metas para um próximo período, a ser marcado pela emancipação de Ilha Solteira que acabara de ocorrer - e também com a ênfase na necessidade de emancipação do Cinturão Verde - dá-se particular importância à Associação como instância gestora do próprio assentamento. Em função disto - e conforme já havia sido diagnosticado nas atividades desenvolvidas no ano anterior - foi proposta uma atividade de Assessoria ao gerenciamento da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira (CESP. Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira: Plano de Metas. São Paulo; julho/ 1991 – julho / 1992).

O objetivo desta assessoria era o de intensificar e melhorar os benefícios oferecidos aos associados através do encaminhamento de Projetos específicos para obtenção de verbas, a serem buscadas em fontes como LBA, PROCERA, BANESPA, Secretarias de Estado, etc., como também se preconizava que, “através do crescimento patrimonial e da prestação de serviços, seria dirigida uma atividade específica de consolidação da experiência comunitária”, sem especificar que atividade específica seria essa.

A justificativa dessa proposta previa que “com a consolidação estrutural (patrimonial e conceitual) a Associação estaria apta a assumir a representação jurídica e administrativa dos associados frente às diversas situações, que venham a

---

<sup>45</sup> Sigla que designava o Setor de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira (Cada projeto era acompanhado e avaliado por um ESPA)

interferir na comunidade, como exemplo o processo de emancipação de Ilha Solteira”. Tais objetivos e justificativas reforçam o entendimento de que a Cesp pretendia habilitar a Associação para uma missão de vulto, talvez se incumbindo até mesmo dos aspectos ligados à questão da titulação e emissão de escrituras dos lotes aos seus titulares.

A metodologia desta assessoria estabelecia o desenvolvimento das seguintes atividades: encaminhamento de projetos na busca de recursos; conscientização comunitária do papel associativista; aprimoramento técnico e psicológico dos membros dirigentes da Associação; organização de intercâmbios entre associações congêneres; organização de festas, assembléias, reuniões, etc.; auxílio no gerenciamento contábil e administrativo; abertura de espaço para melhoria do relacionamento entre a Associação e órgãos públicos e civis de Ilha Solteira e região (CESP, 1992).

Não há registros de que os recursos necessários para tal assessoria tenham sido conseguidos, o que determinou que a situação de pendências e carências que já se apresentavam em 1991, por ocasião da elaboração deste conjunto de metas, não apenas persistisse como, na verdade, se acentuasse ainda mais. As três gestões seguintes foram marcadas por dificuldades de diversas naturezas, sem dúvida, oriundas da não solução dos problemas acima detectados.

O Grupo de Mulheres do Projeto Cinturão Verde, surgido no início do processo de problematização em pequenos grupos, ainda em agosto de 1986, empreendeu várias ações com vistas à autopromoção das mulheres enquanto segmento dinâmico dentro do projeto, além de possibilitar atividades de complementação da renda familiar. Na implantação dos cursos de pintura, bordado, crochê e corte e costura, o grupo contou com a colaboração da Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, remunerando uma monitora, que deu origem aos sub-grupos de produção de confecções. Contribuiu para a realização dos cursos, a liberação de recursos por parte do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUNSESP) e da LBA (Legião Brasileira de Assistência), via Centro Social de Araçatuba.

O Fundo Social de Solidariedade de Pereira Barreto, no ano de 1992, contemplou a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde com 3 máquinas de costura industrial, o que permitiu a estruturação do Grupo de Produção, dando início a uma pequena indústria de confecção de roupas, que tanto visava ao atendimento das necessidades dos próprios assentados, como também gerar uma renda com a comercialização de parte da produção.

A desarticulação e dispersão do Grupo de Jovens podem ser atribuídas a vários motivos, de acordo com os relatos de alguns dos jovens atuantes daquele período compreendido entre a entrada das famílias nos lotes em 1984 e 1992. Alguns se casaram, vários saíram dos lotes e do próprio Cinturão, mudando-se para empregos na cidade de Ilha Solteira ou para outras cidades; e também porque passaram a ocupar a diretoria da Associação pessoas que manifestaram divergências – algumas de ordem religiosa – com as ações do grupo de jovens, sobretudo no tocante à realização de festas nas instalações da sede da Associação. Para estes entrevistados, a não aceitação das festas e do futebol coincide com as três gestões compreendidas no período de 1992 a 1997. Os mesmos reconhecem que não houve um confronto aberto, um enfrentamento declarado entre diretoria e o Grupo, mas a apresentação de impedimentos e empecilhos “por parte daquelas diretorias, quando a gente queria utilizar as instalações da sede para a realização de nossas festas. Criou-se assim um vácuo, num período de seis anos que seria onde a geração que estava vindo deveria assumir o nosso papel”.

O Grupo de Jovens era responsável pela realização de algumas festas, “inclusive a festa junina no Cinturão Verde que hoje poderia ser uma tradição pra levar a cidade inteira lá”. Também para fazer justiça às razões apresentadas pelos integrantes das referidas diretorias, preocupadas com algumas questões como a venda e consumo - por seus filhos, inclusive - de bebidas alcoólicas e com a própria organização dos eventos festivos, vale a pena verificar como, talvez, sem se dar conta, os depoimentos de alguns daqueles jovens revelam a veracidade de alguns argumentos dos dirigentes.

Na verdade, nossa festa não era tão bem organizada, do ponto de vista do controle, mas a gente contratava um grupo musical caro, como o Brancão, a Banda Clave de Sol. Nós vendíamos lá 50 caixas de cerveja à noite num ambiente aberto, e no final da noite o pessoal carregava 8 caixas de casco embora, mesmo a gente colocando gente pra vigiar. O grupo de jovens se preocupava em organizar a festa, [mas] na hora que sentava pra fazer as contas, na maior parte das vezes, empatava. A nossa mentalidade naquela época era arrecadar recursos pro grupo não pra Associação. No final, nós nos preocupávamos em pagar as contas. Nós ganhávamos muita prenda, o pessoal do Cinturão Verde sempre participou, do comércio também e no comando do grupo existia só quatro pessoas. (V. S., agricultor, fevereiro / 2005)

O grupo das mulheres que, com a ajuda da equipe técnica havia percorrido importantes etapas até a organização da confecção e havia se capacitado para a produção, inclusive conseguindo os equipamentos, desarticula-se pouco tempo depois, a partir de problemas que se pode chamar de gestão social ou coletiva da própria associação e dos grupos formados. Os relatos de várias das mulheres que haviam participado deste importante processo revelam ressentimentos, desconfianças, enfim, sentimentos que apenas contribuem para minar qualquer esforço de organização coletiva. Até hoje, pairam dúvidas, em muitas das participantes, sobre o destino da produção, dos utensílios e outros itens. O que interessa registrar é que acontecimentos desta natureza já haviam acontecido, mas, a partir desse momento, contam cada vez menos com o papel de amortecedores de conflitos exercidos pelos integrantes da equipe técnica e outros mediadores externos, mostrando ao mesmo tempo a imaturidade do grupo com relação a um projeto autônomo capaz de empreender a gestão social de seu patrimônio.

A associação passa por momentos críticos, endividada no comércio local e com a inclusão de seu CGC (hoje CNPJ) no Serviço de Proteção ao Crédito e na

SERASA<sup>46</sup>, fatos que tiveram um papel altamente desmobilizador da comunidade. Mesmo não se tratando de fatos que tenham tido como origem comportamentos ilícitos ou propositadamente de má fé, muitos nem mesmo quiseram buscar explicações. As citadas desconfianças se repetem quanto à aplicação de recursos financeiros e, por outro lado, com o distanciamento dos associados, que não exerceram seu papel de co-gestores da entidade que, afinal, pertence a todos. Contextualizando tais acontecimentos, não se pode perder de vista que ocorreram em um período de inflações altíssimas, logo depois do congelamento decretado pelo governo Collor - ou seja, não se pode desprezar o peso de fatores macroeconômicos no desencadeamento destas crises.

Também há relatos que evidenciam diretorias pouco representativas, composta por seis membros mas, levadas “nas costas” por apenas três diretores. Ainda citam-se decisões tomadas nas reuniões prévias da diretoria e alteradas em seguida, com a apresentação para a assembléia de algo totalmente diferente do “combinado na reunião da diretoria”. Episódios que levantaram suspeitas sobre a interferência externa de agentes diversos, prejudicando a Associação e a comunidade.

Esta sucessão de acontecimentos, ao longo do tempo, fez minar o sentimento e a disposição inicial de solidariedade, de ajuda-mútua, de desprendimento que era representado por diversos fenômenos, como os mutirões, as festas para arrecadação de fundos para o grupo todo. À medida que acontecimentos desta natureza ocorrem, desgastam-se os associados, abalados em sua confiança mútua. A necessária empatia e o próprio respeito entre os associados diminuem, afetando, inevitavelmente, a Associação. T tamanha é a percepção desse desgaste emocional que, em determinado momento (1998), o COMASIS – Conselho Municipal de Assistência Social de Ilha Solteira, conselho responsável pelo acompanhamento de várias entidades da cidade - propõe a realização de um trabalho de intervenção psicodramática junto aos agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

---

<sup>46</sup> O nome desta instituição é SERASA S.A. e não expressa um sigla, conforme informação obtida diretamente junto ao serviço de atendimento da mesma. Nos anos 70 SERASA significava Serviços e Assessoria S.A., na década seguinte passou a significar, Centralização e Serviços de Apoio aos Bancos S.A. e mais recentemente passou a ser apenas uma marca e nome de fantasia da instituição.

#### **4.8 Retomando o Controle: o “Trabalho da Tina” e o Diagnóstico Rural Participativo.**

A “Intervenção em Desenvolvimento Humano com o Grupo Cinturão Verde em Ilha Solteira” é o nome da proposta de trabalho proposto pelo COMASIS e pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. Coordenado pela psicóloga Maria Aparecida Junqueira Zampieri, conhecida como Tina, a intervenção foi popularizada como “o trabalho da Tina”. Para sua efetivação, a mediação do engenheiro agrônomo Francisco Sérgio de Lima<sup>47</sup> foi de grande importância, assim como da assistente social Roseli Cubo<sup>48</sup>, nessa época (1998) atuando como coordenadora do COMASIS e responsável pelo Departamento de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira.

A situação das relações interpessoais entre os integrantes do Cinturão Verde e dos associados chegou a um estado tão crítico que pode ser captado em detalhes no diagnóstico inicial elaborado pela equipe da Escola Ciclo de Mutação<sup>49</sup>:

Constituído por 75 famílias, o perfil diagnóstico do grupo vem sendo elaborado conjuntamente com os participantes ao longo de uma série de sociodramas, na sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, à qual a maioria está vinculada. Este é um grupo que, em estágio inicial apresentou-se indiferenciado e desvinculado enquanto membros de sua Associação. Apresentou-se ainda com baixo nível de auto-percepção, quanto ao próprio nível de amadurecimento e

---

<sup>47</sup> Contratado desde o início de 1993 como agrônomo do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal, Sérgio permaneceu neste setor até o final de 2004, quando ingressou, via concurso público no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Campo Grande – MS.

<sup>48</sup> Roseli havia participado em Ilha Solteira, durante o ano de 1998, de um curso de Especialização em Psicodrama e, reconhecendo a importância que um trabalho dessa natureza, poderia trazer para a comunidade assentada, contribuiu para a viabilização da aprovação da proposta no âmbito do COMASIS, a quem cabia a liberação dos recursos necessários para sua realização, A partir de janeiro de 1999, a assistente social Rosei Carneiro passa a ser a diretora do Departamento de Promoção Social da Prefeitura de Ilha Solteira e, assim como sua colega, com formação em psicodrama, contribuiu para a continuidade deste trabalho.

<sup>49</sup> Clínica-Escola Ciclo de Mutação: cibernética, psicodrama e psicoterapia, instituição dirigida por Cristina Zampieri e seu marido Roberto Zampieri, localizada em São José do Rio Preto – SP.

autonomia. Apresentou-se também indiferenciado quanto ao propósito de subsistência ou meta de organização, seja individual ou grupal, quanto ao uso da terra e engajamento dos descendentes na mesma. Mostraram-se bastante desanimados com seu futuro, sem argumentos para vincular os filhos que, em boa parte já não moram com eles. Apresentaram descrédito quanto à possibilidade de êxito e quanto à subsistência pela terra própria e descrédito quanto à Associação a que pertencem, que só buscam quando necessitam utilizar o trator. Boa parte das famílias nem mesmo fazem os acertos mensais. Mostraram também descrédito, insatisfação e desinformação quanto aos critérios utilizados para os escalonamentos de serviços do referido trator. Ao longo do trabalho identificaram sua situação de longevidade, 15 anos de existência como membros do Cinturão Verde, cronologicamente adolescente, porém perceberam-se como defasada do nível de amadurecimento e autonomia esperado por eles próprios, comparando com o seu nível de amadurecimento individual nesta faixa etária. Verbalizaram perceber-se como um grupo infantilizado “filhos pequenos à espera da mãe Cesp”, seguida depois da mãe Prefeitura Municipal. Destas fontes proviam o suprimento de necessidades, por vezes básicas, as iniciativas, fossem elas para novos investimentos agrícolas fossem para orientação e cursos, que habitualmente receberam prontos e isentos. Nesta vinculação a Prefeitura Municipal complementava e fortalecia esta relação oferecendo “toda condição” àquela população, contribuindo para a auto-regulação homeostática e em conseqüência, para o rótulo de dependente.<sup>50</sup>

No mesmo momento em que o trabalho da psicóloga estava sendo desenvolvido, um outro era iniciado por docentes da área de sociologia e extensão rural da Unesp de Ilha Solteira, denominado Diagnóstico Rural Participativo ou DRP. Sua condução foi realizada através de uma parceria entre a Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira, através de sua diretoria, a

---

<sup>50</sup> Documento entregue pela coordenadora do Trabalho “Intervenção em Desenvolvimento Humano” aos responsáveis pela condução do Diagnóstico Rural Participativo. Ver também Zampieri (2004).

Equipe Técnica do Setor Agropastoril da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira e os docentes envolvidos.

Na reunião realizada na Sala 17 da Prefeitura Municipal, no dia 10 de dezembro de 1998, foram apontados como principais problemas da Associação, a falta de confiança entre as pessoas; a falta de Interesse, e falta de motivação dos associados para a transformação do estado em que a mesma se encontrava - ou seja, um quadro repleto de problemas de diversas naturezas.

No momento da realização desta reunião, acabara de ser realizada no dia 15 de novembro, a eleição da nova diretoria da Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira, implicando na substituição de vários diretores e na necessidade de atualizá-los sobre o trabalho do DRP em desenvolvimento, desde o final de agosto de 1998.

Nesta mesma reunião, foram apresentadas diversas propostas como: a realização de Termo de Compromisso Escrito entre os envolvidos; realização de Mutirões, Trocas de Serviços, adaptando estas práticas à realidade atual; formação de Grupos menores através de critérios como o de afinidade entre os membros ou o interesse por assuntos, temas, problemas e necessidades comuns; demonstração de resultados concretos, palpáveis, visíveis; elaboração de projetos com os grupos de interesse que se formarem; construção de parcerias que possibilitem sinergia de forças (como o caso do Trabalho da Tina e o DRP); elaboração de um diagnóstico da situação financeira lote a lote; intensificação do trabalho com os jovens; priorização de trabalhos com os interessados e indecisos, isolando inicialmente os que são contra; intensificar as ações de extensão rural propriamente ditas, ampliar os relacionamentos e intensificar a comunicação; abranger todos os aspectos da agricultura (“antes, dentro e depois da porteira<sup>51</sup>”), e associar as ações que já estão sendo feitas (pela Associação, pelos técnicos, por grupos de agricultores, etc.) com as novas ações a serem desenvolvidas. Como se pode perceber, um leque razoavelmente amplo de propostas, revelando tanto o estado em que se encontrava o Cinturão Verde naquele momento, como também a disposição dos envolvidos em modificarem esta situação.

---

<sup>51</sup> Expressão que denota os vários elos existentes na chamada cadeia de produção, envolvendo os aspectos prévios à produção (necessidade de aquisição de insumos, por exemplo) a produção propriamente dita, e todas as atividades após a colheita até chegar ao consumidor final.

Para tanto foi definida uma estratégia de ação, que preconizava a promoção de maior envolvimento dos diretores da Associação; uma participação ativa dos diretores e dos assentados; e o estabelecimento de um planejamento mínimo apontando o que fazer, como fazer e quando fazer, além de um inventário junto à comunidade do Projeto sobre os erros e acertos ocorridos até então no Cinturão Verde, com a busca da compreensão de seus motivos ou causas e conseqüências.

Apesar do sucesso das etapas em evidenciar a situação dos lotes e os problemas enquanto diagnóstico propriamente dito de uma situação real, problemas de ordem pessoal, do relacionamento interpessoal, que remontam a toda uma história de vida, desde o início do projeto em 1984, ainda foram considerados os principais problemas nesta reunião, como apontado acima.

A síntese desta reunião representou o ponto de partida para os próximos passos a serem dados em 1999. Aos 21 de dezembro, na última reunião ocorrida no ano, deliberou-se pela realização de um curso de 16 horas, a ser ministrado em dois dias, pelo engenheiro agrônomo Tetsuo Nohara, da FETAESP – SP, sobre Desenvolvimento Local Sustentável e Diagnóstico Rural Participativo, dirigido ao grupo coordenador do DRP de Ilha Solteira e a um grupo de produtores rurais do próprio Cinturão Verde num total de 25 participantes<sup>52</sup>.

Na quinta-feira, dia 14 de janeiro de 1.999, também na sala 17 da Prefeitura Municipal ocorreu uma reunião com a participação da psicóloga Maria Aparecida Junqueira Zampieri (“Tina”), o engenheiro civil Roberto Zampieri - ambos do Ciclo de Mutação: cibernética, psicodrama e psicoterapia - do engenheiro agrônomo Francisco Sérgio de Lima, dos técnicos em agropecuária Antônio Eugênio Guidorissi e Fernando Martins, integrantes da equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, da assistente Social Roseli Carneiro, nova presidente do COMASIS e responsável pela Diretoria de Serviço Social da Prefeitura e deste docente para uma avaliação do Projeto Intervenção para Desenvolvimento Humano com o Grupo Cinturão Verde de Ilha Solteira.

O documento apresentado por *Tina* e Roberto na ocasião, fazia uma síntese do trabalho até então realizado, apontando as diretrizes para o próximo período,

---

<sup>52</sup> Este curso foi realizado nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1.999, das 08 às 18 horas nas dependências do Centro Odontológico da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

além de fazer menção ao “Perfil Diagnóstico”, já descrito. Os rumos definidos para a continuidade do Projeto coordenado pela *Tina* apontaram para uma perspectiva convergente com os objetivos buscados pelo DRP, ou seja, de se trabalhar exatamente sobre aqueles principais problemas identificados na reunião de 10.12.98, além de se efetuar um trabalho de valorização das atribuições e responsabilidades dos membros da diretoria, contemplando a questão da comercialização, inclusive com a realização de pesquisa de mercado já iniciada pelo engenheiro agrônomo Valdivino Gomes, membro da diretoria da Associação, além de abranger os projetos também aprovados pelo COMASIS, a saber: lavoura comunitária; processamento de frutas e legumes, e oficina de costura.

A confluência de contribuições de distintos órgãos ou organizações em torno de uma problemática é também reveladora de uma proposta de intervenção numa perspectiva de totalidade, como a que se verificou em torno do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, em que a Prefeitura Municipal enquanto poder público se apresenta através do Setor de Agricultura e da Diretoria de Serviço Social, ao lado de organizações do hoje chamado terceiro setor, como o COMASIS, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pereira Barreto, a própria Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde e ainda o curso de agronomia da Faculdade de Engenharia da FEIS / UNESP, emergindo como parceiros na busca de um objetivo comum: o desenvolvimento social e econômico da população que ali vive e trabalha.

#### **4.9 As Implicações do Diagnóstico Rural Participativo e do Projeto Intervenção para o Desenvolvimento Humano com o Cinturão Verde de Ilha Solteira.**

De acordo com a percepção dos próprios agricultores e suas famílias, dos integrantes da diretoria da Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira neste período e da equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, muitas e significativas foram as transformações havidas no tocante à realidade destes agricultores e do próprio Projeto Cinturão Verde. Tal percepção dá conta também de

que foram estes dois instrumentos, a saber, o DRP e o trabalho levado a efeito pela psicóloga Tina, os principais alavancadores, catalisadores de tais vicissitudes.

A primeira e mais importante alteração pode ser verificada na forma de participação dos integrantes do projeto, sendo clara a constatação de que tal participação tornou-se mais qualitativa. Ou seja, apesar da quantidade de participantes ainda ser inferior ao potencial número de participantes das reuniões ou encontros para os quais são chamados, mudou a qualidade de tal presença, por ser mais comprometida, com as pessoas sabendo que tinham que contribuir de forma ativa e não meramente passiva, sem esperar por soluções prontas. Houve uma compreensão de que as mudanças desejadas dependiam do comprometimento e empenho de cada um, fazendo a sua parte para o alcance dos objetivos diversos.

Sintoma desta nova postura e representativa do comprometimento dos diversos atores foi a própria composição da diretoria da Associação, pela primeira vez reunindo mulheres (duas), jovens (seis, ao todo), além da grande renovação de seu quadro, num total de doze membros. Isto efetivamente representou que os jovens, até o início destes dois trabalhos afastados das atividades dos lotes, direcionando seu foco para a cidade, mudaram de postura, tornando-se - no dizer dos próprios integrantes da equipe técnica do Setor Agropastoril - "o carro chefe das mudanças que estão ocorrendo nos lotes".

Cabe destacar que grande parte dos jovens, filhos dos produtores rurais titulares dos lotes, estava em sua maioria estudando ou já haviam concluído o terceiro ano do ensino médio, não sendo raros os que se encontravam freqüentando cursos superiores. Sem dúvida, o trabalho de resgate de sua auto-estima, aliado ao de valorização da própria atividade agropecuária, conseguiram reverter todo um estado de ânimo, colocando este segmento na vanguarda das transformações.

Uma das medidas concretas implementadas como resultado do DRP e de todo este processo, foi a Feira do Produtor, na qual os produtores rurais do Cinturão Verde comercializavam sua produção, uma vez por semana (aos sábados), na cidade de Ilha Solteira, diretamente no Recinto da Feira Municipal. O retorno concreto em termos de renda, através deste contato direto, reforçou a importância

desta forma de comercialização, além de provocar o aumento da quantidade de estufas implantadas no Projeto Cinturão Verde, sobretudo para produção de verduras (folhas), como também de outros itens, como legumes e frutas.

Em 1999, existiam no Projeto 12 produtores com estufas implantadas, algumas com sistema de irrigação por microaspersão e outros com irrigação por gotejamento, havendo agricultores com até 10 estufas, tanto com sombrite como cobertas com plástico. Isto significa que aumentou a demanda por verduras na cidade, sendo este um mercado aberto para os agricultores, que têm, por sua vez, procurado se capacitar e investir em tecnologia necessária para tal produção. Em função disto, a orientação a estes produtores representou um dos mais intensos trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal.

A aprovação de linhas de crédito do FEAP – Fundo de Expansão da Agropecuária - especialmente voltadas para o cultivo protegido ou plasticultura e também para a fruticultura irrigada, foram importantes fatores de estímulo aos produtores do Cinturão Verde de Ilha Solteira, tendo beneficiado, naquela época, 5 (cinco) produtores.

A melhoria na própria forma de organização dos agricultores desencadeou a cessão, por parte da Prefeitura Municipal, de um caminhão para transporte de seus excedentes semanalmente para as cidades de Andradina e Três Lagoas, com itens como quiabo, mandioca, abobrinha e outros. Esta forma de comercialização atingiu regularidade e escala a tal ponto que o caminhão da Prefeitura tornou-se dispensável, sendo os produtos buscados diretamente nos lotes pelos compradores daquelas cidades.

Outra significativa mudança oriunda dos trabalhos realizados, foi a gestão de diversos grupos, como preconizado pela metodologia do DRP e reforçado pelo trabalho coordenado pela psicóloga Tina. Destacam-se, dentre estes, os grupos organizados por afinidade de produtos, a saber:

- Grupo de Pupunha, composto por 6 (seis) produtores que já se encontravam produzindo e comercializando a palmeira *in natura*, através da Feira do Produtor

ou via venda direta no próprio lote para os consumidores que a procuram; seu desafio era o de viabilizar o processamento mínimo da pupunha, de forma coletiva, para oferecimento do produto envasado em recipientes de vidro, e com qualidade, mesmo que inicialmente sem qualquer tipo de certificação;

- Grupo de Piscicultura ou “Grupo dos Tanques”: em número de 10 (dez) produtores que, na época, encontrava-se em fase inicial de implantação e definição de atividades coletivas;
- Grupo de Viticultura, reunindo 10 (dez) produtores rurais trabalhando de forma coletiva para atividades diversas desde a obtenção das mudas até a comercialização da produção;
- Grupo de Quiabo, reunindo 11 (onze) produtores, trabalhando de forma coletiva sobretudo a comercialização e a adoção dos procedimentos técnicos necessários à condução desta cultura;
- Grupo de Manga, congregando 8 produtores que vêm tentando otimizar esta atividade frutícola através do trabalho organizado de forma coletiva, em especial com respeito à comercialização.

Outros tipos de grupos foram constituídos ou rearticulados de acordo com critérios como faixa etária (como o Grupo de Jovens), gênero (Grupo de Mulheres dos titulares dos lotes) e atividades como lazer e recreação (Grupo de Eventos). Detalham-se, a seguir, suas características:

**Grupo de Mulheres:** algumas mulheres participaram de um curso de artesanato oferecido em convênio com a FETAESP e organizaram-se enquanto grupo para a produção de artigos diversos, com o propósito de geração de uma fonte alternativa de renda e de lazer, produzindo a partir de matérias primas diversos cestos, balaios e outros artefatos; este grupo teve a importante contribuição da Diretoria de Promoção Social do município agregando 5 mulheres;

**Grupo de Eventos:** o resgate da diversão, do lazer e, em especial, de um time de futebol que outrora havia sido bastante conhecido na cidade, foi um dos expressivos e significativos resultados da pesquisa desenvolvida, de tal forma que, semanalmente, aos domingos, são programadas atividades como jogos e recreações, caracterizando-se como momento de confraternização e integração

sobretudo dos jovens, mas também dos adultos. O time de futebol tem-se apresentado semanalmente tanto no campo da futebol localizado na sede da Associação – reformado recentemente pela prefeitura municipal - como em outros locais para partidas amistosas diversas.

**Grupo de Jovens:** tal grupo, como já foi dito, foi o principal articulador das ações realizadas neste período e suas reuniões congregavam em torno de 50 participantes para discussão dos assuntos mais diversos. Dele participam integrantes de diversos outros grupos de culturas ou produtos, o que reforçou sua importância para a própria extensão rural levada a efeito no Projeto Cinturão Verde como um todo, pela equipe técnica da Prefeitura Municipal. De modo especial, este segmento introjetou a importância do trabalho conjunto, da necessidade de estabelecimento de parcerias para efetivação de resultados, bem como manifestava em suas ações a necessidade do resgate da auto-estima, do auto-respeito e auto-imagem, revalorizando a própria atividade agropecuária e o fato de residirem no Cinturão Verde, antes motivos de depreciação e preconceitos diversos. Os integrantes do Grupo de Jovens passaram a manifestar uma visão mais aberta para o conhecimento, para a auto-qualificação, mais sensíveis às recomendações técnicas bem como à busca do aprendizado constante, discutindo em grupo os problemas e a busca de soluções.

A melhoria nas instalações da própria sede da Associação em termos das atividades administrativas e da dotação material da mesma são também expressão deste conjunto de mudanças. No período compreendido pela realização da pesquisa, a associação investiu na capacitação e profissionalização de seu pessoal administrativo, com a perspectiva de melhor atender a seus associados.

Outro importante aspecto a considerar refere-se ao aumento significativo da população residente no Cinturão Verde, da ordem de 200 famílias em seus 74 lotes, na época. Ocorreram vários desmembramentos de lotes, seja por partilha ou subdivisão dos mesmos pelos descendentes (filhos, filhas, genros, noras), venda para terceiros e até mesmo uso irregular. Tal fato provocou a diminuição das áreas cultivadas por família, sendo mais um fator de busca por melhor utilização da terra e dos demais recursos produtivos.

Talvez em função deste fato - e do significativo aumento da população infantil - dois projetos foram implantados pela equipe técnica em parceria com outros departamentos municipais, como o de saúde e promoção social, que são o de Horta Caseira, objetivando a implantação de 10 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) de horta por família residente no Cinturão Verde, de modo a propiciar melhoria na qualidade da alimentação dos residentes e o Projeto de Produção de Ovos e Frangos Caipiras, com o mesmo objetivo, projetos que contaram com a parceira da Pastoral da Criança da Igreja Católica local.

A constatação de que a equipe técnica do Setor Agropastoril é pequena para dar conta de um trabalho mais freqüente e efetivo junto à população do Cinturão Verde, aliado ao crescimento da população, através da subdivisão dos lotes reforçam a necessidade de um trabalho de extensão rural, através do DRP e outras ferramentas promotoras de participação ativa dos sujeitos. Cientes de que não sabem ao certo a situação atual do Projeto, de seus integrantes e problemas, a equipe técnica efetuou um Levantamento de Informações por meio da aplicação de um formulário, intitulado de “Pesquisa Sócio-econômica dos Produtores Rurais do Cinturão Verde de Ilha Solteira”.

#### **4.10 O Resgate de um mecanismo legal, o PRÓ-RURISA**

A relação do engenheiro agrônomo Vinício Martins do Nascimento com o Cinturão Verde e com a Associação intensificou-se quando este veio a ocupar o cargo de vice-prefeito municipal, em 1993<sup>53</sup>. Já constituído o município de Ilha Solteira, uma das primeiras ações que o poder executivo tomou no sentido de fortalecer a Associação, foi torná-la uma entidade de utilidade pública do município, através da Lei no 035/93, de 29 de março de 1993 (anexo 1). Esta é a condição necessária para que uma entidade possa receber recursos materiais e em espécie da Prefeitura Municipal. Como havia sido constatada a necessidade de organização,

---

<sup>53</sup> Além do cargo eletivo, Vinício ocupou a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, abarcando vários setores da Prefeitura, inclusive o Setor Agropastoril, responsável pela assessoria e acompanhamento aos produtores do Cinturão Verde de Ilha Solteira.

de regularização do repasse de recursos, a criação desta lei foi o primeiro passo que possibilitou ao município repassar subvenções para o Projeto Cinturão Verde, através de sua Associação.

A partir da promulgação desta lei, reconhecendo a associação como de utilidade pública municipal, foi criado um programa que definiu o repasse de recursos e materiais e estabeleceu outras providências. Trata-se de outra lei, a 074/93, conhecida como Pró-Rurisa, ou seja, o Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural de Ilha Solteira (anexo 2).

De acordo com Vinício, havia inicialmente uma pretensão de que o programa pudesse financiar as atividades dos agricultores, mas o que aconteceu, de fato, foi a viabilização de repasse de alguns recursos como máquinas, implementos e mudas vegetais. Aliás, o primeiro passo do Programa foi a doação de mudas compradas ou recebidas em doação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Tudo estava por ser feito na cidade, desde sua Lei Orgânica até a criação de mecanismos diversos que visassem à promoção do desenvolvimento local. Nesta perspectiva, foram elaborados dois grandes projetos. Um foi o PRODISA - Programa de Desenvolvimento Industrial de Ilha Solteira, com foco principalmente no desenvolvimento industrial e comercial de Ilha Solteira. Consistia na doação de terrenos, cessão de prédios<sup>54</sup>, ajuda nos serviços de terraplanagem e até materiais.

O outro programa foi o Pró-Rurisa, com foco eminentemente rural que visava dotar aquele setor (sobretudo através da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira) de uma estrutura mínima, uma vez que já tinha autorização para receber repasse de recursos, pois figurava como entidade de utilidade pública. O projeto de lei do Pró-Rurisa foi elaborado juntamente com o pessoal administrativo e jurídico da prefeitura, encaminhado à Câmara, onde foi feita uma reunião prévia dos representantes do executivo – Vinício inclusive - com os nove vereadores daquela época, no sentido de mostrar sua importância.

Por outro lado, o vice-prefeito relata que havia cobranças, por parte dos membros do Cinturão Verde, quanto à necessidade de criação de mecanismos de

---

<sup>54</sup> Foi através deste programa que foram construídas as incubadoras de empresas em alguns setores da cidade.

apoio ao Cinturão Verde, de forma que não foi difícil a sua aprovação, apesar de, no seu texto, terem sido estabelecidas atribuições que não foram possíveis cumprir.

A população a ser atendida pelo Programa restringe-se à do Cinturão Verde, porque o restante do município está resumido a cerca de 60 propriedades, o que mostrava que, em 1993, do total do território de Ilha Solteira, praticamente apenas o Cinturão Verde compunha a área de agricultura familiar ou de pequenas propriedades. Uma percepção da estrutura agrária do município pode ser observada pela tabela 4 e, complementarmente, pelo mapa de uso do solo do município (página 81) que revela a expressiva das pastagens, indicativa por sua vez, da atividade pecuária extensiva como sistema produtivo predominante.

**Tabela 4 : Estrutura Agrária do Município de Ilha Solteira**

<b>Estrato de Área (ha)</b>	<b>Quantidade</b>
Até 5,0	43
De 5,1 a 10,0	47
De 10,1 a 20,0	09
De 20,1 a 50,0	03
De 50,1 a 100,0	03
De 100,1 a 200,0	06
De 200,1 a 500,0	16
De 500,1 a 1.000,0	06
Acima de 1000,0	18
<b>TOTAL</b>	<b>151</b>

Fonte: Levantamento das Unidades Produtivas Agrícolas, 2002.

No primeiro ano houve necessidade de ser alocado um recurso extra-orçamentário, como consta da própria lei, exatamente porque Ilha Solteira estava em seu primeiro ano como município autônomo.

Nos anos seguintes, de 94 a 96 não foram previstos recursos em espécie para o Pró-Rurisa, mas em termos materiais foram

repassados recursos ao Cinturão Verde, através da Associação. (V. M. N., ex-vice-prefeito municipal no período 1993-1996, março / 2005)

Os recursos em espécie foram repassados através de decretos, com o fim de auxiliar na manutenção da entidade. Era o tal repasse de recursos que acontecia de vez em quando, para compra de insumos ou para atendimento de alguma necessidade esporádica, não sistemática. Vinício afirma, também, que a discussão deste programa havia sido feita em assembléia dos (e com) os agricultores, assim como a própria implantação do programa em que se definiam as prioridades.

Entretanto, nas entrevistas e abordagens efetuadas junto aos agricultores e dirigentes da associação, questionando-os sobre o conhecimento deste Programa e da lei que o embasa, sistematicamente as respostas foram negativas, revelando total desconhecimento do mesmo.

Foi com base neste Programa, segundo o vice-prefeito, que foi desenvolvido um projeto com alguns produtores da área irrigada do Cinturão Verde, com a cultura do alho, em que uma câmara fria foi instalada na sede da Associação. Apesar de desconhecer se esta câmara ainda estaria em funcionamento, o vice-prefeito recorda-se da mesma ter sido montada para o processo de vernalização<sup>55</sup> do alho.

Apesar das expectativas e do relativo sucesso dessa iniciativa, o mesmo não teve continuidade, face à não adaptação da cultura às temperaturas vigentes na região, em sua fase de produção no campo, fato que provocou a desativação daquela câmara.

Vinício registra que, a partir da promulgação desta lei, era bastante comum o presidente da Associação procurar o gabinete do prefeito com algum tipo de pedido, reivindicações diversas que, segundo ele, passaram a ser mais efetivas, por conta da existência de um instrumento que amparava a solicitação e repasse de recursos à entidade.

---

<sup>55</sup> Consiste na permanência dos bulbos de alho por um período de cerca de 60 dias em baixas temperaturas, após o que o plantio resulta em maior uniformidade na germinação e, conseqüentemente em maior homogeneidade da produção.

Os dirigentes diversos, sobretudo os ex-presidentes da associação entrevistados, de fato declararam que recorriam ao poder público municipal para solicitar recursos para a gestão da instituição. No entanto, nenhum deles alegou que o faziam munidos da lei 074/93, o Pró-Rurisa como argumento nesta busca por recursos. As ações destes dirigentes muito mais se caracterizaram como pedidos de favores ao chefe do executivo do que a reivindicação de um direito amparado por um instrumento legal.

Talvez, exatamente em função disto, o vice-prefeito relativize o volume dos recursos repassados à associação, naquele período, afirmando que “evidentemente que nem sempre se repassava aquilo que eles queriam, mas sempre se fazia alguma coisa.”

Um dos integrantes da diretoria da Associação atual, que desde o final de 1999, tem tido uma participação mais ativa junto à Associação, sintetiza o que talvez seja o percebido pela grande maioria dos agricultores com respeito ao Pró-Rurisa.

Olha, eu sei pouco sobre o Pró-Rurisa, o que eu sei é através do presidente. Eu sei que ela foi criada em 1993 como uma lei pra dar subsídio à Associação, só que ela ficou na gaveta. Nunca foi usada, pelos outros presidentes, nunca. Foi o Domingão<sup>56</sup> que acabou desenterrando ela em 1998, ainda na época do Romão<sup>57</sup> de quem ele era vice-presidente. Ele começou a cavucar informações, aí ficou sabendo da existência dessa lei. Até então ele lutou junto com ‘Seu’ Romão por dois anos, mesmo com a lei na mão ele não conseguiu receber o subsídio, era o período do Sebastião de Paula<sup>58</sup> como prefeito (V. S., agricultor, fevereiro / 2005).

Relativizando a fala deste entrevistado, a forma de destinar recursos à Associação não mudou, ou seja, eventualmente o próprio prefeito Sebastião de Paula repassou recursos à Associação – inclusive através de recursos materiais que

---

<sup>56</sup> Codinome pelo qual é mais conhecido o presidente da Associação, Domingos Luiz de Oliveira.

<sup>57</sup> Na gestão 1998 /1999, Manoel Romão de Santana foi o presidente da Associação tendo como vice-presidente, Domingos Luiz de Oliveira, o Domingão.

<sup>58</sup> Sebastião de Paula, pertencente à mesma coligação partidária de Edson Gomes, sucedeu a este na prefeitura de Ilha Solteira, no período de 1997 a 2000.

permitiram a realização do DRP, referido neste trabalho. No entanto, a destinação de recursos de forma sistemática e mensal como pretendiam os dirigentes da Associação, isto de fato, não foi alcançado naquele momento.

Prossegue este interlocutor revelando as condições que resultariam em compromisso do executivo local em repassar recursos para a Associação.

Já na eleição em 2000, quando a gente já era candidato a assumir a diretoria [para o próximo biênio: 2001-2002] ele [Domingos] começou a insistir diretamente com os então candidatos, mostrando que havia uma lei que possibilitava o repasse de recursos para o Cinturão Verde, através da Associação. Os diversos candidatos de então fizeram reuniões com a comunidade do Cinturão Verde e assumiram compromisso de aplicarem a lei 074/93, o Pró-Rurisa. Isto foi inclusive colocado nas atas destas reuniões do período de campanha eleitoral. (V. S., fevereiro / 2005)

No processo de articulação e definição destes compromissos, foi constatada apenas a ausência de uma das candidaturas, recusando-se a assumir tal compromisso. O fato curioso deste episódio é que a candidata ausente é esposa do deputado Edson Gomes, autor da lei que instituiu o Pró-Rurisa, resultando num aparente paradoxo, pois afinal, “eles criaram a lei e eles se recusam a assumir o compromisso de aplicá-la” - conforme expressam vários dirigentes, ex-dirigentes da associação e agricultores do Cinturão Verde.

Na eleição seguinte, em 2004, novamente Odília Gomes se candidata, sendo então eleita. E, repetindo a estratégia utilizada em 2000, de não firmar compromissos com a diretoria da Associação, a candidata não compareceu à reunião marcada pela diretoria e, portanto, não se comprometeu com a mesma no que diz respeito ao repasse dos subsídios. Corrobora este raciocínio a constatação de que decorridos quatro meses de 2005, o subsídio ainda não foi repassado à Associação.

E eu particularmente acho que é rica [política] pelo fato da diretoria não estar identificada com eles e o fato do próprio Domingos estar

mais afinado com o PT, o Domingos, querendo ou não era filiado ao PT. E também porque ele [Domingos] acabou tendo uma discussão com ela [a atual prefeita] quando ela foi no Cinturão Verde como candidata. Ela fez a reunião em uma chácara ao lado da sede da Associação alegando que a lei eleitoral a impedia de utilizar aquele espaço, só que eles não tiveram esta preocupação ao fazer a reunião com o pessoal das rocinhas. Eu particularmente acho que a política deles é aplicar a política deles nos sem-terra, como se trata de um grupo novo, porque eles sabem que no Cinturão eles não conseguem enganar mais ninguém. Hoje o Setor agrícola da prefeitura está direcionado para os sem-terra. Serão assentadas 200 famílias aqui na Fazenda São José da Barra e 50 famílias na Fazenda Santa Maria da Lagoa. Numa conversa com o deputado [Edson Gomes] ele deixou bem claro que não vai repassar o subsídio. Nossa diretoria já tomou a decisão de não mais pedir. Nós fizemos nestes últimos quatro meses uma média de 3 a 4 pedidos [por ofício] por mês, que não foram respondidos, Nós enviamos toda documentação que eles pediram, inclusive número de horas-máquina realizadas.

O professor Vinício, participou, no ano 2000, da coligação que elegeu os mandatários do poder executivo para o período 2001-2004, bem como pôde ocupar, por um período de seis meses, no final deste mandato, o cargo de secretário de governo da administração do prefeito Dílson Cesar Moreira Jacobucci. Em seu relato, percebe-se a forma como este mesmo instrumento veio a ser aplicado e utilizado pela diretoria da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Em função exatamente da articulação política que foi feita, ficou evidente que este setor [Cinturão Verde e Rocinhas Familiares] foi extremamente bem aquinhado, através do recebimento das patrulhas agrícolas e do repasse de recursos. Domingos [presidente da Associação] era um freqüentador assíduo do gabinete do

prefeito, embora o setor dele estivesse subordinado a uma outra secretaria<sup>59</sup> e não a que eu estava dirigindo. Estou relatando isto para mostrar o quanto o Domingos freqüentava a prefeitura e sempre num nível muito bom, de uma forma diferente, de modo que a ação dele contribuiu muito pelas suas características de ser bem articulado, reivindicador, esclarecido. Por isso eu afirmo que a Associação nunca recebeu tanto, nem em termos materiais como em espécie o que não acontecia muito no passado que era mais em termos materiais. Tinha alguns repasses de recursos mas não dessa forma sistemática como foi neste período, que era mandado para eles arcarem com a folha de pagamento ou outros serviços. (V. M. N., ex-vice-prefeito municipal, março / 2005).

Para se saber exatamente quanto recebeu a associação, ao longo do período de vigência do Pró-Rurisa, o ideal seria poder ter acesso aos diversos decretos que repassaram os recursos à entidade. Estando o recurso previsto no orçamento e existindo a lei que permite o repasse do mesmo, é preciso que cada vez que o recurso vá para aquela entidade seja baixado um decreto do poder executivo. Isto é feito todo mês para as diversas entidades habilitadas para receber recursos ou subvenções, como é o caso da APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais- a ASAIS – Associação Amigos de Ilha Solteira (uma instituição dirigida a crianças e adolescentes de famílias de baixa renda), a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, etc.. Mesmo quando acaba a verba para aquela rubrica, antes de terminar o exercício fiscal (o ano), é possível efetuar o remanejamento de recursos ou solicitar novos recursos (recursos extra-orçamentários).

Vinício reitera que o fato da Associação ter recebido, quase que de maneira sistemática, os repasses da Prefeitura deve-se ao compromisso de campanha estabelecido entre a comunidade do Cinturão Verde, por intermédio da Associação, e os então candidatos Dílson e Zailton.

---

<sup>59</sup> Vinício se refere à Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, cujo diretor era Valdecir Vieira, o ‘Jarrão’ ao passo que ele viera nos últimos meses da gestão Dílson César para ocupar a Secretaria de Governo, liberada por Antonio Carlos da Silva, após a ruptura do PT com o prefeito.

Sabendo que na atual gestão (2005-2008), os recursos não estão sendo repassados e que, provavelmente, um dos impeditivos reside nas diferenças partidárias entre os atuais mandatários do executivo local e a presidência da Associação, Vinício revela a complexidade das relações que caracterizam o poder local.

A existência da lei (Pró-Rurisa) simplesmente não garante que os recursos sejam repassados. É preciso gestões dos interessados, articulação e pressão para que isto ocorra. É preciso fazer barulho, eu acho, eu não vejo outro caminho que não seja o da mobilização, a organização dos interessados e a sensibilização de quem está no governo para a importância deste instrumento para o Cinturão Verde. (V. M. N., ex vice-prefeito municipal, março / 2005)

## **5. A DINÂMICA DA ASSOCIAÇÃO NO PERÍODO 2001-2004**

### **Introdução**

Apresentam-se neste capítulo diversos aspectos da dinâmica de atuação da APAPCVIS, no tocante a sua organização, à interação social existente entre os associados, ao seu papel como instituição mediadora entre os associados e as instituições da sociedade mais ampla, numa tentativa de caracterizar a sua importância para o desenvolvimento da comunidade do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Os eventos referidos no capítulo anterior, a Intervenção em Desenvolvimento Humano e o DRP, marcam um período de transição da Associação, como já visto, no sentido de sua recuperação em vários sentidos. Para compreender a qualidade das transformações ocorridas, foram analisadas as atas de todas as assembleias da Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira, desde a eleição de Domingos Luis de Oliveira, presidente para o biênio 2000/2001, até o final de sua segunda gestão como presidente da entidade, em dezembro de 2003.

### **5.1 A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde como uma Associação de Máquinas**

#### **5.1.1 Patrulha Agrícola**

Os principais serviços prestados pela Associação aos seus associados – e também para outros agricultores do município - referem-se à realização de trabalho mecânico nas diversas operações dos ciclos das culturas, sobretudo as anuais, compreendendo desde o preparo do solo até a colheita. Para isso, a Associação canalizou seus esforços, desde o princípio de sua criação, mas de forma mais

intensa a partir das gestões mais recentes, visando uma patrulha agrícola<sup>60</sup>, objetivo alcançado recentemente.

A expectativa em torno da chegada ao Cinturão Verde da Patrulha Agrícola foi enorme e, como se pode perceber pela leitura das atas, havia uma grande preocupação por parte dos produtores e da Associação, como legítima representante destes, de que a mesma pudesse realizar os serviços de preparo do solo já para a safra 2001/2002, o que é perfeitamente compreensível. Mas, o calendário dos procedimentos legais e burocráticos infelizmente não coincidiu com o calendário agrícola e muito menos com o das expectativas dos produtores rurais do Cinturão Verde.

O assunto é discutido na assembléia de 11 de novembro de 2001, quando o presidente fornece explicações sobre a aprovação da verba pelo Ministério da Agricultura, através do Programa de Desenvolvimento do Setor Agrícola dos Municípios, para a compra da patrulha agrícola, do processo de licitação realizado pela prefeitura, esclarecendo que “no momento do pagamento o dinheiro ainda não estava liberado”, solicitando paciência por parte dos associados.

A ansiedade dos associados é compreensível face à chegada do período da safra, em que a maioria se dedica ao plantio de culturas anuais, com destaque para o milho. Novamente, na assembléia seguinte, de 09.12.2001, o presidente comenta a demora na liberação da verba para aquisição da patrulha mecânica, informando o empenho do prefeito municipal e seus contatos com as instâncias do governo federal, visando a liberação dos recursos.

A esta altura, os produtores já haviam realizado ou estavam realizando os serviços com as máquinas e implementos existentes na Associação, enfrentando o problema de não serem atendidos com a presteza que gostariam, dado o grande número de demandantes. O que significa que alguns, como confirmado em entrevistas realizadas, tiveram que arcar com o pagamento destes serviços para particulares.

O dinheiro, por fim, é repassado pelo governo federal ao poder municipal e a aquisição é efetuada, de tal forma que na primeira assembléia de 2002, realizada

---

<sup>60</sup> O termo designa um conjunto de máquinas (tratores, principalmente) e implementos agrícolas (arado, grade, roçadeira, cultivador, ensiladeira, carreta e outros)

no dia 06 de janeiro, a diretoria comunica “a chegada da Patrulha Agrícola, praticamente toda, no pátio da prefeitura”, revelando, com esta afirmação, que alguns dos componentes previstos ainda não haviam sido entregues.

A Patrulha Agrícola da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira é constituída atualmente de 05 Tratores, 01 terraceador, 03 grades niveladoras, 03 grades Rome, 01 calcareadeira, 03 roçadeiras, 03 tombadores, 02 cultivadores, 02 sulcadores, 02 plantadeiras, 01 colhedeira de milho, 01 debulhadeira de feijão, 01 subsolador, 02 carretas, 01 ensiladeira, 01 conjunto de acoplamento constituído de pá e lâmina, 01 pulverizador de defensivos químicos, 01 caminhão Ford Cargo 1217, 01 veículo utilitário Ford Courier, 02 compressores de ar, 01 máquina de solda e 01 tanque de combustível de 2000 litros.

As fotos seguintes mostram alguns dos itens que compõem esta patrulha agrícola:



Foto 9: Vista de um dos tratores agrícolas da Associação e do tratorista da entidade.

(Foto do autor, janeiro de 2004)



Foto 10: Vista do caminhão Ford Cargo. (Foto do autor, janeiro de 2004)



Foto 11: Vista parcial do caminhão da Associação, conduzido pelo técnico Robson Dourado. (Foto do autor, janeiro de 2004)

A esta altura, janeiro, a necessidade por parte dos associados no que se refere aos serviços de preparo do solo, já havia diminuído, permitindo, da perspectiva do poder público municipal, adiar a entrega das máquinas, veículos e implementos para uma ocasião que permitisse fazer deste ato de entrega um acontecimento político. Desta forma, o chefe do executivo municipal propõe que a patrulha agrícola fosse entregue em evento solene a realizar-se no dia 22.02.2002, quando estaria em Ilha Solteira o senador Rames Tebet, então presidente do Senado, para o lançamento oficial do Projeto “Circuito das Águas”<sup>61</sup>. Tal proposta é apresentada pelo presidente da Associação na assembléia de 01 de fevereiro de 2002, e aceita pelos presentes.



Foto 12: Vista lateral do utilitário Ford Courier, posicionado ao lado do barracão da Associação. (Foto do autor, janeiro de 2004)

---

<sup>61</sup> Projeto arquitetônico que objetivava transformar Ilha Solteira num pólo turístico conhecido regional e nacionalmente, aproveitando os lagos formados à margem da cidade, através de investimentos vultosos, via captação de recursos junto à iniciativa privada, e vislumbrando uma transformação vultosa na paisagem local.



Foto 13: Vista parcial do veículo utilitário Ford Courier, conduzido pela secretária da Associação. (Foto do autor, janeiro de 2004)

O presidente comporta-se como um interlocutor entre o prefeito municipal e o conjunto de associados. Apesar de aprovada pela assembléia, a data sugerida pelo chefe do executivo, mas sentindo resistências e desconfianças por parte dos associados e temendo, também, que eventos imprevisíveis pudessem provocar uma mudança na data firmada, o presidente, em nova assembléia, realizada em 17.02.2002, efetua a leitura do ofício encaminhado ao prefeito solicitando que a patrulha seja entregue no dia 22 de fevereiro. Este comportamento do presidente da Associação é revelador da tensão permanente entre os dois pólos do binômio autonomia-dependência que caracteriza, em grande medida, a relação com o poder e a relação com os diversos mediadores e aqueles que representa, os associados.

A vinda do senador aconteceu, o Projeto foi oficialmente lançado e a patrulha agrícola foi entregue na data de 22.02.2002, mas não há qualquer referência a este evento nas atas das assembléias futuras, evidenciando o que realmente importava: a concreta entrega das máquinas e implementos .

A Associação já havia recebido tratores anteriormente, inclusive aqueles dois primeiros tratores conseguidos através de projeto elaborado pela equipe técnica

da Cesp, com recursos da LBA. Como aqueles tratores comprados eram usados e, logo no primeiro ano de uso, apresentaram graves problemas de manutenção, vários associados ficaram com a impressão de que teriam sido trocados. Ou seja, associados que, desconhecendo a totalidade do processo que permitiu a aquisição daqueles tratores, acreditaram – e acreditam até hoje – que o Estado havia repassado tratores novos que, teriam sido trocados por tratores velhos os quais foram destinados para a Associação.

Estes depoimentos revelam vários e significativos conteúdos. Um é o da alienação de vários associados quanto ao que de fato acontece em sua associação. Bastante próximo deste conteúdo é o da desconfiança remetida aos colegas dirigentes, aos mediadores externos, aos representantes dos poderes constituídos. Outro ainda é um sentimento de baixa auto-estima expressando que “aqui pra gente só vem sucata”, o que já não serve para os outros, e afirmações do gênero, igualmente preocupantes, conteúdos que foram trabalhados intensamente na proposta de Intervenção para o Desenvolvimento Humano, como também já abordado.

O depoimento a seguir traz alguns destes conteúdos:

Estas máquinas, as patrulhas agrícolas vêm para o município, mas elas são direcionadas à agricultura. Inclusive tem uma história um tanto mal contada aí. Antes de entregar a primeira patrulha que veio pra Associação, a prefeitura ficou mais de ano trabalhando com os tratores e quando foi entregue já estava sucateada. A que nós recebemos agora, que foi na gestão 2001-2004, eles também quiseram fazer a mesma coisa. Ela foi passada imediatamente para nós porque nós ficamos acompanhando em cima todo o processo.

Tais afirmações, porém, não deixam de ter alguma procedência, quando um entrevistado revela uma situação que aconteceu recentemente, com uma das máquinas que não fora entregue junto com o restante da patrulha agrícola. Apesar das condições do adiamento da entrega terem sido acordadas pela associação e

prefeitura, a situação revela a fundamentação das desconfianças e preocupações por parte dos associados.

Inclusive nós temos o trator Ford 6600 que está apresentando problemas agora porque foi amaciado pela prefeitura com roçadeira<sup>62</sup>, fazendo serviço leve. Se ele tivesse sido amaciado num tombador, por exemplo, hoje ele não estaria dando problema não. O motor deste trator tá prestes a estourar e aí serão [necessários] uns R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pra consertar.

Na última assembléia do ano de 2002, ocasião em que o atual presidente se candidata com sua chapa a um novo biênio à frente da Associação, o mesmo resgata a situação em que se encontrava a Associação no início de 2001, comparando-a com o período de então e revelando os investimentos feitos, a venda de equipamentos e máquinas sucateadas, as reformas, a retirada do nome da Associação do SERASA; o resgate da saúde financeira da entidade; a aquisição de alguns implementos e móveis novos; a patrulha agrícola recebida; a forma de trabalhar em termos trabalhistas com tudo regularizado, destacando a importância do subsídio mensal recebido da prefeitura para este quadro atual, pois “se não fosse por ele não poderíamos nos manter desse jeito”.

---

<sup>62</sup> O entrevistado refere-se à necessidade do amaciamento do motor de um trator destinado a trabalho pesado ter que ser feito em condições de trabalho pesado, como aração de solo, por exemplo. Um trator amaciado fora dessas condições pode vir a apresentar problemas posteriores quando for submetido ao esforço deste tipo de trabalho.



Foto 14: Vista parcial de um dos tratores da Associação com roçadeira acoplada e de alguns dos diversos implementados em segundo plano, posicionados na lateral do barracão / depósito da organização. (Foto do autor, janeiro de 2004)

Em entrevista concedida em 07.07.2003, o presidente considerou que

A principal ação realizada na presente gestão foi conseguir junto ao poder público municipal um repasse de verba mensal, cujo valor permitiu a redução do valor cobrado pelos serviços de máquinas (hora-máquina) que a associação presta aos seus associados. Tal valor também possibilitou a reforma e colocação em atividade de toda a patrulha mecânica da associação. (Domingos Luis de Oliveira, presidente da Associação, entrevista realizada em 07/07/2003)

Depoimento que revela a grande articulação entre o recebimento das subvenções mensais da prefeitura e a realização de serviços aos associados através da patrulha agrícola.

E o presidente, sem a necessidade de leitura de qualquer documento, detalha a composição da patrulha agrícola da Associação.

A Associação possui hoje 5 tratores, três grades Rome, duas grades niveladoras hidráulicas, três tombadores, três roçadeiras, um subsolador, uma colhedeira de uma linha, duas plantadeiras, sendo uma de uma linha e outra de três linhas, um veículo utilitário (Ford Courier), um caminhão Ford Cargo<sup>63</sup>. (Domingos Luis de Oliveira, presidente da Associação, entrevista realizada em 07/07/2003)

Foram efetuadas doações de duas patrulhas agrícolas em dois momentos recentes, através dos deputados federais Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Vadão Gomes (PP-SP). Tais doações são destinadas à Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, para utilização pela Associação.

De acordo com o presidente, a entrega desta segunda patrulha ocorreu mesmo no período diurno do dia 22 de fevereiro, durante solenidade realizada na Sede da Associação, caracterizando-se como evento político. Esta patrulha foi a maior e o processo de sua destinação teve como origem um pedido formulado pelo deputado Vadão Gomes (PP).

Em 1998, uma patrulha agrícola, constituída de um trator, uma roçadeira, um sulcador, uma grade niveladora hidráulica foi recebida pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, através de um pedido de autoria do deputado Arlindo Chinaglia (PT). Quando esta patrulha foi recebida em Ilha Solteira, a prefeitura municipal estava sob administração de Sebastião de Paula, aliado do Deputado estadual Edson Gomes e irmão do deputado federal Vadão Gomes.

A patrulha, segundo relatos de inúmeros agricultores e dirigentes, foi entregue para a Associação como tendo sido conseguida através das gestões de Vadão Gomes e não de seu autor o deputado Arlindo Chinaglia. Este fato teve vários

---

<sup>63</sup> Um veículo Ford Fiesta também compõe esta patrulha recebida. No entanto, um acordo entre a Associação e o executivo municipal, resultou na sua destinação aos técnicos do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal sob a alegação de que tal veículo contribuiria para uma presença mais efetiva dos técnicos junto aos produtores.

desdobramentos, tendo como protagonistas os dois vereadores do PT ilhense, mediadores que foram neste pedido formulado pelo deputado Chinaglia.

De tal forma que, esta segunda patrulha recebida em fevereiro de 2002, é em grande medida fruto daquele episódio ligado ao recebimento da primeira em 1998, o que, em última instância foi um aspecto positivo para a Associação que, desta maneira, consolidou-se como uma Associação de Máquinas.

### **5.1.2 Valores Cobrados pelos Serviços (Hora-máquina)**

De modo a corroborar a importância da Associação como prestadora de serviços de máquinas e implementos a seus associados, reproduz-se neste tópico, a questão dos valores cobrados por tais serviços, comumente denominado de Valor Hora-Máquina, procurando mostrar como tais valores flutuam de acordo com a variação da liquidez em que a Associação se encontra.

A entrevista concedida pelo presidente da entidade, em 07 de julho de 2003, fornece uma síntese desta questão.

O valor cobrado do associado pelo serviço de hora-máquina era de R\$ 20,00 (no final de 1999, início de 2000) e a patrulha estava toda desfalcada, deteriorada, necessitando de manutenção e consertos. Com o recebimento do subsídio (leia-se subvenções<sup>64</sup>) este valor pode ser baixado para a metade, ou seja, R\$ 10,00. Hoje [julho de 2003] o valor é de R\$ 12,00 para o associado e de R\$ 35,00 para o particular, que é o que ajuda a viabilizar o valor mais baixo cobrado do associado. A procura de serviços por particulares é até razoável, inclusive por clientes como o FUNDECITRUS<sup>65</sup>. (D. L. O, julho / 2003)

Mesmo não tendo sido colocado de forma explícita pelo entrevistado, há também uma forma de subsídio ao associado no valor pago pelos não associados.

---

<sup>64</sup> Assunto que será tratado em detalhes nas páginas seguintes.

<sup>65</sup> Fundo de Defesa da Citricultura, entidade criada em 1977, inicialmente para combate do cancro cítrico nos pomares paulistas e que ampliou o seu leque de atuação.

O início da gestão 2001 / 2002, também coincide – como já mostrado – com o recebimento pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, das chamadas subvenções, através da Lei nº. 074/93, o PRÓ-RURISA.

Desta forma, a entrada de recursos financeiros, praticamente mensais, no caixa da organização e o acompanhamento pelos sócios da evolução destes recursos, através da adoção da leitura em todas as assembléias dos balancetes mensais, mostrando um saldo positivo nas contas da organização, faz com que, na assembléia de 15.07.2001, fosse solicitada pelos associados a redução dos valores da hora-máquina para a utilização dos diversos implementos. Foi definida, nesta ocasião, uma tabela com a seguinte especificação: roçadeira: R\$ 15,00; grade rome e tombador: R\$ 12,00, demais implementos: R\$ 10,00. Ou seja, aparentemente apenas com base no volume de recursos recebidos pela entidade como subvenções e não com embasamento em uma planilha de custos dos serviços, os associados reivindicaram um benefício que seguramente é legítimo mas, não necessariamente embasado em informações racionais, como custos<sup>66</sup>.

Da mesma maneira, na assembléia seguinte, realizada no dia 05.08.2001, a ata registra que é “comunicado [aos associados] sobre a redução do valor do serviço de debulha de feijão, ficando em R\$ 5,00 / saca até 5 sacas e acima desta quantidade para R\$ 2,50 / saca.” Observe-se que, desta vez, nem sequer houve uma solicitação para tal redução por parte dos associados e sim, conforme apurado junto à diretoria, ocorreu uma percepção de que tais custos poderiam ser reduzidos de modo a beneficiar os produtores.

Já por ocasião da assembléia final de 2001, quando a diretoria apresentou à assembléia de sócios um balanço comparativo entre a situação da Associação em janeiro do corrente ano, início da gestão desta diretoria e a situação em que a mesma se encontrava após um ano de mandato, foi apresentado também um “balancete sobre cada um dos tratores, revelando que somente o trator 985 – Valmet - apresentou resultado positivo”. A ata não permite saber o que exatamente isto

---

<sup>66</sup> São momentos como estes que apontam para necessidades de agentes externos, via consultoria ou o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, aproveitando os quadros e instalações de uma universidade pública como a UNESP.

significa, mas deixa indicações de que, diferentemente do que ocorrera em julho de 2001, nesta oportunidade apresenta-se aos sócios um indicativo de custos, elaborado com base na apresentação de receitas e despesas por máquina, o que ainda está longe de se configurar como uma planilha de custos.

Lembrando que a partir de março de 2002, com a chegada da patrulha agrícola, a Associação passou a contar com o caminhão, na assembléia de 09.06.2002, foi decidido sobre a alteração do valor do transporte cobrado para associados e não associados de R\$ 0,30 / km para 0,35 / km e de 0,60 / km para 0,70 / km, respectivamente. Também nesta mesma assembléia decidiu-se cobrar, do usuário dos serviços de transporte do caminhão, as tarifas de pedágio quando estas existirem no percurso utilizado para a realização destes serviços de carga ou frete. Ainda sobre os custos de transporte, na assembléia seguinte, realizada em 14.07.2002, deliberou-se pelo aumento do valor do frete do caminhão para uso de terceiros, não informando, contudo os novos valores.

A elaboração de balancetes, a prestação sistemática das contas e as decisões ligadas à alteração de valores dos serviços são alguns sinais da administração efetuada com base em critérios tanto de transparência administrativa como da gestão dos recursos com base em custos reais. São mudanças que não eram práticas comuns nas gestões anteriores, principalmente como ações sistemáticas, mensais. No entanto, não encontram por parte dos associados, a disposição para um acompanhamento freqüente, tanto no sentido de atuarem como parceiros, colaboradores de quem está no exercício da gestão social da entidade, como também na perspectiva de fiscalização, o que é um dever e um direito de qualquer associado.

Sem revelar os motivos ou justificativas – pelo que a ata revela - o presidente comenta, na assembléia de 10.11.2002, sobre o aumento das taxas de serviços de máquinas e de transporte, fazendo parecer que seja uma necessidade que está se colocando para a diretoria e ao mesmo tempo preparando os associados para tal aumento em seus custos.

Posteriormente, em conversa com os dirigentes, foi possível compreender que tal medida teve por objetivo preparar os agricultores quanto aos gastos que

estes deveriam efetuar, a partir daquele momento, com a utilização dos serviços de máquinas. Vale lembrar que novembro coincide com o momento em que as máquinas são mais requeridas e os serviços se acumulam, formando uma fila de atendimento por ordem de solicitação.

O aumento cogitado na assembléia de novembro de 2002, somente vem a se consumir na assembléia de 09 de fevereiro de 2003. E apenas em parte, quando o valor da hora-máquina cobrado de particulares sofreria um reajuste de 10%, passando de R\$ 30,00 para R\$ 33,00.

Os valores cobrados pelos serviços de transporte pelo caminhão da entidade, sofrem alteração a partir da assembléia de 06.04.2003, passando para R\$ 0,40 / km rodado para transporte de produtos, mudanças 0,70 / km para sócios, quando se tratar de carreto de mudanças<sup>67</sup>, o valor da hora-máquina de roçadeira passa de R\$ 33,00 para R\$ 35,00 para particulares.

Prosseguindo nesta tendência de reajuste dos valores cobrados pelos serviços, na assembléia de 11.05.2003, a assembléia decide sobre a alteração dos preços cobrados pela hora-máquina de trator: sócio R\$ 12,00, roçadeira: R\$ 15,00, caminhão: R\$ 0,40 para escoamento de produtos, R\$ 0,70 para outros fins; Trator e carreta: R\$ 12,00 + 3,00 /hora. Associados: R\$ 15,00 / lote; R\$ 20,00 roçadeira; não conveniado: R\$ 24,00 / lote; roçadeira: conveniados, não associados: R\$ 35,00 / hora trator, e R\$ 37,00 / hora, roçadeira, revelando que uma tabela com tais valores fora elaborada. Uma análise sobre o recebimento das subvenções, ou melhor, a frequência com que a mesma tem sido destinada, bem como sobre o volume de recursos repassados à Associação e, sobretudo, se houve interrupções nos repasses e / ou queda no montante destinado, podem ser muito úteis para a compreensão dos reajustes efetuados.

De fato, em meados de 2003, houve interrupção e diminuição dos valores repassados à Associação e, quase que, sintomaticamente, a necessidade de cobertura dos custos é repassada aos associados.

---

<sup>67</sup> Embora não seja possível precisar a frequência com que tais eventos de mudanças de familiares dos produtores para outros locais aconteçam, o fato é que não se trata de acontecimento raro, tanto que originou a taxação do serviço pela Associação. Verificar sua frequência seria algo revelador e indicativo de outras questões, como por exemplo, a dificuldade de reprodução social da família no limitado espaço do lote, considerando que há lotes com várias famílias residindo.

A ata da assembléia de 07.09.2003, revela que um controle de custos com os serviços de máquinas está sendo realizado pela diretoria – a partir das informações repassadas pelos motoristas e pelo consumo efetivamente praticado - uma vez que nesta ocasião é informado aos presentes que “a média de gasto diário por trator com óleo diesel é de 10 litros, o que leva a novos reajustes dos valores pagos pela hora-máquina: R\$ 15,00 (sócios), permanecendo os valores de R\$ 37,00 para particulares (roçadeira) e de R\$ 35,00 para os demais implementos para particulares, tendo sido tais reajustes aprovados por unanimidade.” Entre os clientes chamados particulares da Associação estão produtores rurais do próprio município e de municípios vizinhos, os microprodutores das rocinhas familiares, além de instituições como a Fundecitrus, já referida.

Um aspecto que, reiteradas vezes, pode ser observado nas atas das assembléias diz respeito à necessidade de identificação dos lotes por seus proprietários, sobretudo para facilitar o acesso aos mesmos pelos tratoristas da Associação por ocasião da prestação de serviços efetuados com máquinas e implementos diversos. O que pode ser constatado é que, como revela a ata da assembléia de 05.01.2003, as placas de identificação dos lotes foram confeccionadas e afixadas.

## **5.2 A Presença e Importância de Diversos Mediadores**

Como revela a leitura das atas das assembléias da Associação, já na assembléia do dia 04.01.2001, por ocasião da cerimônia de transmissão de cargos do então presidente Manoel Romão de Santana para a diretoria e conselho eleitos, observa-se a presença do prefeito municipal, do presidente da Câmara Municipal, de três vereadores da base de sustentação do governo municipal e com maior proximidade com a diretoria da Associação (Antonio Carlos da Silva, Cícero Aparecido da Silva e Itamar Vasconcelos), da psicóloga Maria Aparecida Pereira Pinto e do engenheiro agrônomo Francisco Sérgio de Lima, coordenador do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira.

Há uma coincidência entre o mandato desta nova diretoria da Associação com o mandato do novo prefeito eleito para o período de 2001 a 2004, assim como o dos integrantes do poder legislativo local. Merece destaque o expressivo contingente de eleitores presentes no Cinturão Verde, sobretudo considerando-se que a eleição realizada em 01.10.2000 em Ilha Solteira foi decidida por apenas 413 votos, cifra que corresponde a cerca de 3 % do total de eleitores do município.

Ou seja, o Cinturão Verde foi também importante para o alcance deste resultado e a própria presença do prefeito eleito e de expressiva representação dos vereadores de sua base política são sintomáticos de uma aliança, mesmo que velada, de interesses e de vontades que reforçam o papel destes atores públicos como importantes mediadores da Associação e de seus projetos.

Da mesma forma, a presença de técnicos que diretamente, como no caso do engenheiro agrônomo Francisco Sérgio de Lima, há mais de 10 anos integrante da equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal responsável pelo acompanhamento e apoio ao Cinturão Verde, bem como da psicóloga M. A. Pinto, colaboradora da comunidade de agricultores do Cinturão Verde em projetos de desenvolvimento humano na linha psicodramatista<sup>68</sup>, são exemplos concretos da importância dos agentes técnicos e sociais como mediadores externos – junto a este território específico.

Uma das bandeiras ou propostas do programa de governo dessa nova administração municipal, composta pela coligação dos partidos PMDB, PPS, PSDB e PT, foi a implantação do Orçamento Participativo, pressupondo a escolha de representantes dos mais diversos segmentos e setores da sociedade local.

Com o propósito de informar sobre este processo e de desencadear um processo de definição de representantes, os vereadores Antonio Carlos da Silva (PT), Ademir Zagato (PSDB), o vice-prefeito Zailton Pescarolli (PT) - responsável pela coordenação do Orçamento Participativo – e o próprio prefeito Dílson César M. Jacobucci, estiveram no barracão da Associação no dia 25.03.2001. Na oportunidade, o vice-prefeito apontou o aumento do percentual destinado à

---

<sup>68</sup> Vertente da psicologia que trabalha com psicodrama, elaboração de sociogramas e com dinâmicas de grupo com o objetivo de captar as dinâmicas de comunicação interpessoal, a existência de conflitos e as interações entre os integrantes de grupos.

agricultura no orçamento do ano de 2002, aliás, o primeiro a ser elaborado pela atual administração municipal.

O prefeito Dílson César, além de relatar a situação em que encontrou a prefeitura, reforçou seu compromisso em aumentar a dotação de recursos à agricultura e ao Projeto Cinturão Verde, abordando também a questão da titulação das terras que já estaria sendo providenciada para que os agricultores do Cinturão Verde possam alcançar uma antiga aspiração, que é a obtenção das escrituras definitivas de seus lotes.

Apesar de pertencer a outro partido e compor a base política do ex-prefeito e atual deputado estadual Edson Gomes, o então presidente da Câmara, vereador João de Oliveira Machado (PPB) tem na agricultura uma de suas plataformas de ação. Presente à assembléia da Associação, realizada no dia 15.07.2001, convidou os associados presentes e demais agricultores interessados, a participar de uma palestra sobre cultivo de espécies frutíferas para produção de polpa, que ocorrerá no mês de julho na Câmara Municipal de Ilha Solteira. Na verdade, tratava-se de uma palestra a ser ministrada pelo proprietário e técnicos da ASADA Empreendimentos Agroindustriais, de Mirandópolis, interessada na expansão da cultura do caju na região.

Em outra ocasião, na assembléia de 02.09.2001, o mesmo presidente da Câmara, atuou como mediador junto aos agricultores interessados em adquirirem uma linha telefônica, informando-os que para a obtenção de tal serviço, deveriam dirigir-se aos Correios e preencher um formulário próprio para isto.

Na assembléia da Associação realizada no dia 07.10.2001, dois dos três vereadores petistas falaram aos associados presentes sobre o andamento do processo do Orçamento Participativo, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e de modo especial, sobre a Lei no. 74/93, conhecida como PRÓ-RURISA, que permite à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, o recebimento de subvenções.

Segundo depoimentos colhidos junto a agricultores que participaram desta assembléia, o desconhecimento desta lei era compartilhado pela maioria. E apesar da referência a esse assunto, o Pró-Rurisa, quando interpelados sobre o que seria, a

quase totalidade não soube dizer o que seria. Interrogando os mesmos sobre a existência de uma lei que “permitiria à Prefeitura repassar recursos à Associação”, vários sabiam que existiam tal lei. Ou seja, estes depoimentos reiteram e confirmam a hipótese de que apenas os mais afetos às lides cotidianas da Associação estão familiarizados com os procedimentos, argumentos, mecanismos burocráticos e conhecimentos de mecanismos legais, como a referida lei. O que, por sua vez, é revelador da concentração do poder decisório, nas Associações e Sindicatos, em uma pequena parcela de seus quadros, haja vista a continuidade, às vezes de forma vitalícia, de vários dirigentes destas agremiações.

Interessante ressaltar que tal instrumento, embora implantado desde junho de 1993, pelo então prefeito Edson Gomes, não vinha sendo aplicado e o resgate deste instrumento legal pela atual diretoria nesta gestão municipal faz destes atores públicos mediadores essenciais para a consecução dos objetivos da Associação.

Por força do que estabelecem a Constituição de República, a Constituição do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica Municipal, Ilha Solteira tem constituído o seu Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o atual presidente da Associação tem acesso às suas reuniões. No entanto, não foi possível ainda captar e apreender a importância deste colegiado para com as aspirações e demandas da agricultura familiar presente no projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. Não há registro nas atas das assembléias de assuntos ou temas abordados que sejam do interesse da Associação.

Entendendo o papel dos mediadores como catalisadores de processos sociais e econômicos, como facilitadores das ações e atividades diversas, tanto técnicas como culturais e outras, o processo de participação no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, também presente no município, através do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal e sua parceria / convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo / Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (SAA/CATI), revela a importância dessa interlocução. Aliás, este programa, na medida em que prevê ações e benefícios que podem chegar a mais de R\$ 61.000,00 (em valores de julho de 2003), para as associações constituídas e organizadas em atividades de conservação dos recursos naturais, capacitação e uso

adequado de tecnologia, é um mediador privilegiado no que diz respeito ao alcance dos objetivos almejados pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. Na assembléia da Associação, realizada no dia 09.06.2002, foi indicado um associado como representante da mesma junto ao Programa em desenvolvimento na Microbacia do Bairro Cinturão Verde de Ilha Solteira.

Em várias oportunidades, ao longo da existência do Projeto Cinturão Verde, a participação da UNESP, campus de Ilha Solteira, tem se verificado, seja através de atividades pontuais de docentes e de alunos, em projetos de pesquisa, de extensão ou de estágio de caráter formal e informal. Um exemplo é o já citado DRP e outro, mencionado nos documentos da equipe técnica da Cesp, foi o desenvolvido como estágio extracurricular no ano de 1987, sob a coordenação deste autor<sup>69</sup>.

A ata da assembléia de 14.07.2002 revela a presença de alunos, envolvidos em um projeto de extensão, com o propósito de fornecerem orientação aos produtores sobre que culturas produzirem, de acordo com as épocas do ano.

Os alunos retornam na assembléia de 17.08.2003 e apresentam um projeto de extensão<sup>70</sup>, que prevê a edição e distribuição de um boletim informativo mensal sobre a agricultura em geral e a agricultura familiar, em particular. Também na assembléia de 05.10.2003, os alunos e a docente comparecem, distribuem o Informativo, falam da agricultura familiar e sua importância social e econômica. O mesmo acontece na assembléia de 07.12.2003, com a distribuição de exemplares do informativo e a preleção pelos alunos de um tema de interesse da comunidade local, em linguagem simples e clara, preocupação do próprio projeto de extensão.

As assembléias da Associação também constituem momentos de propiciar informação e capacitação sobre assuntos diversos. Na assembléia realizada em 09.02.2003, a representante local do Banco do Povo fez uma breve exposição sobre o funcionamento desta instituição de microcrédito, seus requisitos e condições,

---

<sup>69</sup> ARAUJO, C. A. M. Relatório do Projeto “Assistência Técnica e Extensão Rural no Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e no Projeto de Reassentamento Populacional de Selvíria”, referente ao período de julho a setembro de 1988. Ilha Solteira, 1988, 21p.

<sup>70</sup> Sob orientação da docente Silvia Maria Almeida Lima Costa.

caracterizando-se como mais uma instituição mediadora na consecução de objetivos buscados pelos associados. E, por outro lado, a própria associação também, neste caso se revela como instituição de mediação entre os interesses dos associados e a instituição creditícia.

Nesta mesma perspectiva, na assembléia realizada no domingo, dia 09.11.2003, professores e professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Aparecida Benedita B. Silva” fazem uma breve exposição sobre o Projeto “Analfabetismo Zero”, convidando todos os interessados e interessadas a participarem das aulas, a partir de fevereiro de 2004. As aulas seriam ministradas no período noturno, no Barracão da Sede da Associação e é possível que seja oferecido transporte coletivo para as aulas, além de uma merenda no local. Durante a realização do trabalho de campo junto aos agricultores do Cinturão Verde, por várias vezes foi possível constatar pessoas idosas, de ambos os sexos, dispostas a participar das aulas deste programa.

Também nesta data, 09.02.2003, o presidente apresenta o técnico do Programa SAI - Sistemas Agroindustriais Integrados / SEBRAE<sup>71</sup>, José Reinaldo que vai permanecer toda terça e quinta-feira na Casa da Agricultura / CATI para prestar orientações e esclarecer dúvidas diversas, o qual comprometeu-se a marcar uma reunião com os produtores para tratar especificamente das ações e propostas do Programa.

A exemplo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, da UNESP, o SAI / SEBRAE, além de instituição mediadora, representa mais um componente de um rol de instituições, programas, que podem contribuir para as transformações buscadas pela Associação dos Pequenos Agricultores do Cinturão Verde de Ilha Solteira.

### **5.3 A Relação entre a Associação e a Prefeitura Municipal de Ilha Solteira**

O poder público, como já apontado no tópico sobre os mediadores da associação, é um dos principais interlocutores, parceiros e agentes de

---

<sup>71</sup> Sistema Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa.

desenvolvimento presentes na relação com a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. Pela proximidade desta relação, caracterizando-se, na maior parte das vezes, como uma relação de dependência da Associação para com o poder público, torna-se a compreensão da mesma crucial no presente trabalho.

Da análise da atas, sobretudo do período mais recente, que corresponde à gestão de Domingos à frente da organização por dois mandatos consecutivos, foi possível extrair diversos excertos em que tal relação se manifesta. Esta relação também pode ser apreendida pela análise dos inúmeros ofícios trocados entre a associação e a prefeitura municipal, bem como pela análise das atas da diretoria em que os assuntos tratados entre ambas as instituições figuram.

Na assembléia de 22.04.2001, o presidente relatou aos associados presentes os termos do ofício do prefeito, no qual manifesta a disposição da Prefeitura Municipal em reformar as sedes das diversas entidades do município. É efetuada, na assembléia de 20.05.2001, a leitura do termo de isenção do IPTU<sup>72</sup> aos moradores do Cinturão Verde, assim como é anunciada a possibilidade de aquisição de esterco de curral pelos produtores através da Prefeitura.

Ligado a esta questão de enquadramento como urbano-rural, o presidente informa aos associados, na assembléia de 15.07.2001, a respeito da consulta feita ao prefeito municipal a respeito da não cobrança de taxa de projeto para construção civil, à qual o chefe do executivo respondeu informando que, como o Cinturão Verde é enquadrado como área urbana, toda construção deverá ter projeto necessariamente assinado por engenheiro civil.

A prefeitura, conforme já apontado linhas atrás, havia se comprometido a efetuar reformas nas entidades sociais do município, entre elas a sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. Para tanto efetuou uma licitação orçada em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) suficientes para a reforma das instalações da cozinha, escritório, banheiros, sala de reuniões, sala do técnico, enfim toda a área fechada do Barracão, como é conhecida a sede da entidade.

---

<sup>72</sup> O Cinturão Verde está inserido na área urbano-rural do município, daí a incidência deste imposto na área, conforme demonstra o mapa do município localizado à página 81.

Também nesta mesma ocasião o presidente informa os associados presentes sobre a definição de transporte coletivo para o Cinturão Verde e a instalação de um ramal de telefone exclusivo para a Associação, uma vez que até então o mesmo era compartilhado com a Unidade de Captação e Recalque de Água, localizada ao lado da sede da Associação.

O presidente fez constar, na ata da assembléia de 07.10.2001, sua intenção de solicitar a compra de um tanque pipa pela prefeitura municipal para atendimento das necessidades da comunidade do Cinturão Verde. Apesar da ata não especificar, é compreensível a finalidade da requisição pelo fato da falta de água nos lotes ser um problema antigo e persistente, bem como pela possibilidade concreta que tem a Associação, com seus tratores, de fazer chegar água aos lotes com maior autonomia e independência deste serviço prestado pela própria Prefeitura, desde que venha a ter o tal tanque pipa. Registre-se também neste episódio, o comportamento da diretoria em ter na Prefeitura uma solucionadora de diversos de seus problemas, e não uma atitude protagonista e empreendedora com relação a questões que ela talvez pudesse resolver.

O presidente relatou aos associados os assuntos discutidos em reunião com o prefeito municipal, na qual, entre outros assuntos, cobrou do chefe do executivo local, providências para a melhoria das condições das estradas rurais que dão acesso aos lotes.

O interessante da análise das atas é perceber a recorrência de certos assuntos, permitindo verificar os assuntos ou problemas que continuam pendentes e aqueles que vão sendo sanados ou resolvidos. A questão da necessidade de conservação das estradas já havia sido assunto registrado em ata desde a assembléia de fevereiro do mesmo ano e, decorridos seis meses daquele momento, nenhuma providência havia sido desencadeada pelo executivo municipal. Ainda nesta assembléia, o presidente relatou a oficialização ao prefeito do pedido de um tanque pipa, assunto abordado como intenção na assembléia de outubro de 2001.

A prefeitura municipal, atendendo solicitação da Associação, passa a oferecer os serviços de um guarda-noturno na sede nos finais de semana, conforme comunicou à comunidade o presidente, na assembléia de 01.02.2002. Percebe-se,

neste exemplo, que uma empresa autônoma, contrataria os serviços de um profissional de segurança. O recurso à prefeitura para a solução deste problema está embasado, segundo argumentos da diretoria, de que outras entidades da cidade receberiam tais serviços, o que se caracterizaria como um pretexto para a solicitação. Mas, não descarta a atitude ou o paradigma clientelista, paternalista nesta relação associação – prefeitura.

Na assembléia realizada em 10.03.2002, como se verá mais à frente, momento imediatamente posterior à chegada da patrulha agrícola na Associação, o presidente anunciou aos presentes, que teve oportunidade de efetuar uma volta pelo Cinturão Verde em companhia do prefeito municipal, com a finalidade de mostrar ao chefe do executivo as condições das estradas que dão acesso aos lotes e de reforçar a importância da patrulha para os produtores, associados ou não.

Nesta oportunidade o presidente comunicou os associados presentes que “a Associação vem prestando serviços de máquinas à Prefeitura Municipal com a promessa de que o repasse de recursos aumente e assegurou que tal fato não afetará o atendimento dos associados”.

O que chama a atenção é o fato de, nesta relação entre a prefeitura e a associação, um acordo entre as partes ter sido feito, no sentido de possibilitar que a prefeitura também possa utilizar os serviços da patrulha agrícola da Associação. Nesta relação entre a Associação e a Prefeitura, a patrulha agrícola, pelo menos nesta ocasião, atua como objeto de barganha. Na tentativa de averiguar em que medida esta troca de favores comprometem o atendimento aos sócios e as prioridades da Associação, talvez o ideal seria efetuar uma enquete com todos os associados e terceiros. O que foi realizado, uma coleta de depoimentos, demonstra que opiniões a este respeito variam em função da proximidade que têm os entrevistados com relação à diretoria e à própria Associação. Alguns entendem como forma necessária para assegurar os recursos (subvenções), ao passo que outros a tomam como prejudiciais à entidade.

As informações colhidas com alguns dos entrevistados dão conta de que isto de fato ocorre, mas que não chega a comprometer os associados. No entanto, este é um problema ainda persistente e inquietante, que remete para a questão da

própria forma como a patrulha agrícola foi obtida. Uma investigação mais profunda dessa questão aponta para a necessidade de compreensão dos trâmites legais que possibilitaram a vinda das máquinas e equipamentos para a Associação, tendo como interveniente legal, a Prefeitura Municipal de Ilha Solteira.

Não escapa à análise, a percepção de que há uma troca de favores entre associação e prefeitura, tendo como instrumentos a concessão das subvenções mensais e a própria patrulha agrícola. Sem dúvida, é uma relação de poder a que se verifica nesta situação e, do ponto de vista deste trabalho, interessa compreendê-la como possível fonte de conflitos que afetem a atuação e os objetivos da própria Associação.

Já se aproximando o final do ano de 2002, mais precisamente na assembléia de 10.11.2002, que coincide também com o final do mandato da diretoria – cujas eleições ocorrerão em dezembro – o presidente relata os assuntos tratados com o prefeito municipal em reunião realizada no dia 06 de novembro. Disse que foi discutido e deliberado sobre a permanência do técnico agrícola prestando orientação na sede da entidade. A propósito existe na sede uma sala destinada a este serviço de atendimento dos associados, denominada “Sala do Técnico”. Também foi tratado sobre a questão do ramal do telefone que, apesar de já deliberado, desde agosto de 2001, ainda não fora implantado decorridos mais de 15 meses.

Foi relatado pelo presidente, na assembléia de 09.03.2003, sobre o péssimo estado de conservação das estradas internas do projeto e que já foi encaminhado pedido de recuperação das mesmas ao responsável pelo setor de obras da prefeitura, Sr. Flávio Rocha, o qual prometeu a realização do mesmo nos meses de junho e julho daquele ano.

Nesta assembléia falou-se também da coleta seletiva de lixo, que já implantada na cidade com coleta semanal por um caminhão próprio para a finalidade, também será feita nos lotes do Cinturão Verde, desde que haja interesse e colaboração por parte dos produtores. Seria interessante investigar em que medida, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, presente no Cinturão Verde e também os projetos de extensão da UNESP, Campus de Ilha Solteira, têm contribuído para reforçar a própria necessidade e implantação da coleta seletiva no

Cinturão Verde. Outro dado a questionar mais diretamente com os integrantes da equipe técnica do Setor Agropastoril, no que respeita à assistência técnica e extensão rural, é a elaboração pelos próprios produtores - e talvez com a mediação da Associação – de composto orgânico que, por várias razões, seria extremamente útil e interessante. A começar pela possibilidade de aquisição, a custos bem reduzidos, de um importante insumo necessário para recuperação da fertilidade dos solos, passando pela questão do uso racional e reaproveitamento de resíduos orgânicos e com as implicações ambientais daí decorrentes. Ainda mais porque, conforme registrado na ata da assembléia de 05.10.2003, “sobre a coleta seletiva foi constatado que muita gente está enviando material orgânico junto, ou seja, não fazendo a correta separação deste lixo.”

Também a última assembléia de 2003, realizada em 20.12.2003 refere-se a este tema, manifestando sua “preocupação com o destino do lixo e o meio ambiente, [pois] os danos ambientais estão aumentando e podem ser vistos em vários lotes problemas como assoreamento de córregos, desmatamento, destino inadequado do lixo, erosão do solo, etc”.

Ainda nesta assembléia, o presidente comunicou a intenção da diretoria em adquirir um pulverizador, “mas isto no momento não é possível, pois o custo do implemento novo é de R\$ 12.000,00”. Afirmou, também, que tentaria, junto com o técnico agrícola Robson Dourado, conseguir a doação de um pulverizador da prefeitura que estaria ocioso. Mesmo não havendo, informações nas atas futuras, se tal intento foi concretizado, o que chama a atenção é a prefeitura ser, mais uma vez, procurada como possível solucionadora de mais esta questão.

O presidente comunicou aos presentes, na assembléia de 17.08.2003, a intenção da prefeitura municipal em instalar telefones públicos em alguns pontos do Cinturão Verde, como um benefício há tempos demandado pela população local, aspecto que mostra a resposta do executivo a uma, entre várias outras, demandas do Cinturão Verde, através da Associação. Apesar dos esforços envidados e do ofício do prefeito, na assembléia de outubro, realizada no dia 05.10.2003, o presidente comunicou a todos o teor do ofício recebido da prefeitura no qual a

Telefónica informa que o Cinturão Verde não se enquadra nas condições da empresa, para instalação dos telefones públicos.

Ainda nesta mesma assembléia, o presidente se pronunciou relatando os “benefícios que a prefeitura tem propiciado ao Cinturão Verde, tais como: instalação de um telefone público (orelhão) na sede; melhoramento da energia elétrica, com destaque para a questão das escrituras definitivas dos lotes, que estavam ‘há tanto tempo enroladas’ entre outros.”

Relevante nesta ata é a referência à questão das escrituras definitivas dos lotes, uma antiga aspiração dos produtores. Aliás, esta é ao mesmo tempo uma questão preocupante porque pode levar à venda dos lotes pelos seus proprietários, ainda mais daqueles situados mais próximos à avenida Atlântica, mais conhecida como perimetral, dada a pressão imobiliária dos moradores de Ilha Solteira.

#### **5.4 O Repasse de Subvenções da Prefeitura à Associação: uma questão crucial**

Pode-se afirmar, que este é um dos temas centrais da análise do papel da associação e de seu desempenho como articuladora e mediadora dos diversos serviços que presta aos associados. A importância dos valores recebidos pela Associação, através do mecanismo legal que torna isto possível, é um dos mais fortes – senão o mais expressivo – pilar de sustentação financeira da organização.

Neste tópico pretende-se evidenciar tal importância e os desdobramentos diversos que o mesmo acaba desencadeando na entidade. Imediatamente após sua posse para a direção da Associação, na assembléia de 11.02.2001, o tema das subvenções outorgadas pela Prefeitura Municipal, entra em pauta com o presidente afirmando que “o valor do repasse de verba da prefeitura para a Associação só não foi maior porque não estava previsto no orçamento anterior”.

O volume de recursos recebidos pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde, pela Prefeitura Municipal de Ilha Solteira ao longo dos quatro anos da na gestão do prefeito Dílson César – período 2001 a 2004 – pode ser visualizado a partir da tabela 4.

**Tabela 5: Subvenções Recebidas da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira no Período de 2001 a 2004**

<b>DATA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
01/02/2001	5.000,00
06/03/2001	5.000,00
09/05/2001	3.000,00
12/06/2001	3.500,00
07/08/2001	3.500,00
02/10/2001	2.000,00
16/11/2001	2.500,00
28/12/2001	2.320,00
<b>Sub-total 2001</b>	<b>26.820,00</b>
28/02/2002	5.000,00
28/03/2002	4.250,00
10/05/2002	6.000,00
12/07/2002	5.750,00
20/08/2002	6.000,00
24/09/2002	4.500,00
11/10/2002	6.000,00
29/10/2002	6.000,00
<b>Sub-total 2002</b>	<b>43.500,00</b>
17/;01/2003	6.500,00
20/02/2003	12.000,00
16/04/2003	4.500,00
16/04/2003	1.934,00
15/072003	5.500,00
29/08/2003	4.000,00
17/10/2003	4.000,00
17/102003	4.000,00
22/12/2003	2.800,00
<b>Sub-total 2003</b>	<b>45.234,00</b>
24/01/2004	2.800,00
26/03/2004	8.409,00
14/05/2004	4.000,00
07/07/2004	3.500,00
26/07/2004	2.000,00
24/08/2004	3.000,00
16/09/2004	3.000,00
10/11/2004	3.000,00
08/12/2004	4.000,00
08/12/2004	4.000,00
<b>Sub-total 2004</b>	<b>37.709,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>153.263,00</b>

Fonte: Arquivos da Secretaria da APAPCVIS, adaptado pelo autor.

O total de recursos recebidos pela Associação através do repasse das subvenções totalizou R\$ 153.263,00 durante os quatro anos da gestão 2001-2004, o que corresponde a uma média de R\$ 3.192,98 ao mês. Pode-se perceber que não houve uma regularidade mensal no repasse dos recursos<sup>73</sup>, de tal forma que em alguns momentos são efetuados repasses, na mesma data, de duas importâncias. As explicações fornecidas revelam que se referem a momentos em que houve interrupção no repasse, sendo efetuados dois decretos distintos pelo chefe do executivo municipal emitidos na mesma data. Também é possível constatar que houve uma diminuição no volume de recursos repassados à Associação em 2004.

Além destes valores, a Prefeitura Municipal repassou ainda à APAPCVIS, um valor de R\$ 3.180,00, proveniente ao COMASIS. Este valor se refere a três parcelas de R\$ 1.060,00, devidas pela prefeitura municipal (gestão 1997 a 2000), através daquele conselho pelos serviços do trabalho “Intervenção em desenvolvimento humano”, concluído em dezembro de 2000. Segundo informações colhidas junto à tesouraria da Associação, tal valor foi totalmente repassado à psicóloga Cristina Zampieri, responsável pela condução do trabalho.

As informações sobre valores e custos dos investimentos, aplicações, destinos dados aos recursos são muito vagos nas Atas, como se pode perceber através das informações constantes na ata da assembléia de 25.03.2001, que registra que “com o valor repassado pela prefeitura em fevereiro a Associação pode consertar os tratores 985, 275 e Ford” e que “com este subsídio também foi possível acertar as contas dos funcionários não registrados.”

O tema das subvenções volta à pauta da assembléia realizada no dia 20.05.2001, em que é lida pelo presidente a íntegra da Lei 074/93 que criou o Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural de Ilha Solteira - PRO-RURISA, que, entre outras medidas, prevê a destinação de recursos à Associação.

A ata da assembléia de 15.07.2001 não registra se houve por parte dos associados, uma cobrança quanto a informações sobre os destinos dados às subvenções recebidas, mas a mesma registra que nesta assembléia foram “apresentadas todas as prestações de contas, desde o início desta gestão para que

---

<sup>73</sup> Em 2001, foram efetuados 8 repasses, em 2002, 8 repasses, em 2003, 9 repasses e em 2004, 10 transferências de recursos à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

todos pudessem ver e examiná-las, sobretudo para que pudessem verificar a destinação das subvenções recebidas da prefeitura”. Da mesma forma, a própria ata também não apresenta um resumo ou síntese dos valores, o que seria muito útil e perfeitamente cabível de registro.

Como se pode apreender da leitura da lei que criou o PRÓ-RURISA, “fornecer mudas e sementes para a melhoria da produção agrícola” levada a cabo pelos pequenos e médios produtores rurais do município é um de seus objetivos e finalidades, como expressa o inciso III, do artigo 4º desta lei.

Na assembléia de 07.10.2001, o presidente comunica aos presentes a deliberação da Prefeitura de efetuar o “repasso de verba para a compra das mudas de caju, lembrando que os associados inadimplentes não poderão usufruir deste benefício.” Nesta assembléia compareceram os vereadores petistas Antonio Carlos da Silva e Cícero A. Silva, falando aos presentes sobre o andamento do Orçamento Participativo, sobre a Lei de responsabilidade Fiscal e ainda para apresentação da Lei no. 074/93 (PRO RURISA), que trata das subvenções repassadas à Associação.

Na assembléia de 07.04.2002, o repasse de verbas foi tema de pauta, inclusive tendo o presidente se referido ao instrumento legal que propicia tais subvenções.

Ao apresentar para os associados presentes, na assembléia de 10.11.2002, o demonstrativo / balancete do mês de outubro, o presidente aproveitou para efetuar pedido de aumento da verba destinada à Associação. Como a ata não revela os números deste balanço, não é possível apreender as razões da solicitação efetuada pelo presidente de aumento do volume de recursos transferidos à Associação.

A este mesmo tema, o presidente retorna na assembléia de 05.01.2003<sup>74</sup>, “falando da necessidade de aumentar a subvenção da prefeitura, com o que pretende construir um lavador com rampa , uma garagem (leia-se: almoxarifado) para guardar os implementos e tratores e para a aquisição de acessórios de cozinha e banheiros”.

---

<sup>74</sup> A diretoria, com algumas modificações de cargos, sob a presidência de Domingos Luis de Oliveira, entra em seu segundo mandato, aparentemente num processo natural de recondução em que não houve chapa concorrente e com expressiva votação.

Na assembléia realizada no dia 06.04.2003, “o presidente comunicou a intenção da diretoria em adquirir um pulverizador, mas isto no momento não é possível pois o custo do implemento novo é de R\$ 12.000,00. Afirmou que vai tentar junto, com o técnico agrícola Robson Dourado, conseguir (a doação de) um da prefeitura que estaria ocioso, e disponível no pátio da mesma”.

Em assembléia do dia 08.06.2003, durante a discussão da necessidade dos associados acertarem suas dívidas para com a Associação, o presidente informou que houve uma redução em 20 % no valor repassado pela prefeitura para todas as entidades do município e que este valor está fazendo falta no caixa da Associação.

Conforme informam os diretores Domingos e Eva, em entrevista concedida aos 07.07.2003, com a redução da arrecadação do ICMS no primeiro semestre de 2003, decorrente por sua vez, da queda da atividade econômica como um todo neste período, a Associação está desde março sem receber o repasse das subvenções pelo poder público municipal, valor este que lhe estava permitindo subsidiar atividades como a redução do custo da hora de serviço de máquinas e implementos e também efetuar a aquisição de insumos necessários aos produtores e recebendo destes sem cobrança de juros em até três vezes.

O repasse das subvenções da prefeitura é decorrente da já citada Lei 074/1993. Apesar de sua existência há tanto tempo, ela não estava sendo aplicada e somente a partir da gestão do atual prefeito municipal ela começou a se efetivamente praticada. O subsídio é orçado anualmente na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – que neste ano de 2003 foi de R\$ 42.000,00 para todo o ano. A liberação vai ocorrendo de acordo com a solicitação da Associação, mas há três meses não está sendo repassada. Pode se dizer, sem sombra de dúvidas, que se ela está sendo executada hoje deve-se ao trabalho da atual diretoria que procurou saber sobre a existência de mecanismos desta natureza junto à Câmara e Prefeitura. E, de modo particular, a visita a outras associações da própria região, notadamente de Castilho que tem mecanismo semelhante e em execução há já algum tempo.

Em virtude desta interrupção no repasse deste auxílio, o presidente revela uma séria preocupação com a possibilidade de perda definitiva do mesmo hoje concedido pela prefeitura, e além da idéia de arrendamento de uma área para produção de milho, não tem outras opções ou idéias de como poderá aumentar as receitas da Associação.

Na penúltima assembléia realizada em 2003, mais precisamente aos 07.12.2003, foi efetuada a leitura do demonstrativo de novembro e o presidente comentou as dificuldades que a Associação estaria enfrentando.

Nesta mesma assembléia, o vereador Itamar Vasconcelos, um dos mediadores do poder legislativo local mais freqüentes às assembléias da Associação, teceu comentários sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 e, em especial, sobre as subvenções para 2004.



Foto 15: Vista aérea das instalações da sede da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora na redação deste trabalho não se tenha adotado a estratégia de ligar a apresentação dos resultados à teoria que a sustenta, pretendeu-se aplicar, em parte, o modelo preconizado pelos autores Berthome e Mercoiret (1999), analisando a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira a partir de sua inserção e implicações na sociedade local e, mais do que isto, no que diz respeito às diversas mudanças que aconteceram com a mesma, ao longo de seus quase 18 anos de existência. Esta perspectiva de análise permitiu selecionar alguns dentre vários aspectos observados na situação empírica analisada.

A ordem em que foram expostos estes aspectos é puramente um recurso formal de apresentação, dado que ocorrem de forma imbricada à realidade, no processo temporal de seu desenvolvimento.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira esteve, desde o seu princípio, ligada à existência de mediadores externos. Seu surgimento não é fruto de um processo autônomo dos assentados, os quais, aliás, pela própria natureza do processo de seleção e, por conseguinte, da não existência prévia de uma organização dos futuros assentados ou qualquer forma de luta pela terra propriamente dita, chegam ao novo território com um mínimo de coesão social, de convivência enquanto grupo e de perspectiva coletiva para seu desenvolvimento.

Neste sentido, a Cesp, através de sua equipe técnica, formaliza o primeiro conjunto de mediadores, cujo trabalho será canalizado para a criação de uma organização formal. Para dar conta de tal missão, a empresa se vale da agregação à equipe de técnicos em ciências agrárias, de profissionais da área do serviço social, devidamente preparadas *ad hoc*.

Há, neste processo, um amadurecimento do grupo de assentados como um todo, e a gestação de novos grupos no seio do Projeto, como os de mulheres e o

grupo de jovens, com diferentes graus de mobilização. O conflito entre o tempo da comunidade e o tempo estabelecido pelos cronogramas burocráticos, em parte, se torna evidente pela citada ansiedade do pessoal da coordenação dos projetos da Cesp, ávidos por resultados concretos e tendo como meta a emancipação do Cinturão Verde e a postura mais pedagógica da equipe técnica responsável pela organização interna do Projeto.

Como indicador marcante dessa dependência externa, cita-se, também, a postura pessoal da assistente social – contraditoriamente, a figura que mais lutou pela organização “a seu tempo” dos assentados, mas também portadora de um comportamento de tutela frente aos seus “assistidos”.

A partir do momento em que a Cesp vai diminuindo sua presença junto ao assentamento e aos agricultores, o poder público municipal, através da Prefeitura, vai assumindo a função de instituição mediadora, vale dizer, solucionadora de problemas de diversas naturezas. Esta mudança acompanha as vicissitudes que estão acontecendo na sociedade local, através da emancipação político-administrativa de Ilha Solteira e sua transformação em município autônomo.

O poder público municipal cria um serviço voltado ao desenvolvimento de seu setor agropecuário, constituindo uma equipe técnica – que tem, entre suas atribuições, a tarefa de orientar, acompanhar, assistir a comunidade do Cinturão Verde – e cria mecanismos legais que habilitam a Associação a receber recursos do poder público, na condição de entidade de utilidade pública municipal.

A existência dos mecanismos apontados acima, não impede que a Associação passe por períodos de crises e dificuldades diversas, num período sucessivo de três gestões, que têm como principal resultado o enfraquecimento das relações interpessoais, dando lugar ao afloramento de manifestações de desconfiança, baixa participação e comprometimento por parte dos associados, motivados por dificuldades e problemas na gestão social do patrimônio coletivo.

Duas experiências, ocorridas a partir de 1998, demarcam um período de transição na Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira: o chamado “trabalho da Tina”, uma intervenção de caráter psico-social, e o Diagnóstico Rural Participativo.

A viabilização destes trabalhos foi fruto da ação de mediação externa da equipe técnica do Setor Agropastoril da Prefeitura Municipal, dos integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social do município, dos profissionais envolvidos naqueles trabalhos, sempre a partir da busca de superação daquele *status quo* vivenciado, por todos estes atores e pela diretoria naquele momento à frente da entidade.

Há, a partir destas iniciativas, uma mudança na forma de gestão da entidade, com a incorporação de mulheres e jovens na diretoria e adoção de uma forma de gestão qualitativamente distinta em vários sentidos: do aumento da participação dos associados nas assembleias, da adoção de procedimentos de gestão com maior controle – muitas vezes inexistente em momentos anteriores – com acompanhamento da situação financeira da entidade de forma regular e permanente por escritório de contabilidade.

Tais mudanças se acentuam no período de 2001 a 2004, quando a organização passa a contar, de maneira mais assídua e sistemática, com os recursos do poder público municipal, através do repasse de recursos que, conferem maior liquidez à Associação. Para que tal fato ocorresse, foi fundamental a ação de articulação e definição de compromissos por parte da diretoria da Associação, junto aos candidatos que disputavam no ano 2000, as eleições para o próximo quadriênio. Essa atuação pode apontar para uma inflexão nessa relação de dependência, valorizando o pólo da autonomia. É um momento em que a Associação cobra uma definição política do Poder Municipal.

Desse fato decorre que o prefeito eleito manifestou-se, através do compromisso de campanha, de efetuar o repasse de recursos à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, valendo-se do Pró-Rurisa. Neste processo, os dois vereadores petistas no legislativo ilhense desde 1996, foram mediadores importantes, ao lado de outros mediadores agregados à causa da Associação, na condição ainda de candidatos.

No ano de 2004, através do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, a Associação, que também é a Associação dos produtores familiares da Microbacia

do Bairro Cinturão Verde, recebeu, recursos de informática para a sua sede, através do Programa de Fortalecimento Institucional, mediado pelos técnicos da CATI /SAA.

Outro aspecto selecionado da análise da Associação - e que merece ser destacado - é seu papel como Associação de Máquinas, conforme referido em diversos trabalhos dentre os autores pesquisados.

Analisando as informações sistematizadas nos documentos da Cesp, relativos aos momentos iniciais da 'grupalização' dos assentados, confirmadas por depoimentos dos atores que viveram aquele momento, surge como objetivo concreto da criação da Associação, a necessidade de obterem um caminhão para escoamento da produção e de um trator para a realização dos trabalhos mecânicos com a terra. Estes objetivos continuam a ser perseguidos e, via mediação da equipe técnica da Cesp, dois tratores são destinados ao Projeto em 1990, através da Associação, por meio de um projeto viabilizado com recursos da LBA.

Oito anos se passam, grande parte dos quais coincidindo com o período de ampliação dos problemas na Associação - que cai em descrédito perante grande parte de seus associados, os quais não contam com a mesma para os serviços de preparo da terra, ou contam muito pouco com isto. Aos problemas de gestão, se acrescentam o de reduzida participação dos sócios e o sentimento de que ela muito pouco pode fazer para ajudar os assentados.

No contexto de redinamização da entidade, o trabalho dos dois vereadores petistas já referidos, mobilizados pela diretoria empossada em 1998, viabiliza a apresentação de uma emenda ao orçamento da União, pelo deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) que culmina com a destinação de verba para a aquisição de uma patrulha agrícola pela Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, constituída de um trator e vários implementos.

O caráter da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira como uma Associação de Máquinas se acentua e vem a se confirmar, em 2002, quando a mesma recebe, através de emenda constitucional ao Orçamento da União formulada pelo deputado federal Vadão Gomes (PP-SP), destinando à Associação recursos para aquisição de uma patrulha agrícola ainda

maior, composta de três tratores, um caminhão, vários implementos, um veículo utilitário e um veículo de passeio.

A partir de então, dotada de uma frota invejável de máquinas, veículos e implementos agrícolas - e com a garantia de recebimento de subvenções praticamente mensais, da ordem de R\$ 3.200,00 mensais (em média) - a Associação além de poder contar com a Patrulha Agrícola, passa a contar também com recursos necessários para o pagamento dos quatro tratoristas contratados e para a efetuação das despesas de manutenção desta patrulha.

Outro indicador da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, como uma Associação de Máquinas pode ser apreendido através do depoimento da secretária da entidade, que registra dedicar 80% de seu tempo aos assuntos ligados às máquinas, veículos e implementos. De fato, o volume de informações rotineiras, controles de uso de cada uma das máquinas, relatórios de serviços executados, fichas de inscrição dos associados (e de terceiros) para serviços de máquinas, é significativo, corroborando as informações da secretária e, ao mesmo tempo, revelando os cuidados com a gestão dos serviços pela associação<sup>75</sup>. A elaboração de balancetes, a prestação sistemática das contas e as decisões ligadas à alteração de valores dos serviços são alguns sinais da administração efetuada com base em critérios tanto da transparência administrativa como da gestão dos recursos com base em custos reais. São mudanças que não eram práticas comuns nas gestões anteriores, principalmente como ações sistemáticas, mensais.

Um exame da contabilidade da Associação, aponta os gastos com manutenção como indicativo deste caráter de Associação de Máquinas da APAPCVIS. Outro referencial, neste sentido, é a ocorrência de clientes não associados que recorrem à Associação para realização de serviços, os quais por sua vez, transformam-se em receitas para a Associação.

A questão teórica central escolhida para a análise da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, através de sua

---

<sup>75</sup> Pode-se neste sentido atribuir à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, uma maior profissionalização.

dinâmica de atuação e de sua retrospectiva histórica, é a do binômio autonomia-dependência.

Ao mesmo tempo em que a Associação consegue se municiar de melhores instalações, equipamentos e de procedimentos administrativos, máquinas e veículos, etc., percebe-se que tais inovações dependem, para sua manutenção, de recursos cuja origem é externa, ou seja, canalizados para a Associação, por meio dos repasses de recursos feitos pelo poder público. A Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira tem um papel fundamental na mediação da relação entre os assentados e o poder público (seja ele a Prefeitura ou a Cesp). Se as relações se dão de forma clientelista, reforçando o pólo da dependência, não se exclui a possibilidade de reverter essa situação, como foi nas negociações com o titular da administração anterior, fazendo transitar a relação numa dialética entre autonomia e dependência.

Tais repasses, por sua vez, estão condicionados à vontade política e aos entendimentos e compromissos efetuados entre a Associação, através de sua diretoria, e o chefe do executivo municipal, não havendo uma garantia de que sejam alocados à Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, simplesmente porque existe um mecanismo legal que o ampara, no caso, o Pró-Rurisa. Este instrumento, realmente interessante e que não necessariamente significa dependência, mas acaba sendo utilizado como instrumento de barganha, reforçando o clientelismo e, indiretamente, a dependência.

Como até o momento, maio de 2005 não houve qualquer repasse de recursos pela prefeitura à Associação, a entidade vem desde o início do ano, cortando custos, precarizando as condições de trabalho de alguns de seus funcionários, isto é, transformando dois dos quatro tratoristas de contratados em diaristas, já que um deles se aposentou.

Tal situação, revela os limites de autonomia da Associação ao mesmo tempo em que aponta a necessidade da mesma estabelecer novas relações com o poder público local, através da sensibilização de novos mediadores, uma vez que a situação política atual não se manifesta favorável à Associação, conforme relatos de vários membros de sua diretoria.

Os limites da autonomia da Associação estão claramente colocados no que diz respeito à gestão com recursos próprios de um patrimônio conseguido através das ações da diretoria em parceria com seus distintos mediadores.

Apesar da gestão efetuada de modo racional, baseada no controle de custos e receitas, mês a mês, com a contratação dos serviços contábeis, com equipamentos modernos de informática, não há por parte da grande maioria dos associados um envolvimento participativo na gestão compartilhada da mesma. Ou seja, o poder ainda está bastante concentrado na diretoria que, segundo relatos dos associados, vem conduzindo os trabalhos de forma democrática. No entanto, não parece haver uma preparação de quadros que possam vir a substituir a atual presidência, talvez uma das razões da permanência do atual já por três mandatos consecutivos.

Há um aparente paradoxo vivenciado pela Associação que se apresenta, enquanto Associação de Máquinas, como detentora de uma patrulha agrícola de vulto, com uma estrutura administrativa igualmente consistente, associação esta que congrega agricultores familiares em situação muito diversa. Através dos Grupos de Produção, os agricultores têm tentado se viabilizar como produtores mercantis, embora o maior número subsista com base na produção de leite de forma rústica, com baixa utilização de tecnologia e de capital, enquanto outros ainda complementem suas rendas familiares com recursos de aposentadoria.

A autonomia da Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, ainda está longe de vir a ser alcançada e, mercê da dependência de recursos externos para sua atuação, e condicionada às instabilidades das políticas locais, não está isenta da possibilidade de vir a sofrer reveses.

É inegável, contudo, que a Associação hoje tem condições de se articular de forma mais contundente no cenário local, bem como de ampliar o processo participativo de seus associados, movida pelas necessidades que os momentos de crise revelam.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. A. M. **Relatório do projeto Assistência Técnica e Extensão Rural no Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira e no Projeto de Reassentamento Populacional de Selvíria, referente ao trimestre julho, agosto e setembro de 1988.** Ilha Solteira: Unesp/FEIS/Departamento de Agricultura, 1988. 21p. (Mimeogr.)

BARBOSA, M.V. Reforma Agrária em terras públicas: um projeto que deu certo? in: MEDEIROS, L.S. (Org.) **Assentamentos rurais, uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Ed. UNESP, 1994. p.105-117.

BARRETO, M.L.G.O. **Instalados no provisório.** 1983. 204p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

BENINCÁ, E. **Conflito religioso e práxis:** a ação política dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e Fazenda Anoni e o conflito religioso. 1987. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987. Apud

BERGAMASCO, S.M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L.S. et al. (Org.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. **329p.**

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A alternativa dos assentamentos rurais:** organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191p.

BERTHOME, J.; MERCOIRET, M.R. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização de pequenos produtores**. Brasília: Embrapa. 1999. p.11-17.

BORGES, A. P.A. **Avaliação sócio-econômica e tecnológica da produção de hortaliças nos lotes irrigados do Cinturão Verde de Ilha Solteira (SP)**. 2004. 31p. Monografia (Trabalho de Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2004.

CARVALHO, H.M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: Iparde, 1998. 43p.

CARVALHO, H.M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: Iparde, 1999. 59p.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE URUBUPUNGÁ S.A. Superintendência Técnica. **Correspondência Interna SPT/203/66**. São Paulo, 3 jun.1966.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO. **Seminário sobre o Núcleo Urbano de Ilha Solteira**. 3 v., 41 documentos. São Paulo, Cesp / Setor de Economia Regional. 1971.

CESP implanta projeto de roças familiares. **Ilha Solteira Boletim Informativo**, Ilha Solteira, v.1, n.3, p.3,1984.

COMEÇA a implantação do Cinturão Verde de Ilha Solteira. **Ilha Solteira Boletim Informativo**, Ilha Solteira, v.1, n.1, p.1 e 3, 1984.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Atividades do serviço social frente à consolidação das atividades do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.** São Paulo: CESP, 1988.13p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Avaliação das atividades sociais desenvolvidas nos projetos no ano de 1990, cronograma de atividades sociais para o ano de 1991.** São Paulo: CESP,1991. 87p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Distrito de Ilha Solteira. pesquisa sócio-econômica zona rural.** Ilha Solteira: CESP, 1980. 43p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Informações sobre a cidade de Ilha Solteira.** São Paulo: CESP,1980. 77p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira:** concessão onerosa de uso. São Paulo: CESP, 1988. 17p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira.** São Paulo: CESP, 1992. Não pag.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. Plano de metas julho/91 – junho/92: Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira. In: ENCONTRO DE IBITINGA, Ibitinga, 1991. **Desenvolvimento dos projetos de reassentamento.** Ibitinga: CESP, 1991. Não pag.

DANTAS, G.H. Perspectivas de organização da produção familiar. disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=228>>. Acesso em: 26 abr.2004.

FREITAS LIMA, E. A C; SILVA, H.R; ALTIMARE, A L. Uso atual da terra no Município de Ilha Solteira, SP: riscos ambientais associados. **Holos Environment**, Rio Claro, v.4, n.2, p.81– 96, 2004.

FROELICH, G. M. **Ilha Solteira**: uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: Educ/FAPESP, 2001. 286p.

HERNANDEZ, F. B. T et al. **Projeto Piloto de Agricultura Irrigada em Ilha Solteira / SP**. FEIS / UNESP. Ilha Solteira, 2000: (Relatório Técnico)

HESPANHOL. A.N. **O uso e as possibilidades de uso do solo urbano em Ilha Solteira – SP**. Rio Claro: Unesp/IGCE, 1993. 80p. (Trabalho desenvolvido em atendimento às exigências da disciplina "Paisagem e Meio Ambiente" ministrada pelo Professor Dr. Felisberto Cavalheiro).

HESPANHOL, R.A.M. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. 354p. Tese (Doutorado) - Instituto de Geografia e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Rio Claro, 2000.

INSTALADA a comissão de seleção dos candidatos ao Projeto Cinturão Verde. **Ilha Solteira Boletim Informativo**, Ilha Solteira, v.1, n.2, p.1 e 4, 1984.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT. **Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira**. São Paulo: IPT, 1985. v.1, 196p. (Relatório no 20.752).

LACKI, P. **Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. Santiago: FAO/ONU, 1995. 161p.

LIMA, S.M.A. et al. Avaliação econômica do Cinturão Verde de Ilha Solteira – SP. **Cultura Agrônômica**, Ilha Solteira, v.6, n.1, p.61-78, 1997.

MACHADO, E.P.(Coord.). **Poder e participação política no campo**. São Paulo: CAR, 1987. 152p.

MATOS, A.G. Desenvolvimento, autonomia e academia. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. 399p.

MUSUMECI, L. **Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA/IPES, 1987. 224p.

NEVES, D. P. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais (II). In: JORNADA DE ESTUDOS SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS, II, 2005, Campinas-SP. **Anais...** Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2005: 23p.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Edupaf, 1999. p.329-355

ROCHA, F.E.C.; ZOBY, J.L.F.; GASTAL, M.L.; XAVIER, J.H.V. Mapeamento das relações interpessoais em três assentamentos de reforma agrária de Unaí - MG. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v.20, n.2, p.305-323, 2003.

SOUZA, K.S. **Fatores que influenciam a adoção de tecnologias pelos agricultores familiares do Cinturão Verde de Ilha Solteira (SP)**. 2004. 29p.

Monografia (Trabalho de Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, 2004.

SPERRY, S. A patologia social das organizações dos pequenos produtores rurais. In: \_\_\_\_\_. **Organização dos produtores**. Brasília: Embrapa, 1999. p 145-166.

SPERRY, S.; MERCOIRET, M.R.; FERRARIS, F. As organizações dos pequenos produtores rurais de Silvânia, GO. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização de pequenos produtores**. Brasília: Embrapa. 1999. p.17-42.

SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais**. Brasília: Embrapa. 2003. 112p.

SPÉRRY, S.; CARVALHO JÚNIOR, C.H.T.; MERCOIRET, J. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Brasília: Embrapa. 2003. 150p.

TARSITANO, M.A.A. et al. Projeto de reassentamento rural cinturão verde de Ilha Solteira – SP, duas perspectivas de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37,1999, Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. **13p**.

VIANNA, A. Sobre o lugar dos governos estaduais em processos de reforma agrária. Considerações sobre um debate. In: MEDEIROS, L.S. (Org.). **Assentamentos rurais, uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. p.119-124.

ZAMPIERI, M.A.J. **Codependência: o transtorno e a intervenção em rede**. São Paulo: Ágora, 2004. 283p.

ZIMMERMANN, N.C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. **329p**.

# **A N E X O S**

# **A N E X O 1**

# **A N E X O 2**

## **Lei nº. 074/93**

“Cria o Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural de Ilha Solteira e dá outras providências”

Dr. EDSON GOMES, Prefeito Municipal de Ilha Solteira , Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga nos termos do Autógrafo de Lei nº. 077/93:

### **ARTIGO 1º.**

Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal o PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL DE ILHA SOLTEIRA denominado “PRÓ-RURISA”, objetivando o apoio, produção, promoção de assistência técnica e extensão rural, implantação de serviço de máquinas agrícolas, criação de Bolsa Municipal de Arrendamento, implantação de serviço municipal de informação ao produtor rural.

PARÁGRAFO ÚNICO: - O “PRÓ-RURISA” objetiva, para a consecução de seus fins, oferecer assistência técnica, apoio na aquisição de insumos e outros serviços aos pequenos e médios produtores rurais, podendo, para tanto, promover parcerias e outros ajustes que possibilitem fomentar a diversificação agrícola, especialmente a produção de gêneros hortifrutigranjeiros, melhorando assim as condições de vida e fixação do homem no campo.

### **ARTIGO 2º.**

Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, o CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR RURAL DE ILHA SOLTEIRA (Conselho Diretor do “PRÓ-RURISA”), composto de 5 (cinco) membros, sendo um indicado pela Câmara Municipal, um indicado por entidade representativa da classe, um eleito pelos pequenos e médios produtores rurais, em eleição a ser

realizada na Câmara Municipal, em dia e horário a ser fixado pelo Senhor Presidente da Câmara , em Edital publicado com, pelo menos, cinco dias de antecedência, e dois indicados pelo Senhor Prefeito Municipal, sendo um, obrigatoriamente, o Diretor Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, a quem cabe a presidência do Conselho.

PARÁGRAFO ÚNICO – O mandato dos membros do Conselho Diretor do “PRÓ-RURISA” será de dois anos, tem caráter único e seu exercício será gratuito, sendo suas funções consideradas serviço público relevante para o Município.

#### ARTIGO 3º.

Ao Conselho Diretor do “PRÓ-RURISA”, incumbe:

- I – assessorar o Prefeito Municipal na aplicação e desenvolvimento do “PRÓ-RURISA”;
- II – elaborar parecer sobre os pedidos de ajuda financeira e outros benefícios solicitados pelos beneficiários do programa;
- III – acompanhar e fiscalizar a aplicação do “PRÓ-RURISA”;
- IV – exercer outras atribuições inerentes e atribuídas pelo Prefeito Municipal.

#### ARTIGO 4º.

Para a consecução dos objetivos desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, ouvido o Conselho Diretor do “PRÓ-RURISA”, a:

- I – conceder ajuda e apoio financeiro aos pequenos e médios produtores rurais;
- II – oferecer assistência técnica aos produtores rurais, com servidores contratados pela Prefeitura Municipal, ou pertencentes ao seu quadro de pessoal;
- III – fornecer mudas e sementes para a melhoria da produção agrícola;
- IV – conceder outros benefícios estabelecidos em regulamento, aprovado por Decreto do Poder Executivo;
- V – implantar os serviços previstos no artigo 1º. desta Lei.

ARTIGO 5º.

Para fins desta Lei:

I – pequeno produtor rural, é aquele que, no conjunto familiar, explora área rural, com a finalidade de produção agrícola, não superior a 15 (quinze) hectares;

II – médio produtor rural, é aquele que, no conjunto familiar, explora área rural, com a finalidade de produção agrícola, não superior a 30 (trinta) hectares;

ARTIGO 6º.

Para o cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo, no corrente exercício, autorizado a proceder a abertura de um crédito adicional – especial, na importância de até Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), que correrão por conta do excesso de arrecadação, a verificar-se, de acordo com a tendência do exercício.

ARTIGO 7º.

Os orçamentos futuros consignarão, obrigatoriamente, dotações específicas, destinadas ao atendimento do programa previsto na presente Lei.

ARTIGO 8º.

Revogam-se as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, 21 de junho de 1993.

Dr. EDSON GOMES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada nesta Secretaria na data supra.